

**O PODER DA INFORMAÇÃO NA POLÍTICA INTERNACIONAL:  
A WIKILEAKS E A REVOLUÇÃO NA TUNÍSIA**

**Daniela Sofia Guerreiro de Oliveira**

**Dissertação de Mestrado  
em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Março, 2012**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a  
orientação científica do Professor Doutor Tiago Moreira de Sá

*Ao meu irmão magnífico,  
que não me deixou esquecer...*

## **AGRADECIMENTOS**

A Quem desde 2009 me ouve falar neste projeto.

Aos que me esclareceram e aos que me confundiram. A quem me indicou o caminho de investigação que eu teimava em não seguir. Ao meu orientador pelo tempo dedicado, pelos sábios conselhos e pelos esclarecimentos mais oportunos. Às pessoas que entrevistei até à meta, pelas colaborações diferentes mas ajustadas. Ao meu namorado porque nos maus momentos não me deixou desistir. Aos amigos porque sem saberem me ajudavam a evadir. À família, sempre, porque indiretamente me dá o tempo e a segurança de que preciso, e precisei.

# **O PODER DA INFORMAÇÃO NA POLÍTICA INTERNACIONAL: A WIKILEAKS E A REVOLUÇÃO NA TUNÍSIA**

**DANIELA SOFIA GUERREIRO DE OLIVEIRA**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder, Informação, *Wikileaks*, Tunísia, Política Internacional, Era da Informação, redes sociais, diplomacia, telegramas, Revolução Árabe, *soft power*, *smart power*, difusão do poder

O presente trabalho consiste na Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pretende avaliar a importância da informação na política internacional no Século XXI. Com base na teoria de Joseph Nye Jr. – precursor do conceito de *soft power* -, defende que a Internet ajudou a difundir o poder não só pelos Estados mas também por atores não estatais, e que a informação é uma fonte de poder, na Era da Informação, como é a força militar.

Neste sentido, analisamos o impacto que a *Wikileaks* e a descoberta de documentos diplomáticos secretos tiveram na política internacional, na política externa-americana e nas autocracias liberalizadas, com especial enfoque no eclodir na Revolução da Tunísia, tendo em conta que a informação permitiu ao povo tunisino avançar para a revolta e legitimá-la perante o mundo. Analisamos a organização e de que forma ela beneficia e contribui para a difusão de poder; investigamos o telegrama da Embaixada norte-americana que identifica o problema tunisino da corrupção do Presidente Ben Ali e da família, e examinamos a forma como as redes sociais - o *Twitter*, o *Facebook* ou os blogs - deram aos cidadãos tunisinos a liberdade e, mais uma vez, o poder que os levou às ruas e, consequentemente, a derrubar o regime sem recurso a uma guerra civil e ao poder militar.

# **THE POWER OF INFORMATION ON INTERNATIONAL POLITICS: THE WIKILEAKS AND TUNISIA'S REVOLUTION**

**DANIELA SOFIA GUERREIRO DE OLIVEIRA**

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Power, Information, Wikileaks, Tunisia, International Politics, Information Era, social media, diplomacy, cables, Arab Revolution, soft power, smart power, diffusion of power

This work consists on a dissertation for a Master in Political Science and International Relations, in Faculty of Human and Social Sciences, in New University of Lisbon. It pretends to evaluate the importance that information has in international politics in Twenty-First Century. Based on Joseph Nye Jr. theory – who created the concept of soft power –, I would try to show that Internet helps to diffuse power not only along states (as realists defend), but also through non-state actors, and that the information is a source of power, in Information Era, as military power is.

By this way, we analyze the organization Wikileaks and the way it benefits and contributes to the diffusion of power, and we consider the impact that the phenomenon, overall the leaks of secret diplomatic cables, had in international politics, in American foreign policy and in autocratic countries, especially in Tunisia and in its Revolution, bear in mind that it was information that gave Tunisian people the possibility to trigger the uprising and to legitimate it around the world. We explore the diplomatic cable from American Embassy in Tunis. This text identifies the corruption involving the President Ben Ali and his family, and I investigate the way that social media like *Twitter*, *Facebook* or blogs contribute to give Tunisians the freedom and, one more time, the power they need to protest in the streets, and, therefore, to overthrow the regime avoiding the civil war and without military power.



## ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I - O Novo Poder nas Relações Internacionais: teorias e perspectivas .....</b>	<b>7</b>
O poder no séc. XXI .....	7
Os princípios realistas vs Neoliberalismo .....	10
A perspetiva de Nye em relação ao poder .....	16
A teoria da difusão do Poder e os <i>nonstate actors</i> .....	24
<b>Capítulo II - A Era da Informação: O contexto do séc. XXI .....</b>	<b>33</b>
A Revolução da Informação .....	33
O ciberespaço .....	39
A privatização da Guerra .....	42
Um novo poder: o ciberpoder .....	45
<b>Capítulo III - A Wikileaks .....</b>	<b>49</b>
A organização e o fenómeno Wikileaks .....	49
O impacto na política externa norte-americana .....	54
O soft power ameaçado, a credibilidade em causa .....	57
O apelo à transparência: o pós-Wikileaks .....	63
<b>Capítulo IV - Tunísia: A Primeira Revolução Wikileaks .....</b>	<b>67</b>
Os telegramas da Wikileaks .....	69
O poder das “Technologies of freedom” .....	74
<b>Conclusão .....</b>	<b>79</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>83</b>
<b>Anexo 1: Telegramas da Wikileaks sobre a Tunísia .....</b>	<b>93</b>





# INTRODUÇÃO

## 1. Objeto do Trabalho

A Era da Informação trouxe alterações substanciais às formas de poder, e só no século XXI se pode entender a preponderância da informação no desenho da ordem mundial. Como diz Joseph Nye Jr., “na Era da Informação, as estratégias de comunicação tornaram-se mais importantes e os resultados são moldados não apenas pelo exército que ganha, mas também pela história vencedora<sup>1</sup>”.

Este trabalho pretende avaliar o impacto que a informação, a Internet e as novas tecnologias têm na política internacional. Ao contrário das teorias realistas, que consideram apenas o chamado *hard power*, sobretudo o poder militar, e circunscrevem o exercício de poder aos Estados, vamos considerar aqui não só que o poder militar não é a única forma de um Estado assumir a influência, mas também que está a crescer a importância dos atores não-estatais, uma vez que as circunstâncias internacionais pós-Guerra Fria determinaram novas condições na definição das relações de poder. É com base nesta preposição que avaliamos o impacto que o fenómeno *Wikileaks* – sobretudo a divulgação dos documentos secretos das Embaixadas norte-americanas pelo mundo – teve na diplomacia mundial e num contexto específico: a Revolução na Tunísia. Para isso este trabalho está dividido em duas grandes partes, que vamos especificar mais à frente.

Mas, em primeiro lugar, importa deixar clara a escolha deste tema. A Internet contribui para a mudança de paradigma na abordagem ao poder e à sua difusão, na medida em que são inúmeros os atores que passam a partilhar um papel no palco das relações internacionais. O número de organizações internacionais e de organizações não-governamentais disparou e o poder passa a ser dividido não só entre os Estados mas também por estas novas entidades. Não quisemos abstrair-nos das várias teorias que contestam esta abordagem, mas decidimos apoiar-nos na investigação de Joseph Nye Jr., particularmente apresentada no mais recente livro *The Future of Power*, para

---

<sup>1</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011

analisar a realidade em que nos encontramos – e ao longo do trabalho explicamos porquê.

De acordo com Joseph Nye, a maioria dos Estados rege-se pela democracia, por isso quem sabe comunicar tem poder. A informação tornou-se um instrumento – que para este autor justifica a ascensão dos Estados Unidos a potência unipolar, mas ao mesmo tempo está a condicionar e a ditar o seu declínio. Isso só foi possível devido ao desenvolvimento tecnológico, que se atingiu no século XXI, que permite que pequenos atores – com pouco *hard power* – consigam desempenhar um grande papel a baixo custo. “No mundo virtual, os atores são diversos, às vezes anónimos; a distância física é imaterial; e um simples ataque virtual é praticamente grátis.<sup>2</sup>” Pretendemos explicar a forma como o poder se difunde nesta nova era complexa do séc. XXI.

Dada a atualidade da questão, decidimos dedicar-nos à sua análise para interpretar as relações de poder na atualidade, e, por conseguinte, compreender os desenvolvimentos que marcaram as Revoluções no Mundo Árabe, com especial enfoque na questão tunisina, onde a Revolução foi feita com base na informação a que o povo teve acesso – foi a primeira grande fonte de poder que os cidadãos tiveram para, juntamente com as forças policiais, conseguir derrubar o regime. Da mesma forma, consideramos o fenómeno *Wikileaks* como importante no desencadear dos acontecimentos, precisamente por facultar ao povo tunisino a informação necessária para a Revolução.

São muitas e diversas as discussões sobre o impacto da organização na diplomacia mundial. Não queremos centrar o trabalho nessa análise, mas apenas integrar o fenómeno no contexto mundial que foi criado, que proporcionou a obtenção de poder de uma instituição externa aos Estados e consequentemente aos cidadãos.

---

<sup>2</sup> NYE, Joseph S. - *The Future of Power*, 2011, p. 19

## 2. Âmbito cronológico

Este trabalho enquadra-se numa história recente, tanto do ponto de vista da análise teórica como do caso concreto da *Wikileaks* e da Revolução Tunisina.

Apesar de o início da Era da Informação ser normalmente apontado como coincidente com a entrada no séc. XXI, será pertinente no âmbito da contextualização da teoria desenvolver a problemática a partir do final da Guerra Fria. Os Estados Unidos assumiram a liderança mundial, num mundo que, após a desintegração da União Soviética, se tornou, no imediato, unipolar – na opinião da maioria dos autores. A juntar a esta nova distribuição do poder mundial há o desenvolvimento da tecnologia, que propiciou a rapidez da comunicação e da informação como até então não se conhecia. Estes parecem-nos os fatores fundamentais a considerar como pontos de partida para a contextualização do poder da informação, da investida da *Wikileaks* nas relações internacionais, e nos resultados que daí advieram. O *site* é anterior a 2009 mas foi nesse ano que ficou conhecido, devido à divulgação de um vídeo de uma operação militar norte-americana no Iraque, onde foram mortos civis sem razão aparente. Em 2010, aconteceu o momento mais mediático da organização, com a divulgação de 250 mil documentos secretos da diplomacia de Washington. A competição pela audiência, que caracteriza este século, tornou-se evidente nessa altura e repercutiu-se nos acontecimentos que se seguiram.

Por estas razões, o trabalho estende-se num âmbito cronológico curto, que termina no início de 2011, como a queda de Ben Ali.

## 3. Estrutura do Trabalho

A investigação vai contemplar duas grandes partes – e podemos dividi-las resumidamente em enquadramento teórico (primeiro e segundo capítulos) e em análise da questão prática (terceiro e quarto capítulos), que justifica a parte anterior.

Numa primeira secção será analisado o poder nas relações internacionais, os diferentes tipos de poder, as várias abordagens, os vários modelos. Desde o contributo de Foucault até ao conceito de *smart power* que se aplica na atualidade, na nossa opinião. Justificamos a forma como a informação assume um lugar central, o

aparecimento dos atores não estatais no palco da política internacional, e a difusão do poder por entidades criadas, de certa maneira, com o contributo da Revolução da Informação. Vão ser fundamentais as contribuições de teorias realistas e neorrealistas, bem como do neoliberalismo como contraposição. Dedicar-nos-emos em especial à proposta de Joseph Nye e ao conceito de *smart power*, adotado já pela Administração Obama. Nesta mesma fase será caracterizada a Era da Informação, o ciberpoder, a globalização e a forma como se propaga o terrorismo e como as novas tecnologias deixam de estar sob controlo do Estado e permitem então o aparecimento de atores preponderantes no novo organigrama internacional, que obrigam os líderes mundiais a novas estratégias de comunicação e de cooperação - ao invés da aplicação do controlo e hegemonia sobre o resto. É neste contexto cibernético que nascem organizações como a *Wikileaks* – e outras que se seguiram – que usam o fácil acesso à Internet para entrar no jogo político da atualidade. É neste contexto que os cidadãos na Tunísia têm acesso à informação, globalizada, e se assumem perante o poder político.

A segunda parte analisa estes fenómenos, justifica o seu aparecimento, apresenta as considerações que lhes são merecidas e avalia o seu impacto. A *Wikileaks* será descrita nesta fase. Foi um importante ator internacional, pelo menos em 2010, ano em que o fundador, Julian Assange, foi considerado pela revista *Time* a Personalidade do Ano. Analisamos os efeitos a longo e a curto prazo da *Wikileaks*, mas sobretudo centramo-nos na questão da Tunísia. É aqui que a Revolução é integrada, bem como a análise ao poder das redes sociais. Neste capítulo é avaliada a forma como a organização ascendeu, e como a Revolução aconteceu, o papel dos cidadãos e a falta de controlo do Estado perante as novas realidades, tendo em conta a explicação teórica dada no capítulo anterior. Revolução da Informação e Difusão do Poder serão conceitos fundamentais.

#### 4. Estado da Questão

O enquadramento teórico do trabalho terá como base a teoria de Joseph Nye, que compreende os conceitos de *smart power* e que caracteriza as novas formas de difusão do poder. Na obra *The Future of Power*, o norte-americano avalia as possibilidades de declínio dos Estados Unidos, no contexto em que as estratégias de

ligação entre *soft power* e *hard power* assumem cada vez um papel predominante. O autor analisa ainda a Revolução da Informação e aponta os novos atores da cena internacional, bem como o paradigma da informação como instrumento de *soft power*. Entende que a internet facilita a difusão da informação e que propicia o aparecimento de organizações terroristas criadas a muito baixo custo. Nye mostra como o poder militar deixou de assumir o papel principal, bem como o económico, e demonstra que na revolução da informação “os Estados manter-se-ão os atores dominantes no placó mundial, mas vão encontrá-lo mais ocupado e difícil de controlar<sup>3</sup>”. Serão analisadas teorias críticas e contrárias a esta e serão analisadas as obras fundamentais das teorias das relações internacionais: *Power among Nations*, de Hans Morgenthau, *Power and International Relations* de David A. Baldwin (Handbook of International Relations), e ainda autores como Keohane ou Stephen Waltz, entre outros. Sobre a Revolução da Informação serão considerados artigos de revistas científicas, que analisam as mudanças da tecnologia e da comunicação na Era em que vivemos. No âmbito do desenvolvimento teórico há várias monografias que ajudam nesta dissertação.

A segunda parte desta investigação tem menos documentação académica e é menos estudada. Para descrever o fenómeno *Wikileaks* vamos centrar-nos na informação difundida nos meios de comunicação social e nos livros escritos sobre a organização – pelos intervenientes diretos ou pelos jornalistas que acompanharam o processo e o descrevem. A título de exemplo refiram-se a obra *O Segredo da Wikileaks* ou o testemunho do nº2 da organização, Daniel Bomscheit-Berg, em *Nos Bastidores da Wikileaks*, que explicou seu percurso e as regras que regiam a organização, nos vários processos em que estiveram envolvidos. Uma das fontes bases neste capítulo será o telegrama diplomático que está na origem da discussão, divulgado na plataforma na internet.

A Revolução na Tunísia e a importância das redes sociais já são estudadas. Servirão como base a esta análise artigos científicos recentes, bem como artigos de opinião em jornais internacionais. Recorremos ao exemplo de George Joffé, entre outros investigadores do mundo árabe, que analisaram as revoltas e o impacto das novas tecnologias no desencadear dos acontecimentos. A este nível, assim como em

---

<sup>3</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011

relação ao impacto da *Wikileaks* na diplomacia, socorremo-nos às opiniões de ex-embaixadores, um deles na Tunísia, e a uma entrevista do atual embaixador da Tunísia em Lisboa. Os testemunhos dos jovens que lideraram a revolução, conseguidos no âmbito deste trabalho, serão também fundamentais na análise.

## **CAPÍTULO I – O NOVO PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TEORIAS E PERSPECTIVAS**

Quando em 1989 o Muro de Berlim caiu, o mundo vivia com a percepção da mudança. Desde o início da Segunda Guerra Mundial e durante toda a Guerra Fria, o poder dividia-se entre duas grandes potências: os Estados Unidos da América e a União Soviética. A desagregação deste último conduziu a inevitáveis transformações políticas, económicas, e sociais, que hoje ainda são estudadas. As relações internacionais estudam a forma como os diferentes atores se relacionam no palco mundial, e as perspetivas são variadas. Não obstante, sofreram adaptações à medida que também o mundo – não só político – sofreu mudanças. A entrada no séc. XXI – que não se traduz exatamente no ano 2000 - significou não apenas a queda do sistema internacional bipolar vigente até então, mas uma metamorfose tecnológica com impacto evidente nos vários domínios da sociedade.

As discussões no mundo académico foram e são diversas, a propósito das potências que lideram o mundo, e da forma como o poder se concentra – ou se difunde. As teses realistas são as mais antigas, no âmbito das relações entre Estados, mas vão sendo criticadas à medida que se juntam fatores próprios da realidade em mutação. O que nos propomos fazer é avaliar a forma como se vê o poder na atualidade, e defender a forma como a informação e a Internet vieram alterar as condições em que ele se reúne. Não vamos esquecer que mudanças na comunicação trazem mudanças no poder. O objetivo não é analisar ou adiantar que grande ou grandes potências dominam atualmente a ordem internacional, mas antes assumir a globalização, a revolução tecnológica, bem como as organizações internacionais como fatores influenciadores da nova distribuição do poder.

### **O Poder no séc. XXI**

Definir poder, conceptualmente, é uma tarefa difícil. Sabemos, a partir do contributo de Foucault, que as relações de poder se dão entre pessoas (as que o exercem e as que sofrem com ele) e que a economia está, diz ele, na base destas



relações. Do ponto de vista das relações internacionais, o conceito assume outra importância e enfoque. Fiquemo-nos, para já, por uma definição simples e genérica, e mostramos depois as diferentes adaptações aplicadas, consoante as teorias que acharmos pertinente referir. Assumamos então que poder é a capacidade que se tem para se conseguir aquilo que se pretende. Está, implícita, como se pode ver, a noção de resultados. Vamos deixar também claro que ter poder significa também ter capacidade de influenciar o comportamento dos outros de forma a fazer com que as coisas que queremos aconteçam. Os instrumentos e recursos utilizados e a forma como o poder é exercido é que têm variantes a ter em conta.

Regressemos ao passado para avaliar o conceito. Aquilo que entendemos como poder na atualidade diverge da forma como era entendido no séc. XVII, quando foi assinada a Paz de Vestefália. Na verdade, 1648 assinala um marco nas relações internacionais, ao demonstrar, com base nos Tratados, a soberania dos Estados-Nação – a base em que se apoiam os realistas para defender os Estados como elementos únicos na ordem internacional. Na altura, a força militar, a ameaça e a coerção eram os mecanismos que ditavam o poder de um ator no sistema internacional: a habilidade dos Estados para usar recursos materiais com vista a fazer os outros agir como não fariam de outra forma. No entanto, a História vem trazer um novo olhar sobre o assunto e a I e II Guerras Mundiais tornam evidente a necessidade de criar mecanismos de regulação entre os Estados. As organizações internacionais são criadas no seio dos conflitos mais graves da História, e aos poucos vão ganhando terreno no palco da ordem internacional. Destacamos as Nações Unidas, como particular mediador, e como precursor de uma tendência generalizada para a difusão do poder.

Não se pode menosprezar as alterações que o séc. XX protagonizou, mas foi na sua parte final – e consequentemente no início do séc. XXI – que as mudanças se tornaram mais evidentes. A par dos avanços tecnológicos, devemos ter também em consideração, como fator determinante na liderança do Estado, a queda do valor dado ao exército. Nye é o primeiro a destacar este fenómeno, ao apresentar o conceito de *soft power* – que explicaremos em detalhe mais à frente – como alternativa, em igualdade, ao *hard power*. O 11 de Setembro constituiu o acontecimento que a teoria sustentava. “A América era a única superpotência no mundo em 2001 mas nós

falhámos na prevenção do 11 de Setembro.<sup>4</sup>” Joseph Nye pretende mostrar que existem outras formas de poder que não se cingem à força militar, à população ou aos recursos naturais. No séc. XXI, estes recursos não são suficientes para garantir os resultados que se pretendem, nem tão pouco a liderança na ordem internacional. O tipo de recursos utilizado depende do resultado que se pretende, e o recurso que se usa influencia o resultado final, que por sua vez está sempre dependente do contexto. Ter recursos, por si só, não garante a vitória. Na Era da Informação ter poder significa, acima de tudo, ser inteligente na forma como se faz uso da panóplia de instrumentos que se traduzem em poder, que muitas vezes estão fora do controlo dos Estados.

É precisamente sobre essa questão que nos vamos debruçar. No Séc. XXI, as cartas com lugar marcado em cima da mesa têm de ter implícita uma aposta na informação. A credibilidade, a mensagem, e o discurso são fatores que condicionam o comportamento de um Estado, num mundo globalizado, sem fronteiras, onde cada cidadão tem acesso à informação. Se não vejamos o que diz Lee Drutman, do Progressive Policy Institute in Washington, DC, na crítica que faz ao livro *The Future of Power*:

“O que é de facto novo é que este é o séc. XXI, em que o poder é multidimensional, mais difuso e, portanto, mais complicado. No topo com as nações e os exércitos, há corporações multinacionais mais vastas, organizações não governamentais mais e mais poderosas, e redes terroristas disruptivas. E, mais importante, há a Internet, que está a derrubar as tradicionais relações de poder mais rapidamente do que se está a escrever sobre isso. Olhem para o Egito. O ativismo online desempenhou um papel fundamental na mobilização dos manifestantes anti-Governo. O poder já não sai apenas de um cano de uma arma – sai de um *post* num mural do *Facebook* e de uma publicação no *Twitter*. Mas só se 1000 pessoas o partilharem.”<sup>5</sup>

O poder das multidões tem agora espaço na Internet. Os principais assuntos da agenda política não se discutem apenas em salas privadas, mas têm comentários públicos. O poder dos Estados Unidos da América não está apenas ameaçado pelo exército russo ou pela força nuclear iraniana, mas pela informação enquanto utensílio de poder ao serviço dos cidadãos. São os frutos da globalização.

---

<sup>4</sup> NYE, Joseph S. - *Soft power: the means to success in world politics*, 2004

<sup>5</sup> DRUTMAN, Lee – Book Review: ‘The Future of Power by Joseph S. Nye Jr., 2011

Não se deve menosprezar a importância de um exército forte, de uma avultada população ou de uma economia lucrativa, mas tem de se ter presente que o contexto que surgiu no pós-Guerra Fria colocou os Estados numa posição mais vulnerável, na medida em que têm como adversários – e como aliados – não apenas outros Estados, mas atores não-estatais a quem a Era da Informação deu valor. “Mundo globalizado significa que os vetores da prosperidade podem rapidamente tornar-se vetores de insegurança”<sup>6</sup>. A Internet é o agente que dá poder aos indivíduos.

### Os princípios realistas vs Neoliberalismo

Esta perspetiva não é consensual no mundo académico. Por essa razão, nesta fase importa analisar duas grandes escolas teóricas no estudo do poder, que constituem uma das grandes oposições na atualidade.

O realismo assenta sobretudo em duas questões fundamentais: assume que os Estados são os atores fundamentais as relações internacionais; e que as relações entre Estados se reproduzem com dois resultados possíveis, guerra e paz, com base na anarquia. A partir destes pressupostos, a teoria desenvolve-se mediante as circunstâncias históricas em que se inscreve, com as devidas implicações. Por isso há autores mais radicais e outros menos. Lembramos para já Raymond Aron que classifica a abordagem institucionalista de idealista. Ele, como os realistas, assumem o poder militar como o único, ou como o mais importante, recurso de poder. “Guerra... é um ato de violência que pretende obrigar o nosso opositor a cumprir a nossa vontade... Força física... é, nesse sentido, o meio; a submissão obrigatória do inimigo à nossa vontade é o objetivo último.”<sup>7</sup> A primeira grande diferença entre realistas e neoliberais está na importância atribuída ao poder militar. Para Morgenthau, há vários fatores para definir poder, mas todos dependem da preparação militar de um Estado<sup>8</sup>. Na verdade, a atribuição de valor a recursos não mensuráveis, de influência cultural e social, é pela primeira vez considerada na década de 80 por Joseph Nye, integrado, pela maioria dos autores, no grupo dos neoliberais – escola de que é considerado co-

---

<sup>6</sup> ARMITAGE, Richard e NYE, Joseph S. – *A Smarter, more secure America: CSIS Commission on Smart Power*, 2007, p. 3

<sup>7</sup> DAVIS, Reed M. – *A politics of understanding: the international thought of Raymond Aron*, 2009, p. 93

<sup>8</sup> De acordo com BALDWIN, David A. - *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*, 1993

fundador, com Robert Keohane. Até então, as perspectivas teóricas não tinham esses aspetos em conta – o construtivismo, por Wendt, destaca três fatores e categorias com influência direta nos assuntos políticos e diplomáticos (forças militares, tecnologia e recursos naturais), e em nenhum deles se incorpora o equiparável ao *soft power*)<sup>9</sup>.

Outros dos fatores que distingue realismo e neoliberalismo tem que ver com a importância das instituições internacionais. A guerra, para os realistas, é o que regula e orienta as relações entre os Estados. O eclodir das Guerras Mundiais e as suas resoluções trouxe à cena novos atores, embora com papéis distintos: as instituições internacionais. A Liga das Nações é o primeiro exemplo a contrariar aquilo que Aron e outros realistas sustentam. “Quando o jurista afirma que ‘a vontade da comunidade internacional deve ser obedecida’, é muito fácil replicar que a vontade comum dos Estados autónomos existe apenas na imaginação do teórico.”<sup>10</sup> Woodrow Wilson lançou o desafio de uma aliança internacional, defendendo que “o livre comércio promove a paz com a ideia de uma organização internacional universal para promover o mesmo objetivo”<sup>11</sup>. O realismo não acredita em valores partilhados por vários Estados soberanos, em nome de um bem comum a todos e defendido por todos. Defende que cada nação reage consoante os seus interesses, e que só em momento de crise e dificuldades profundas esse tipo de cooperação pode acontecer.

O neorealismo assume os mesmos princípios básicos mas com alterações substanciais. Kenneth Waltz defende a teoria da balança do poder. Do ponto de vista teórico, representa um desenvolvimento face a Raymond Aron, e pretende diagnosticar as relações que se estabelecem entre os Estados quando se vive num sistema bipolar em que ambos têm o mesmo poder. Para Waltz, o poder continua a avaliar-se a partir das características militares, mas os Estados regulam o comportamento de forma a, dependendo do objetivo, manter a paz mundial ou escalar para tentar alcançar a hegemonia. Deste ponto de vista, os Estados procuram poder num sistema global anárquico, sob pena de colocarem em risco a sua segurança e de porem em causa o aumento do poder, uma vez que a sobrevivência física é

---

<sup>9</sup> De acordo com Aron, explicado em *A Politics of understading – The International thought of Raymond Aron*, 2009

<sup>10</sup> ARON, Raymond, citado por DAVIS, Reed M. – *A Politics of understading – The International thought of Raymond Aron*, 2009, p. 121

<sup>11</sup> BALDWIN, David A. - *Neorealism and neoliberalismo: The Contemporary Debate*, 1993, p. 12

indissociável da ambição de maximizar o poder. A teoria da balança do poder expõe que as regras da legitimidade impelem os Estados a agir em oposição a alguma coligação ou ator que dê sinais de agir com o propósito de atingir a hegemonia. Como defende Waltz em *Balance of Power – Theory and Practice in the 21st Century*, “o sistema de balança do poder segue claramente as normas da soberania de Vestefália”<sup>12</sup>.

Ambos os casos atestam o poder concentrado nos Estados, protagonizado por eles. Pelo contrário, a teoria liberal sustenta que a teoria das relações internacionais não deve reger-se com base no conflito, como elemento estruturador, posto que as democracias não funcionam em função do conflito. Os liberais argumentam que a economia contribui para a definição da balança do poder, que os Estados são interdependentes economicamente e que por essa razão não arriscam o conflito, pois terá repercussões no seu território e na sua economia – são os efeitos da globalização.

Vamos analisar mais à frente neste capítulo, quando explicarmos a teoria de Nye, a evolução que o conceito de poder assumiu, do ponto de vista das fontes. Consideramos, de forma simplista, que os realistas avaliam o poder com base em recursos militares, os liberais têm em conta o desempenho económico, os construtivistas os fatores culturais, ambientais ou sociais, e os neoliberais defendem uma interdependência complexa entre os Estados, onde o poder é desempenhado por um leque alargado de recursos e mecanismos. Joseph Nye sustenta a importância da combinação inteligente de todos esses fatores – tese atestada por exemplo pela Administração Obama.

A globalização, na opinião dos neoliberais, não traz apenas efeitos na economia dos Estados mas também nas formas de distribuição do poder. É o liberalismo que introduz a importância das instituições na manutenção da segurança global, porque “fazem coerção diretamente e restringem aqueles que quebram a paz, servem de agentes de mediação e arbitragem, ou reduzem a incerteza nas negociações veiculando informação.”<sup>13</sup> Uma comunidade de segurança internacional é a chave para

---

<sup>12</sup> WALTZ, Kenneth, citado por PAUL, T. V., WIRTZ, James e FORTMAN Michael (eds.) – *Balance of Power: Theory and Practice in the Twenty-First Century*, 2004, p. 6/7

<sup>13</sup> PAUL, T. V., WIRTZ, James e FORTMAN Michael (eds.) – *Balance of Power: Theory and Practice in the Twenty-First Century*, 2004, p. 10

combater a instabilidade e assegurar que nenhum Estado se torna demasiado poderoso, de acordo com a tese liberal. Enquanto para os realistas e neorealistas são determinantes alianças militares, os liberais acreditam numa partilha de valores que excede o âmbito da agressão física e que é motivada por razões de cariz económico.

A globalização não trouxe apenas implicações económicas. Uma das grandes desvantagens foi a forma como terrorismo se propagou até se transformar num problema de origem mundial, e fora de controlo. O 11 de setembro mostrou isso mesmo e ajudou a uma outra interpretação das fronteiras do poder. A teoria do *state-centric*, que os realistas proclamam, parecia enfrentar o grande desafio. Os ataques foram protagonizados por não-Estados, e conseguiram fragilizar os Estados como até ali só a União Soviética tinha feito, no séc. XX. Os Estados não deixam de existir, enquanto fundamentais no estabelecimento da ordem, mas passam a ter adversários de outra natureza, perante guerras de outra natureza e com redes de ligações distintas. Os fenómenos não são novos, mas emergiram do estímulo da globalização comercial, financeira, tecnológica e cultural. Num mundo globalizado pessoas e bens movem-se em liberdade. Da mesma forma, move-se e dispersa-se a informação.

Não se pode dizer que estes movimentos terroristas contribuam para a balança de poder porque segundo os realistas, são os Estados que integram esse balanceamento. Na verdade, só as grandes potências têm capacidade para conseguir esse equilíbrio, por estarem em igualdade, e por só elas terem condições – recursos – materiais suficientes para o conseguir. Mas como diz Bruce Hoffman, o terrorismo está relacionado com o poder, com a sua perseguição e obtenção com fins políticos, mas representa uma forma de conflito assimétrico, na medida em que ambos assumem diferentes lugares na ordem internacional<sup>14</sup>. Waltz defende contudo que este acontecimento não faz cair por terra a teoria da balança do poder, porque se tratou de um conflito assimétrico e porque apesar dos recursos militares que tenham ao seu alcance, nunca serão equiparáveis aos das grandes potências, pelo que não ameaça a posição dos Estados Unidos da América. Os realistas ofensivos, corrente em que se insere John Mearsheimer, defendem que as grandes potências não se contentam com a balança de poder, e que regulam o seu comportamento sempre com o objetivo claro

---

<sup>14</sup> HOFFMAN, Bruce, citado por VÁRIOS – *The Oxford handbook of international relations*, 2008

de se tornarem potências hegemónicas. Agem, portanto, de acordo com os interesses do Estado. Interesses que, por conseguinte, se vão expandindo à medida que o poder aumenta, num mundo anárquico em que a insegurança é o ponto forte. Neste sentido, e para aumentar a segurança, procuram alcançar a hegemonia e a influência internacional. Mais uma vez, para os realistas, a defesa do argumento da segurança. Para Mearsheimer (que acredita que os sistemas multipolares são mais inseguros que os unipolares), uma grande potência hegemónica ganha estabilidade sabendo que a distribuição do poder é influenciada por ela. Esta foi a postura de George W. Bush enquanto liderou o Governo norte-americano. Para os realistas ofensivos, o reforço do poder militar, acima da capacidade dos outros Estados, foi a estratégia norte-americana para manter a hegemonia depois da Guerra Fria. A guerra contra o terrorismo foi usada para cumprir este objetivo mais amplo. A perspetiva da Administração Obama é diferente.

A teoria neoliberal discorda desta concentração do poder. A história demonstra que as potências hegemónicas foram sempre destruídas por alianças de potências rivais, que acabavam por reunir mais poder. A teoria liberal diz que os Estados Unidos mantêm a hegemonia graças ao poder económico. É nesta abordagem que pretendemos analisar a teoria neoliberal, para a qual o contributo de Nye é fundamental. Os Estados Unidos crescem enquanto potência porque em vez de serem vistos como uma ameaça, antes exercem o poder de atração. Outros, mais institucionalistas, defendem que a hegemonia se perpetua por causa do exercício que Washington faz na orientação das instituições internacionais, ao invés de agir unilateralmente. Nye defende que os Estados Unidos vão conseguir perpetuar o poder hegemónico se mantiverem o estímulo à balança do poder noutras regiões – por exemplo, liderando as discussões em redor do problema das alterações climáticas, fortalecendo instituições internacionais, agindo como mediador em conflitos e coligações fora do seu território. Os seguidores desta perspetiva, de que é exemplo John Ikenberry, sustentam que, assumindo esta abordagem, os EUA vão afastar dos outros a sensação de medo. Esta, diz ele, é uma hegemonia mais liberal do que as anteriores, daí ser tão estável.

É no séc. XXI, portanto, que a teoria da balança do poder enfrenta as maiores críticas. A capacidade económica e a atração cultural, fruto da globalização, de que aqui já falámos, obrigam a uma reavaliação. Os atores não-estatais contribuem para acentuar essas fragilidades e críticas, num mundo cada vez mais complexo, onde as ameaças vêm de outras entidades que não os Estados – chamam-lhe terrorismo transnacional. O primeiro sinal de que a ordem mudou dá-se pela forma como se reage a este tipo de ameaça. O terrorismo não se vence em batalhas militares apenas, mas exige uma guerra – que pode ser da informação -, que implica valores culturais, o *soft balancing*, que envolve menos custos do que a intervenção militar.

Posto isto, importa destacar que depois da I Guerra Mundial e da criação da Liga das Nações, o mundo centrou-se no direito internacional para a resolução de conflitos. Mas o facto de em 1939 a ferida se ter reaberto colocou todas as culpas nas instituições internacionais, sob acusação de idealismo (que se mantêm a Nye, atualmente), por oposição à ênfase do conflito e da soberania que os realistas colocavam. A discussão não deixa de se fazer ouvir mas as mudanças tecnológicas vêm criar uma nova realidade.

Em suma, na oposição entre as duas teorias, o neorealismo e o mais recente neoliberalismo institucional, lembramos que a primeira se rege pela anarquia, a tomada de decisões independentes, enquanto a segunda pressupõe decisões conjuntas e concertadas. Ambos concordam com a cooperação internacional mas diferem na probabilidade e na utilidade da mesma. Do lado neorealista, Grieco defendeu que “a cooperação internacional é difícil de alcançar e ainda mais difícil de manter”<sup>15</sup> e que os neoliberais exageram na importância que lhes dão. Falam em vantagens relativas; por oposição, os neoliberais acreditam em ganhos absolutos. Para os neoliberais os Estados continuam a ser os atores sempre, mas destacam a crescente importância dos atores não-estatais, na ordem internacional, pela forma como o poder é difundido<sup>16</sup>. Os neorealistas discordam em absoluto da existência destes atores que não os Estados. Entre o conflito e a cooperação, as críticas sucedem-se. Carr diz por exemplo que o realismo se baseia no que é e foi, e que o idealismo (liberalismo) é uma

---

<sup>15</sup> Citado por BALDWIN, David A. – *Neorealism and neoliberalism: The contemporary debate*, 1993, p. 5

<sup>16</sup> De acordo com BALDWIN, David A. - *Neorealism and Neoliberalism: The contemporary debate*, 1993



utopia do que deveria ser – adianta que o projeto da União Europeia vai ser o teste decisivo à teoria. Ainda assim, e apesar de o realismo ter surgido como teoria principal depois da Segunda Guerra, foi o neoliberalismo que se assumiu depois da Guerra Fria, e que assume uma maior aproximação àquela que, na nossa opinião, é a abordagem que deve ser feita ao século XXI. Esta é a perspetiva que apresentamos em seguida.

#### A perspetiva de Nye em relação ao poder

O maior contributo de Joseph Nye Jr. no estudo das relações internacionais chegou na década de 80, mas o olhar sobre o séc. XXI levou-o à seguinte conclusão, apresentada em *Compreender os Conflitos Internacionais*:

“No equilíbrio de poder europeu do séc. XVIII, o território, a população e a agricultura forneciam a base para a infantaria, que era um recurso de poder crucial, sendo a França a principal beneficiária. No séc. XIX a capacidade industrial proporcionou os recursos essenciais que permitiram à Grã-Bretanha e, mais tarde, à Alemanha, ganharem poder. A meio do séc. XX a ciência, e particularmente a física nuclear, contribuiu com recursos de poder cruciais para os Estados Unidos e para a União Soviética. No próximo século é previsível que a tecnologia da informação, em sentido lato, venha a constituir o recurso de poder mais importante”<sup>17</sup>.

Já defendemos acima as alterações que existiram nos recursos de poder, mas centramo-nos agora na tese de Joseph Nye Jr., sobretudo no que se refere aos conceitos de *soft power* e de *smart power* – este último adotado pela Administração Obama -, e que conduzem e explicam a importância da informação no contexto político da atualidade.

Na década de 80, as relações transnacionais vieram realçar a importância dos valores e mostrar novos recursos de poder. Perante esta constatação e esta tendência, Joseph Nye apresentou ao mundo académico o *soft power*. Vamos referir mais à frente as condições que levaram ao aparecimento deste novo vetor, por ora explicamo-lo. “O que é o *soft power*? É a habilidade de conseguir o que se quer através da atração em vez da coerção e do pagamento. Surge a partir da atratividade da cultura de um país, da ideologia ou das medidas políticas. Quando as políticas são vistas como legítimas

---

<sup>17</sup> NYE, Joseph S. - *Compreender os conflitos internacionais: Uma Introdução à teoria e à história*, 2002, p. 251

aos olhos dos outros, o *soft power* é fortalecido<sup>18</sup>”, explica Joseph Nye na obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. O autor defende novos recursos de poder, que numa era globalizada não anulam o lugar da capacidade militar mas alargam a área de influências. É a segunda face do poder; é “a capacidade de influenciar os outros com recurso a estratégias como definir a agenda, persuadir, e provocar atração positiva de forma a atingir os resultados pretendidos<sup>19</sup>”. Nye realça, no fundo, a importância da informação e da comunicação no período que se seguiu à Guerra Fria.

O *soft power* não gerou uma reação unânime. As teses realistas continuam a questionar o protagonismo destas novas formas de poder nas relações entre Estados, mas o conceito foi ganhando impacto à medida que começou a ser referido nos discursos dos líderes internacionais. No caso norte-americano, federalismo, democracia e mercados abertos são os valores que se exportam, porque são o que o país representa. Ao contrário do poder militar, o *soft power* não é mensurável e nem sempre efetivo. É inconstante, varia conforme o tempo e o local; varia ao sabor do contexto e está fora do alcance direto dos Governos. A cultura popular, os valores e os direitos humanos são alguns dos recursos que constituem esta forma de poder, que no caso americano se repercute na política externa. Os Estados Unidos, defende Nye, tentam a cooperação sem se socorrer das ameaças ou de pagamentos. “Como depende da estratégia de atração e não da força, *soft power* varia em parte consoante a forma como formulamos os nossos próprios objetivos.<sup>20</sup>”

É importante explicar portanto a teoria que Nye defendeu até chegar a esta conclusão. Há vários séculos que o desenvolvimento militar estava no centro das fontes de poder estatal, e o cenário manteve-se de 1914 a 1918, durante o período em que o mundo assistiu à Primeira Grande Guerra, e é perto do final da Guerra Fria que se assistem às primeiras alterações nesta perspetiva. Em 1979, o realista Kenneth Waltz defendia que uma grande potência dependia do grau que um Estado apresentava em itens como “população e território, recursos naturais, capacidade

---

<sup>18</sup> NYE, Joseph S. - *Soft Power: the means to success in world politics*, 2004, page X

<sup>19</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 20/21

<sup>20</sup> NYE, Joseph S. - *Soft Power: the means to success in world politics*, 2004, p. 60

económica, força militar, estabilidade e competência políticas”<sup>21</sup>. Esta é a forma de avaliação da capacidade defendida por Waltz, que não avalia contudo o desempenho numa guerra. Apesar de ser o primeiro a incorporar a noção de ‘competência política’, está ainda longe da definição que Buzan apresenta, já no início do séc. XX, sobre mesmo conceito. “As superpotências devem ter capacidades político-militares de primeira-classe (medidas pelos padrões da época) e uma economia que suporte essa capacidade. Devem ser capazes de, além de exercer, alcançar o domínio político e militar global. Precisam de ver-se a si próprias e ser vistas pelos demais, em retórica e em comportamento, como estando a esse nível. (...) A sua legitimidade enquanto superpotências vai depender substancialmente do seu sucesso no estabelecimento da legitimidade de tais valores”<sup>22</sup>.

Aquilo que Buzan defende é o reconhecimento do contributo de Nye no estudo das relações internacionais, ao integrar no conceito de superpotência, num mundo globalizado, os fatores sociais, que se tornam importantes, paralelamente às armas. Para Nye, a definição de Grande potência no séc. XIX era a habilidade de se manter na Guerra. Não nega que a guerra se mantenha na atualidade, mas discorda da teoria realista, e diz mesmo que não se aplica no século XXI, devido à complexidade do mundo<sup>23</sup>.

As décadas de 70, 80 e 90 são catalisadoras de uma nova forma de olhar o mundo<sup>24</sup>. Isto porque o desenvolvimento tecnológico fez com que os custos de uma guerra se tornassem avultados, e o uso da força começou a ser contido, num sistema capitalista cada vez mais instalado. Os efeitos foram generalizados a todo o globo. A importância da economia no bom desempenho de um país fazia repensar as condições em que se entrava numa guerra. Até os países não democráticos, com valores pouco populares, sentiam estas limitações. “Os riscos de uma guerra dissuadem os investidores que controlam o fluxo de capital numa economia global”<sup>25</sup>, resume Nye. Se por um lado a Guerra se tornou mais cara devido às inovações tecnológicas que

---

<sup>21</sup> Citado por BUZAN, Barry – *The United States and the Great Powers: world politics in the twenty-first century*, 2004, p. 59

<sup>22</sup> Ibidem, p. 69 (itálico do autor)

<sup>23</sup> De acordo com NYE, Joseph S. - *The Future of Power*, 2011

<sup>24</sup> De acordo com NYE, Joseph S. - *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à prática*, 2002

<sup>25</sup> NYE, Joseph S. - *Soft power: the means to success in world politics*, 2004, p. 20

implicava, por outro, e por via da globalização, esses mesmos desenvolvimentos ficavam com facilidade à mercê de qualquer organização ou indivíduo extremista, e proporcionavam a possibilidade de criar novos meios de terrorismo. O poder, desta forma – e como explicamos um pouco mais à frente neste trabalho –, difundiu-se, e os recursos que o constituem tornaram-se mais complexos, o que se repercutiu nas relações entre Estados. Politicamente, a democracia estendeu-se a outros Estados e as mudanças também acarretaram custos. O grande objetivo destes novos modelos políticos é a manutenção da estabilidade e do bem-estar interno, mais do que a glória que alimentava os líderes do passado, na opinião de Nye. A Guerra deixou de ser um mecanismo de comando usado com a frequência com que se fazia nos séculos anteriores, uma vez que as dificuldades em provar a legitimidade desse tipo de intervenções são substancialmente mais elevadas – apesar dos conflitos no Iraque em 2003 e no Golfo em 1991. Num contexto de mudança generalizada, foi o poder económico o primeiro a destacar-se. “O Presidente da China, Mao Tse-Tung, afirmou que o poder sai do cano de uma espingarda. Após a crise petrolífera de 1973, o mundo foi recordado que o poder pode também sair de um barril de petróleo.”<sup>26</sup> O acontecimento de 1973 levantou novas questões. A crise petrolífera, se tivesse acontecido no séc. XVIII teria tido uma resolução completamente diferente. Seria impensável, defende Nye, tentar a solução do problema através da transferência de centenas de milhares de milhões de dólares para estados fracos. A força militar teria sido usada sem qualquer hesitação. A crise veio contudo mostrar que nem todos os problemas teriam de ser resolvidos dessa forma. Consoante o contexto em que eram gerados, teriam soluções mais complexas, fruto das relações mais complexas que se haviam criado. A interdependência começou a assumir um papel até ali ignorado. Apresentou-se como uma fonte de poder num mundo globalizado, com a qual os Estados tiveram de lidar para desempenhar os seus papéis no sistema internacional. Esse reconhecimento permitiu também aos Estados Unidos levar a melhor sobre a União Soviética no decorrer do conflito. Para Nye, é um erro não considerar a função do *soft power* – e sobretudo da cultura popular norte-americana – na condução dos acontecimentos que culminaram com a queda do Muro de Berlim: para ele, foi a

---

<sup>26</sup> NYE, Joseph S. - *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à prática*, 2002, p. 224

atração cultural e económica que os Estados Unidos conseguiram junto das populações mais jovens nas democracias ocidentais que ajudou à vitória do conflito<sup>27</sup>. Os EUA foram mais perspicazes ao entender a forma como as relações se estavam a desenrolar. A chave do sucesso num mundo interligado estava na forma como os líderes mundiais elegiam ou não estratégias de atração e cooperação, em vez das de comando<sup>28</sup>.

Paralelamente, o séc. XX foi marcado pelo aparecimento em massa de organizações internacionais, que com a revolução da informação foram ganhando destaque na organização da ordem mundial. A forma como os Estados se relacionavam entre si assistiu a grandes transformações que muitos estadistas preferiram ignorar. Nye dá o exemplo de George W. Bush e do caso iraquiano. O antigo líder da maioria na Câmara dos Representantes Newt Gingrich observou que “o ponto-chave não é quantos inimigos eu mato. O ponto-chave é quando aliados eu ganho. E isso é uma máxima muito importante que eles não entendem”<sup>29</sup>. Joseph Nye sustenta que George W. Bush, o ex-Presidente norte-americano, foi o que mais errou na abordagem à mudança do século. Falhou na perceção das alterações do mundo e dos recursos de poder de maior relevância na entrada do séc. XXI. O “novo unilateralismo” – assim denominado por Charles Krauthammer – que Bush protagonizou foi uma estratégia que na opinião de Nye não se adequou às necessidades que emergiam na mudança do século. “Na política externa, a inteligência contextual é a capacidade de diagnóstico intuitivo que ajuda os estrategas a alinhar táticas com objetivos para criar estratégias inteligentes. Dos últimos presidentes dos EUA, Ronald Reagan e George H. W. Bush tinham uma inteligência contextual impressionante; o Bush mais novo não<sup>30</sup>”. Ao contrário da visão tradicional de que os Estados com maiores exércitos dominavam a política mundial, passou a laborar-se num novo formato em que os recursos de poder se tornaram mais complexos<sup>31</sup>. Contrariamente ao que Robert Kagan entendeu para explicar as diferenças entre os dois recursos de poder – *hard* e *soft power* -, entre

---

<sup>27</sup> WAGNLEITNER, Reinhold, citado por NYE, Joseph S. - *Soft Power: the means to success in world politics*, 2004, p. 50

<sup>28</sup> De acordo com NYE, Joseph S. - *The Future of Power*, 2011, p. 101

<sup>29</sup> Citado por NYE, Joseph S. - *Soft Power: the means to success in world politics*, 2004, p. IX

<sup>30</sup> NYE, Joseph S. - *Get smart*. Foreign Affairs, p. 161

<sup>31</sup> De acordo com NYE, Joseph S. e KEOHANE, Robert O. - *Power and interdependence*, 1989, p. 11

Estados Unidos e Europa, Nye integrou-os como recursos de um mesmo Estado, e dedicou-se a mostrar que não se pode negar a evidência de que as Nações Unidas, bem como de todas as outras organizações que se foram multiplicando com o aparecimento das novas tecnologias, assumem um papel central no mundo pós-moderno.

E, em 2004, Nye avança com uma outra teoria e um outro conceito: o *smart power*. Como escreveu Kissinger em *O Segundo Mundo*, “a força pode conquistar o mundo, mas não consegue legitimar-se.”<sup>32</sup> O *soft power* é fundamental para conseguir esta legitimação, mas a credibilidade de um país constrói-se também na confluência das duas forças. Este novo conceito foi criado para contrariar a tendência - e responder às críticas - de que o *soft power* por si só produz política externa efetiva. Ao contrário do *soft power*, é um conceito avaliador da mesma forma que é descritivo. *Smart power* é a forma ‘inteligente’ com se relaciona, coordena e conjuga a força militar com a força dos valores culturais, perante novos atores na cena internacional - os *non-state actors*. É a combinação da coerção e aplicação do *hard power* e da persuasão e atração do *soft power*<sup>33</sup>.

É essa a sugestão que Nye e Richard Armitage dão ao Governo norte-americano para enfrentar os desafios do séc. XXI. No relatório “*A Smarter, more secure America*”, da CSIS Commission on Smart Power, os dois autores equacionam uma visão para os Estados Unidos manterem a liderança mundial num mundo globalizado. Essa é a abordagem: recomendam uma estratégia ponderada de poder inteligente, que contemple os novos desafios de um terrorismo globalizado, de uma sociedade poderosa, interconectada e com um poder cada vez mais disperso e difundido por atores de natureza diversa, que não se coadunam com a teoria do *state-centric*. Compreendem um mundo interligado, onde as instituições assumem um papel fundamental, e onde o poder é mais difícil de manter do que quando se recorria ao exército. O poder deixou de ser apenas exercido *sobre* os outros (*hard power*), e passou a exercer-se *com* os outros (*soft power*). Não se consegue apenas através da ameaça e da força, mas através da promoção de valores, da cooperação entre

---

<sup>32</sup> KISSINGER, Henry, em *O Segundo Mundo: como as potências emergentes estão a redefinir a concorrência global no séc. XXI*, 2009, p. 324

<sup>33</sup> De acordo com NYE, Joseph S. - *The Future of Power*, 2011, p. XIII

instituições e de políticas de atração e de agenda. O uso do *hard power* é intrínseco à construção de um Estado, é mais imediato; o poder económico permite atuar com rapidez; os mecanismos de *soft power* exigem mais ponderação e paciência, uma vez que os resultados são conseguidos em prazos mais longos. É por isso fundamental esta aceção inteligente, esta estratégia, de forma a estabelecer metas concretas e agir de acordo com condicionantes que estão fora do controlo dos Estados, que vêm de fora dos Estados, e que implicam abordagens menos unilaterais. É preciso não negligenciar a importância do poder militar, nem considerar que a liderança se consegue apenas com mecanismos de *soft power*: “Se um Estado conseguir definir a agenda para os outros ou moldar as suas preferências, pode guardar muitos paus e armas. Mas raramente uma coisa substitui totalmente a outra. Daí a necessidade de estratégias inteligentes que combinem os utensílios de ambos, *hard* e *soft power*<sup>34</sup>”. Nye, no caso de ter de escolher, preferiria o poder militar, mas advoga que o *smart power* mostra que o melhor é ter os dois.

Na teoria de Nye a guerra deixa de estar no centro das preocupações da política externa, para se assumir uma diplomacia bilateral e multilateral, em função da complexidade de atores que partilham poder. O desafio que Nye propõe aos Estados Unidos é o de manter o poder e a liderança na hierarquia das nações, tendo em conta todos estes fatores, combinando-os de forma a conseguir os resultados pretendidos.

Na verdade, Nye defende que é benéfico para o mundo que os Estados Unidos assegurem a posição de grande potência – uma perspetiva que gera críticas -, e que o lugar só pode estar em causa em consequência de uma fraca estratégia de *smart power*. Neste aspeto, Nye vai de encontro ao que Francis Fukuyama defende, ou seja, que Washington está a perder o poder devido à ascensão do resto.

A prática desta atração não constitui uma novidade – os britânicos adotaram esta estratégia no séc. XVII com as suas colónias<sup>35</sup> – mas a transposição para uma teoria é uma inovação do americano Joseph Nye, que ganhou apoio entre a nova Administração norte-americana. A Secretária de Estado dos Estados Unidos da América

---

<sup>34</sup> NYE, Joseph S. - Get smart. Foreign Affairs, p. 160

<sup>35</sup> De acordo com ZAKARIA, Fareed - The Future of American Power. Foreign Affairs, 2008, p. 20

apoiou-se nas recomendações de Nye. Em Dezembro de 2010, na *Foreign Affairs*, Hillary Clinton escreveu:

“Os problemas globais, do extremismo violento à recessão mundial, das alterações climáticas à pobreza, exigem soluções coletivas, mesmo que o poder no mundo se esteja a tornar mais difuso. Requerem uma cooperação internacional eficaz, mesmo que isso seja difícil de conseguir. (...) Comecei o meu mandato como Secretária de Estado dos EUA alertando para a necessidade de elevar a diplomacia e o desenvolvimento lado a lado com a defesa – uma abordagem de “smart power” para resolver os problemas globais.<sup>36</sup>”

É a partir de um discurso público em que Clinton faz referência a *smart power* que a teoria ganhou destaque. Mas o autor acredita que, apesar de os Estados Unidos estarem em melhor posição para a adotar, esta é uma estratégia válida para qualquer Estado, desde que este se adote às condições impostas pela Era da Informação. E ao contrário do que acontece com o poder militar, exclusivo aos Estados, o *soft power* está acessível a qualquer ator internacional, se souber fazer uso do material que serve agora de recurso de poder, em que a empatia e a inteligência social assumem lugar de destaque (o caso da *Wikileaks* é um exemplo de tentativa de, com base no *soft power*, se atingir a credibilidade dos Estados Unidos). A Era da Informação trouxe a cada indivíduo poder suficiente para legitimar a sua posição na ordem. A política e a diplomacia deixaram de se fazer apenas com os chefes de Estado. As interações entre governos já não as únicas a funcionar na política internacional. A opinião pública ganha importância até nos Estados autoritários, uma vez que os atores não-estatais conseguem influenciar o decorrer dos acontecimentos. Esclarece Hillary Clinton: “Atualmente, um embaixador norte-americano cria laços não apenas com o governo do país anfitrião como também com o povo”<sup>37</sup>. Vamos provar esta perspetiva de Nye quando lembrarmos o caso da Revolução na Tunísia e explicarmos a forma como foi conseguida informação. Tê-la dá a cada cidadão uma influência acrescida, e simultaneamente retira aos Estados o poder absoluto. Desta forma, o poder difunde-se de uma maneira que obriga os Estados - ainda assim são eles que assumem a liderança nas relações internacionais – a adotar estratégias que incluam em vez de excluir, que integrem em vez de afastar

---

<sup>36</sup> CLINTON, Hillary R. - Leading through civilian power. *Foreign Affairs*, 2010, p. 13

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 16



todos os cidadãos, organizações, publicações na Internet – são as estratégias de *smart power* a ganhar impacto, fundamentais na demonstração e uso de poder no séc. XXI.

### A teoria da difusão do Poder e os *nonstate actors*

Do lado oposto a Nye, Robert Kagan utiliza *hard* e *soft power* para distinguir os recursos e a liderança que opõem Estados Unidos e Europa.

“A Europa está a afastar-se do poder ou, dito de outra forma, está a mover-se para além dele num mundo auto-suficiente de leis e regras e negociação transnacional e cooperação. (...) Enquanto isso, os Estados Unidos permanecem mergulhados na história, exercendo o poder num mundo anárquico ‘Hobbesiano’ onde as leis e regras internacionais não são confiáveis, e em que a verdadeira segurança e defesa e promoção da ordem liberal ainda dependem da posse e uso de material militar.”<sup>38</sup>

Na opinião do autor, os conceitos de Nye aplicam-se de outra forma, e os mesmos poderes não se conjugam na estratégia de um país. Para Kagan, os Estados Unidos são a grande potência mundial e a Europa usa uma outra forma de poder – que ele apresenta como menor – para tentar equiparar-se e discutir a liderança da ordem internacional com Washington. A fraqueza e a fragilidade da Europa têm produzido uma ideia generalizada de que o poder militar é menos importante do que o económico e o *soft power*, numa ordem em que o direito internacional e as instituições valem mais do que os Estados individualmente, e onde os Estados partilham valores comuns. Kagan está contra a teoria que apresenta Nye, considera um poder menor aquele que Nye teorizou, e continua a defender o mundo anárquico de Hobbes, que a Europa desvaloriza porque não consegue impor-se perante as leis brutais que o regem<sup>39</sup>. Da mesma forma, considera as Nações Unidas e o Conselho de Segurança mecanismos de que a Europa faz uso para substituir o poder que não tem. É uma perspetiva claramente diferente da de Joseph Nye que aqui apresentamos, que revela mais uma vez a crítica realista ao excessivo valor atribuído ao poder da atração e da promoção de valores.

---

<sup>38</sup> KAGAN, Robert - *Of paradise and Power: American and Europe in a New World Order*, 2003, p. 3

<sup>39</sup> Ibidem, p. 37

A crítica realista é partilhada por outros autores. Uns, por exemplo, dizem que *soft power* funciona de forma diferente na teoria e na prática. Outros não aceitam a queda do realismo. Stephen Walt defende que todos os Presidentes americanos procuram a liderança do poder, e que, apesar de defenderem que a soberania dos Estados estará em causa, perante o lugar de destaque que os fenómenos transnacionais ocupam na agenda internacional, o realismo não deixa de ser a ideologia política dominante. Os problemas comuns podem impedir uma decisão unilateral, mas:

“Longe de estar obsoleto, o Estado-Nação continua a mais robusta e importante forma política no planeta, e o nacionalismo é ainda a ideologia política dominante. (...) Depois do 11 de Setembro, os americanos não recorreram à Amnistia Internacional, à Microsoft, ou às Nações Unidas para conseguirem segurança contra a Al Qaeda; eles viraram-se em vez disso para o Governo americano. As instituições internacionais como o Banco Mundial, o FMI, e a ONU têm papéis importantes no mundo atual, mas os seus poderes estão confinados ao que os seus membros lhes conferiram. As agências humanitárias que estão a braços com os efeitos catastróficos do tsunami de Dezembro de 2004 estão a usar os recursos dados pelos – imaginem quem? – Estados. E assim por diante.”<sup>40</sup>

Walt diz ainda que, para além de os Estados não estarem a perder importância na cena internacional, que o *soft power*, ainda que exista, não é nem um problema, nem uma solução. A solução passa sempre pela política correta. Paul Cammack recorda E. H. Carr, que já tinha identificado o poder da opinião como um recurso além da força militar e do poder económico, e acusa-o de não ser inovador na abordagem. Os exemplos que mostramos no 3º e 4º capítulos deste trabalho vêm provar a tese que Nye defende. Consideramos que os Estados não deixam de ter o papel central na cena internacional, mas defendemos que o conseguem por meio de outros recursos que não o poder militar. Admitimos a teoria neoliberal de que alguns *non-state actors* são cada vez mais uma ameaça ao poder instaurado, e que o poder é menos concentrado do que foi até ao final da Guerra Fria, fruto das alterações tecnológicas, que permitem a difusão do poder. Cammack discorda também desta abordagem<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> WALT, Stephen M. - Every american president since Roosevelt has sought to keep the United States in Power. Boston Review, 2007

<sup>41</sup> CAMMACK, Paul – Smart power and US leadership: a Critique of Joseph Nye. 49<sup>th</sup> Parallel, 2008

Acusa Nye de se contradizer ao falar em difusão do poder e da liderança dos Estados Unidos simultaneamente; considera as duas versões impossíveis de conciliar: ou existe uma cooperação internacional na construção da agenda global, ou existem indicações e recomendações sobre como Washington deve continuar a assegurar a hegemonia. Nye explica a difusão do poder como um jogo de xadrez, com vários níveis e vários intervenientes. A escala é descrita mais à frente e inclui os *nonstate actors* no último setor, onde de facto o poder é difuso. E é nesse setor que inserimos a *Wikileaks* e o povo tunisino e contextualizamos as circunstâncias em que conseguem reunir poder – no caso da *Wikileaks*, ao afetar e incomodar os Estados Unidos e a sua credibilidade, através da divulgação de telegramas diplomáticos norte-americanos; no caso dos tunisinos, devido à forma como conseguiram derrubar o regime sem armas. Acreditamos que só devido ao *soft power* é possível entender as Revoluções Árabes, geradas por cidadãos sem recurso à força física, mas mediante uma mensagem transmitida, na maioria dos casos na Internet, por quem conseguiu poder por via desse mesmo meio.

“Duas grandes mudanças no poder estão a ocorrer neste século: a transição do poder entre Estados e a difusão do poder de todos os Estados para os atores não estatais<sup>42</sup>”, sustenta Nye, na abertura do seu livro *The Future of Power*. Isto é, o poder continua a transferir-se entre Estados, mas assiste-se a uma outra realidade. Os realistas defendem a transição de poder - neste caso, dos Estados Unidos para Ásia e Europa; Nye acredita que não são os Estados Unidos que estão a ficar obsoletos mas os *nonstate actors* que vão aumentando o poder.

A forma como a mudança se processou deriva do desenvolvimento tecnológico, impulsionado sobretudo pela Guerra Fria. Durante os 40 anos de conflito, Estados Unidos e União Soviética trabalharam para desenvolver sistemas tecnológicos que permitissem o controlo à distância do material militar de que dispunham. Esta foi uma forma de evitar o confronto físico, que teve dois resultados imediatos. Em primeiro lugar, os Estados Unidos conseguiram uma clara supremacia a nível militar, dado que fizeram um melhor uso da tecnologia da informação na criação de armas de precisão,

---

<sup>42</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. XV

de serviços de inteligência, e de sistemas de controle<sup>43</sup>. Depois, apesar de o objetivo ser evitar danos maiores, o que o desenvolvimento tecnológico provocou foi uma mudança no paradigma das relações sociais e das relações entre Estados. Surgiram a comunicação à distância, as redes de partilha e as ligações que anularam fronteiras. Foi isto que permitiu a entrada na Era da Informação – que caracterizamos no próximo capítulo. A globalização permitiu que esta Era se desenvolvesse a um ritmo difícil de prever. Possibilitou a transferência de produtos, de cultura, de informação, sem que o controlo estivesse do lado dos Governos – uma novidade até então. À medida que a mercadoria se ia espalhando, e a informação se ia difundindo, também as relações entre os Estados se foram alterando. Mudanças na comunicação trazem mudanças no poder. A globalização fez surgir uma imensidão de teorias críticas ao Estado-Nação, por consistir numa antítese às premissas do realismo e neorealismo. Como Buzan explica:

“No pós-Guerra Fria, o triunfalismo liberal produziu uma escola de pensamento de globalização que atacou o *state-centric*, uma teoria cujo pressuposto principal é a ideia da polaridade. Os globalistas destacam a difusão do poder, dos Estados e do setor militar para outros atores e outros fatores. A perspetiva globalista é geralmente entendida como sendo oposta à do realismo, a compreensão do poder político da estrutura do sistema internacional. A globalização assenta sobretudo na abordagem cultural, transnacional e económica internacional. Talvez o seu princípio central seja a desterritorialização da política internacional. Nas suas versões mais radicais, a desterritorialização retira o Estado e o sistema de Estados do centro do palco da política internacional. As versões mais moderadas admitem o Estado e o sistema de Estados, mas assumem também muitos atores não-estatais e sistemas organizados em função deles.”<sup>44</sup>

Num mundo globalizado, os Estados que não se integram têm dificuldade em manter-se, pelo menos em serem economicamente viáveis. Aconteceu com Myanmar quando se isolou dos mercados internacionais e a economia se deteriorou. A interdependência que existe atualmente, imersa em relações transnacionais, justifica o papel das Nações Unidas, do lado do poder político. E justifica as ligações económicas que constituem o enredo da economia global. O “world politics paradigm” analisa isso

---

<sup>43</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Soft Power: the means to success in World Politics*, 2004, p. 18

<sup>44</sup> BUZAN, Barry – *The United States and the Great Powers: world politics in the twenty-first century*, 2004, p. 54

mesmo. O número de organizações internacionais já crescia antes da Segunda Guerra Mundial, mas é particularmente evidente esse aumento na segunda metade do séc. XX, e as relações melhoram fruto desse avanço tecnológico e da sofisticação das organizações internacionais<sup>45</sup>.

O que acontece no séc. XXI beneficia ainda mais da evolução tecnológica, não fosse essa a principal razão para o florescimento das organizações internacionais, que progressivamente – pela qualidade e pelo número – foram ocupando um lugar de destaque na tomada de decisões na ordem mundial.

Essa é uma das razões pelas quais se discute atualmente a polaridade. Numa ordem em que as grandes potências assumem cada vez menos relevância, não faz sentido, diz Haass<sup>46</sup>, falar em unipolaridade ou mesmo em multipolaridade, porque não há pólos. A globalização reforça essa *nonpolarity*, em primeira instância, porque as trocas que existem além-fronteiras acontecem sem controlo nem conhecimento dos Estados, o que elimina a sua influência; além disso, e de forma simultânea, essas trocas fortalecem as capacidades de alguns *nonstate actors*, como as entidades energéticas, os bancos, os terroristas (que treinam, recrutam *online* e por todo o mundo) e os grandes investidores. Todos ganham poder (*soft power*) à medida que se torna perceptível que até o Estado mais forte perde o monopólio do poder. “É mais fácil do que nunca para um indivíduo e um grupo acumular e projetar poder substancial.”<sup>47</sup> – a *Wikileaks* foi uma das organizações que tirou partido disto e usou esse poder.

É de facto a partir do aparecimento destes *nonstate actors* e da importância que lhes compete que pretendemos desenvolver o nosso estudo. Um qualquer indivíduo, com motivações até aqui equívocas, jamais conseguiria penetrar no seio da diplomacia americana se a tecnologia não o tivesse permitido. E jamais teria a importância – pelo menos mediática – que o fenómeno assumiu num sistema Estado-Nação. Por dias – e meses –, a *Wikileaks* assumiu, como outras instituições carregadas de poder, o protagonismo que a Era da Informação permite - o poder efémero conseguido devido ao ataque ao *soft power* americano (e sem recorrer a armas). O

---

<sup>45</sup> De acordo com NYE, Joseph S. - *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*, 2002, p. 244

<sup>46</sup> HAASS, Richard N. – The Age of Nonpolarity: What will follow US dominance. *Foreign Affairs*, 2008

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 51

poder difundido permitiu que esta realidade acontecesse. É preciso ter ainda em conta que a *nonpolarity* gera ao mesmo tempo o aumento do número de ameaças e de vulnerabilidades de um país como os Estados Unidos.<sup>48</sup> Haass defende desta forma a *nonpolarity*, tal como Nye o faz mas apenas no último nível da hierarquia do poder que apresenta como solução para entender o mundo atual: os líderes não se devem colocar no topo da montanha, mas sim num círculo, que é como agora se processam as relações internacionais.

“Hoje, o poder está distribuído num padrão que se assemelha a um complexo jogo de xadrez a três dimensões. No topo, o poder militar é amplamente unipolar, e os Estados Unidos devem reter a liderança por mais algum tempo. Num setor intermédio, o poder económico tem sido multipolar ao longo de mais de uma década, com os EUA, a Europa, o Japão e a China como grandes potências e outras ganhando importância. O tabuleiro inferior é o reino das relações transitórias. Inclui *non state actors* tão diferentes como bancos, que transferem fundos eletronicamente, terroristas que traficam armas, *hackers* que ameaçam a cibersegurança, e desafios como as pandemias ou as alterações climáticas. Neste último setor, o poder é amplamente difundido, e não faz sentido falar em unipolaridade, multipolaridade ou hegemonia”<sup>49</sup>.

A proliferação do poder dá-se para instituições de todo o tipo, integradas na sociedade: meios de comunicação social como a Al Jazeera, a BBC ou a CNN; milícias como o Hamas, o Hezbollah, ou os Talibã assumem um papel na organização da ordem mundial onde estão lado a lado com os Estados. Os partidos políticos em si mesmos, as instituições religiosas ou as organizações terroristas ganharam poder na Era da Informação. As organizações de cariz social como os Médicos sem Fronteiras, a Greenpeace ou a Fundação Bill e Melinda Gates a mesma coisa. Partilham o palco principal com os Estados, dependendo do assunto que está em cima da mesa. “O mundo atual é cada vez mais de poder distribuído em vez de poder concentrado”<sup>50</sup>, defende Haass, que partilha do modelo da difusão do poder na Era da Informação.

Nenhum Estado toma neste século uma decisão (unilateral) sem ouvir estas partes envolvidas. Segundo Kjell Skjelsbaek, num capítulo do livro *Transnational Relations and World Politics*, algumas organizações não-governamentais têm mais

---

<sup>48</sup> Ibidem, p. 52

<sup>49</sup> NYE, Joseph S. – The Future of American Power. Foreign Affairs, 2010, p. 3

<sup>50</sup> HAASS, Richard N. - The age of Non Polarity: What will follow US dominance. Foreign Affairs, p. 46

poder e influência do seu campo de atuação do que alguns pequenos Estados, e o mesmo acontece com empresas multinacionais ou com instituições intergovernamentais.<sup>51</sup> Muitas organizações funcionam como “consciência global” representando o interesse público perante os governos: pressionam, discutem, tomam posições e influenciam opiniões e decisões<sup>52</sup>. Estes atores organizam-se transnacionalmente com custos bastante baixos. E apesar do sistema de Vestefália de estados soberanos ainda ser o padrão dominante nas relações internacionais, assiste-se agora a uma governação transversal. Os *nonstate actors* têm um *hard power* menos acentuado, mas compensam essa lacuna com o *soft power* que conseguem ganhar a muitos dos Estados. No mundo político atraem seguidores e apoiantes, são vistos como importantes aliados ou adversários na cena internacional e atraem meios de comunicação social e Governos para as suas causas. A importância destes organismos atesta-se pelo número de vezes que são mencionados nos *media*.

Esta proliferação de *nonstate actors* e da informação revela-se para o lado positivo e para o negativo: provocam a *nonpolarity* ao mesmo tempo que promovem a proliferação das armas. Se uns trabalham para o bem comum, outros existem no sentido inverso. É o caso das organizações terroristas, de que a AlQaeda é exemplo máximo. O número de organizações disparou – também elas conseguem com as tecnologias ganhar apoiantes e seguidores, e também elas conseguem gerar impacto na cena internacional. O conflito armado não desaparece, no entanto a guerra entre Estados torna-se menos comum face à maior frequência de conflitos intraestatais, entre Estado e *nonstate actors*<sup>53</sup>. Daí que Nye defenda que o terrorismo não se vence com um bom exército, mas com boas alianças (realistas como Mearsheimer não acreditam em organizações a moderar conflitos, que, diz, ocorrem entre Estados).

A ideologia pluralista que se tem espalhado pelo mundo é uma das razões que justifica o aparecimento de tantas organizações internacionais. O fenómeno não só ainda não atingiu o pico como deve mesmo continuar a reproduzir-se com intensidade, à medida que os meios tecnológicos e a comunicação se vão desenvolvendo. Só uma

---

<sup>51</sup> De acordo com SKJELSBÆK, Clay - The growth of international non-governmental organization. *Transnational Relations and World politics*, 1972, p. 85/86

<sup>52</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Soft Power: the means to success in world politics*, 2004, p. 90

<sup>53</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *The Future of power*, 2011, p. 33

vaga de nacionalismo impediria o acréscimo do número de ONG e negaria o impacto que estas irão assumir no futuro. E para além da ameaça da China, Índia ou Brasil, como ameaças ao poder norte-americano, existe ainda a possibilidade de a reprodução destes organismos por em causa a posição de Washington, defende Nye. “Num mundo centrado na informação, a difusão do poder pode constituir mais perigo do que a transição do poder.”<sup>54</sup> E a multiplicidade de atores na cena internacional em busca de influência cria dificuldades na conquista de respostas coletivas aos problemas também eles globais<sup>55</sup>.

É o reconhecimento deste poder e desta dependência que pode dar a credibilidade a um Estado. Para os Estados Unidos, como para qualquer outra potência, é importante ter noção de que o mais forte do mundo não consegue na atualidade fazer tudo o que pretende sem a ajuda e apoio dos outros. A credibilidade é o recurso mais difícil de construir. E só se consegue quando o Estado conhecer profundamente a nova estrutura do poder, a forma como agir na combinação dos vários materiais à disposição, e de como construir alianças na Era da Informação.

Um dos materiais fundamentais é precisamente a informação. Este constitui agora um recurso de poder, a que qualquer cidadão com ligação à Internet consegue aceder – é necessário contudo ter em conta que a globalização ainda não chegou a todo o mundo, na medida em que só ¼ da população mundial tem telefone ou modem. “É geralmente aceite que ainda estamos nas fases iniciais da revolução da Informação<sup>56</sup>”, que se refere aos rápidos avanços tecnológicos nos computadores e nas comunicações. A principal característica é a descida nos custos de processamento e transmissão da informação. Comunicar passou a tornar-se tão barato que a quantidade de dados transmitida sofreu um acréscimo exorbitante. As consequências são significativas, no bom e mau sentido. Mas nem tendo em conta as desvantagens os Estados ganham em condicionar o acesso à informação. Essa não é uma estratégia válida na Era em que vivemos. “A narrativa do *smart power* para o séc. XXI não prevê a

---

<sup>54</sup> NYE, Joseph S. - The Future of American power. Foreign Affairs, 2010

<sup>55</sup> De acordo com HAASS, Richard N. - The age of Non Polarity: What will follow US dominance. Foreign Affairs, p. 52

<sup>56</sup> NYE, Joseph S. – *Compreender os conflitos internacionais: Uma introdução à teoria e à história*, 2002, p. 249



maximização do poder ou a preservação da hegemonia. Dedicar-se apenas a encontrar formas de combinar recursos e estratégias de sucesso no novo contexto da difusão do poder e da 'ascensão do resto'.<sup>57</sup>”

---

<sup>57</sup> NYE, Joseph S. - The Future of American power. Foreign Affairs, 2010, p. 12

## CAPÍTULO II – A ERA DA INFORMAÇÃO: O CONTEXTO DO SÉC. XXI

### A Revolução da Informação

Há quem chame a esta revolução a “Terceira Revolução Industrial”<sup>58</sup>. Nasceu devido aos rápidos avanços tecnológicos nos computadores, nas comunicações, e traduziu-se numa diminuição brusca dos custos de transmissão da informação. A propagação do fenómeno deu-se à mesma velocidade: em 1993 havia 50 *websites*, em 2000 eram mais de 5 milhões, agora são praticamente incontáveis<sup>59</sup>. O armazenamento, o processamento e a busca de informação aumenta a uma velocidade vertiginosa, difícil de controlar e as ameaças para cada Estado são neste século forçosamente de natureza diferente. Pretendemos contextualizar a realidade do séc. XXI para, neste caso, estudarmos os perigos a que política norte-americana ficou exposta – perante o fenómeno *Wikileaks* -, num ciberespaço onde a informação se transmite com rapidez mas, sobretudo – e como salienta Joseph Nye -, a custos praticamente negligenciáveis. Estudamos ainda a forma como estes custos, praticamente nulos, colocam qualquer cidadão na esfera do poder<sup>60</sup>.

É este aspeto que marca a Era, segundo Nye: como consequência dos baixos custos de produção, armazenamento e transmissão, a quantidade de matéria que circula *online*, no ciberespaço, é praticamente infinita, de diversa índole e exige cuidados redobrados. “A tecnologia da informação destruiu o tempo e a distância”, diz já em 1997 Walter Wriston, o então fundador do agora Citigroup<sup>61</sup>. No início do séc. XXI, os utilizadores de computadores mandavam cerca de 25 biliões de *emails* por ano. Em 2010, 70% da informação gerada no mundo vem de *emails*, vídeos online e da *World Wide Web*. “Estas alterações dramáticas nas tecnologias de computação e de comunicação estão a mudar o futuro dos governos e a acelerar a difusão do poder<sup>62</sup>”.

O domínio Internet começou em 1983. A *World Wide Web* teve início em 1989 e o Google, o mais popular motor de busca ainda hoje, foi fundado em 1998 (a

---

<sup>58</sup> Entre outros, Jeremy Rifkin adota o termo na obra *The Third Industrial Revolution*

<sup>59</sup> De acordo com NYE, Joseph. S – *The Future of Power*, 2011

<sup>60</sup> Ibidem, p. 124

<sup>61</sup> Citado por BREMMER, Ian - *Democracy in Cyberspace*. Foreign Affairs, 2010

<sup>62</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 115

Wikipédia surge já em 2001 – plataforma em que todos dão o seu contributo)<sup>63</sup>. Desde 1983 que se tem assistido a mudanças vertiginosas na vida pessoal, com consequências na economia e na política. Acende-se nesta altura à conta bancária através de casa, vemos notícias ao segundo, comunica-se sem qualquer custo e sem barreiras de espaço, acende-se a uma quantidade grotesca de informação, que permite pesquisas impensáveis há poucos anos. No início pensou-se que a propagação destes meios informáticos ia fazer com que a televisão e rádio – os meios de comunicação tradicionais – tivessem um controlo absoluto da informação. A instalação da Internet como ferramenta fundamental no quotidiano dos cidadãos muda essa visão e esse facto dominador parece cada vez mais distante. Pelo contrário, o que está a acontecer é que o poder está agora mais difundido do que nunca – e do que alguma vez se imaginou. Em comparação com a rádio, a televisão e os jornais, cuja informação é sempre controlada e gerida por um editor e por jornalistas, a Internet criou novas formas de comunicação ilimitadas: um para um, via *email*, um para muitos (num site pessoal, num blog ou mesmo numa conta *Twitter*), de muitos para um (como a Wikipédia), e de muitos para muitos (nas mais recentes e inovadoras redes sociais)<sup>64</sup> - o impacto político destes novos fenómenos é discutido e analisado por nós mais à frente, acima de tudo no que diz respeito ao efeitos que provocam no sistema político.

É de ressaltar no entanto que estas transformações tecnológicas ainda não chegaram na atualidade ao mundo inteiro – apesar de ser seguro dizer que já afetam todo o planeta, direta ou indiretamente. Mais de 50% da população mundial tem acesso à combinação de telemóvel e Internet (5 mil milhões) e 2 mil milhões têm acesso apenas à Internet<sup>65</sup>. Nos países desenvolvidos, o acesso à Internet é generalizado. Comprar um computador custava em 2000 mil vezes menos que em 1970. Como exemplifica Melissa Hathaway, chefe do Gabinete criado por Obama para o Ciberespaço no *National Security Council*, se o preço dos automóveis tivesse descido ao mesmo ritmo, compraríamos nesta altura um carro por 5 dólares<sup>66</sup>. Estes novos intermediários tornam possível a transmissão de informação através das fronteiras,

---

<sup>63</sup> De acordo com NYE, Joseph, S. – *The Future of Power*, 2011, p. 122

<sup>64</sup> Ibidem, p. 116

<sup>65</sup> De acordo com SCHMIDT, Eric e COHEN, Jared – *The Digital Disruption: Connectivity and the diffusion of Power*. Foreign Affairs, 2010

<sup>66</sup> HATHAWAY, Melissa – *Strategic Advance: Why America should care about Cybersecurity*, 2009

antes difíceis de ultrapassar. Para Melissa, se os *media* tradicionais são chamados de “quarto Estado”, este espaço, a Internet, deve ser chamado de “Estado interconectado”<sup>67</sup>.

Essa é aliás uma das grandes vantagens que a Revolução da Informação trouxe: a interconexão. Mas se os desenvolvimentos tecnológicos trouxeram benefícios inegáveis, toma-se agora consciência dos perigos que também representam, na mesma medida. É também Melissa Hathaway quem primeiro destaca a importância da definição de onde acaba a segurança privada e começa a segurança pública, que num espaço *online* é difícil de definir. Da mesma forma que o uso que se faz da Internet assume proporções que acabam por ficar fora do controlo dos Estados – e é esse o assunto que pretendemos desenvolver, por forma a explicar o impacto da *Wikileaks* no mundo diplomático, e a queda do regime de Ben Ali. Nesta Era, os recursos militares são menos acessíveis para os *nonstate actors*, mas estes recorrem a outros meios de obtenção do poder, através da Internet. Estas barreiras praticamente inexistentes marcam um novo mundo político que os Estados têm de enfrentar<sup>68</sup>.

Os terroristas são o exemplo máximo do uso diferente que se faz destes meios tecnológicos. Os Estados passaram a estar sob ameaça frequente, através de mecanismos sobre os quais eles têm muito menos controlo – e mais dificultado. O poder passa a estar nas mãos de redes terroristas, com capacidade para organizar um atentado impossível de prever – como aconteceu por exemplo com o 11 de Setembro de 2001. A velocidade da Internet significa que os Estados deixam de ter poder exclusivo e controlo absoluto sobre as suas próprias agendas. Na opinião de Eric Schmidt e Jared Cohen, autores de “The Digital Disruption”, os Governos enfrentam novos desafios na governação, e novos desafios ao estabelecimento das formas que até aqui tinham de governar. Ao mesmo tempo, alguns adaptam e adotam, criam novas oportunidades de crescimento, desenvolvimento<sup>69</sup>, através da liberdade; outros vão evitar o uso das tecnologias da informação e mesmo condicionar o acesso às mesmas, não postulando a doutrina de “freedom to connect” que Hillary Clinton, por

---

<sup>67</sup> Ibidem

<sup>68</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Liderança e poder*, 2008

<sup>69</sup> De acordo com SCHMIDT, Eric e COHEN, Jared – *The Digital Disruption: Connectivity and the diffusion of Power*. Foreign Affairs, 2010

exemplo, defende para o mundo – estes consideram liberdade como impedimento à sua sobrevivência política.

Não obstante, se por um lado é evidente que a Revolução da Informação veio mudar a estrutura do poder, por outro lado existe também uma perpetuação desse mesmo poder. “Na Internet, todos os cães são diferentes<sup>70</sup>”. Ou seja, não é linear o crescimento do poder dos *nonstate actors*, através das facilidades de acesso à informação. Eles sim assumem grande protagonismo no séc. XXI, mas de outra forma também os Estados que conseguiram usar as transformações a seu favor aumentaram a amplitude de poder. Acontece com os Estados Unidos: estão mais suscetíveis de ataques, têm a liderança mundial ameaçada – e, para alguns autores, partilhada – mas continuam a ser vistos por muitos como a grande potência mundial. Os terroristas e outros *nonstate actors* assumem papéis progressivamente mais importantes e muitas organizações usam mecanismos de *soft power* para atrair seguidores. A política transformou-se numa competição por atração, legitimidade e credibilidade, na opinião de Nye. A capacidade para partilhar e divulgar informação é agora uma fonte de atração<sup>71</sup>, e os Estados que tiverem mais meios de comunicação disponíveis – formas de exercer o *soft power* – são aqueles cuja cultura e valores estão mais próximos das normas que prevalecem globalmente. É uma das razões que explica o caso norteamericano. A outra é a outra face da produção de informação. Embora os custos de recolha sejam cada vez menores, a capacidade para os trabalhar e para a produzir requerem um investimento maior, e é a este nível que os Estados podem recuperar posição. “Nas situações mais competitivas, a *nova* informação custa dinheiro<sup>72</sup>”.

É nesta dicotomia que a Era da Informação se reproduz – sem que os obstáculos contenham a velocidade a que se desenvolve. A revolução da informação permitiu o aparecimento e desenvolvimento daquilo a que Keohane chama o globalismo, um estado do mundo que envolve redes de interdependência a distâncias multicontinentais, que por sua vez propicia a instauração do modelo de globalização,

---

<sup>70</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 132. “On the Internet, all dogs are not equal”

<sup>71</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Soft Power: the means to success in world politics*, 2004, p. 31

<sup>72</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 117. Itálico do autor

com todas as suas vantagens e desvantagens<sup>73</sup>. Ambos os fenómenos não são novos, antes se desenvolveram a uma velocidade brusca nos últimos anos.

Voltando à questão da difusão do poder, e antes de analisar o ciberespaço em si, é importante deixar destacado que a informação se tornou um meio de poder e que cada vez mais pessoas têm acesso a ela e à comunicação política – com variados propósitos, e muitas vezes até de forma não intencional.

A informação gera poder. Na atualidade, há cada vez mais pessoas a ter mais informação do que em qualquer outro momento da História<sup>74</sup>. Como sintetiza Nye, “o que isto significa é que a política internacional não vai ser província exclusiva dos governos<sup>75</sup>”.

As formas de reter poder são bem diferentes daquelas de antigamente. Há agora muita informação, e os que melhor resolverem o “paradoxo da abundância” (muita quantidade de informação leva à escassez de atenção) são os que consecutivamente vão recolher mais poder. Ou seja, a construção da credibilidade é fundamental na Era da Informação e a concorrência é maior para os líderes e Governos porque não estão a competir entre eles. A competição alargou-se a outros atores, incluindo os *media*, também capazes de produzir e divulgar informação, e de entrar numa luta constante pela destruição da credibilidade do outro.

O poder da informação é mais abrangente agora do que se imaginaria há poucas décadas. O poder político está permanentemente em xeque. O poder da informação justifica que agora se faça um plano do que se vai dizer aos cidadãos num discurso político, sob pena de ter efeito contrário ao que se pretende. Quando George W. Bush se referiu ao “Eixo do Mal”, após os atentados de Nova Iorque, no discurso do Estado da União em 2002, os norte-americanos até não reagiram mal à expressão, mas o mundo questionou o objetivo da mensagem. Se um líder se engana, pouco depois o momento é visionado no YouTube. E pode ser visto por um número infinito de

---

<sup>73</sup> KEOHANE, Robert O. – In *Power in a Global Information Age*, 2004, p. 192. O autor define globalismo e globalização

<sup>74</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Liderança e poder*, 2008, p. 72

<sup>75</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 116. “What this means is that world politics will not be the sole province of governments”

peessoas. O conceito básico da Web 2.0 na Internet determina que os conteúdos são criados pelos utentes. De utentes para utentes, pelo que a informação emerge da base e não do topo de uma hierarquia tradicional<sup>76</sup>. Nye defende que na Era da Informação as estratégias de comunicação são tão ou mais importantes do que a força militar, e que “os resultados são moldados não apenas pelo exército que ganha, mas também pela história vencedora.”<sup>77</sup> Temos noção de que isto não se processará exatamente desta forma, mas pretendemos com este exemplo mostrar a importância que a comunicação política assume, e a gradual relevância que a informação tem vindo a ganhar, e que justifica que a Revolução na Tunísia tenha sido levada a cabo por cidadãos comuns, e não gente do topo da hierarquia. Noutro momento da história, as armas saíam à rua e os políticos ou os militares tomariam a iniciativa. Na Tunísia, os poderosos foram os que tinham a informação. Da mesma maneira também se justifica o impacto da *Wikileaks*, mediatizada em todo o mundo.

E se no início do século esta revolução tecnológica e informática fortalecia o poder americano, o alastrar da Internet começou a difundi-lo. Ainda assim, os americanos representam hoje um décimo da população mundial, mas ao mesmo tempo mais de metade dos utilizadores de Internet. São os maiores moradores do ciberespaço.

“Já há 4 séculos atrás, Sir Francis Bacon escreveu que informação é poder. A interdependência também não é nova. O que é novo é a virtual eliminação dos custos da distância como resultado da revolução da informação. Não basta já analisar os fluxos de matérias-primas, de bens e de capital através das fronteiras. O ciberespaço é, ele próprio, “um lugar”: em todo e nenhum lugar<sup>78</sup>”.

---

<sup>76</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Liderança e poder*, 2008, p. 72

<sup>77</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 19. “The outcomes are shaped not merely by whose army wins, but also by whose story wins.”

<sup>78</sup> NYE, Joseph S. – *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*, 2002, p. 248

## O ciberespaço

O ciberespaço é, como dissemos acima, partilhado por todos: com os mesmos ou com diferentes objetivos, com motivações ou razões que divergem desde logo na sua origem. É um espaço aberto, um domínio operacional onde, através da eletrónica, a informação se cria, se explode e se armazena, em sistemas interconectados<sup>79</sup>, sem fronteiras físicas. No relatório de Melissa Hathaway define-se ciberespaço como “a rede interdependente de infraestruturas de tecnologia de informação, que inclui Internet, redes de telecomunicações, sistemas de computadores, processadores embutidos e controladores em indústrias críticas. O uso comum do termo também se refere ao ambiente virtual da informação e das interações entre pessoas”<sup>80</sup>.

Pela diversidade de atores e autores, neste palco universal e de acesso generalizado, sem controlo, o problema de maior que se coloca é a segurança. Como Jason DeParle defendeu num artigo sobre a migração global, no New York Times, ‘transnationalism’ é favorável, mas ao mesmo tempo uma preocupação para quem acredita que impede a integração. Tem de ser visto como uma ameaça, numa era que também é marcada pela *jihad*. Por exemplo, um paquistanês detido nos Estados Unidos por estar a planear uma bomba em Times Square admitiu que os princípios da *jihad* lhe chegavam, por escrito, pela Internet.

O ciberespaço é de facto real e traz riscos consigo. A segurança a este nível é, segundo o relatório do CSIS<sup>81</sup>, a batalha que os Estados Unidos estão a perder. Os autores do artigo “Securing information highway” reforçam precisamente esta questão<sup>82</sup>. Ainda assim foi Barack Obama quem evidenciou alguma preocupação sobre o assunto, foi ele quem alertou para a importância do fenómeno, e desta luta importante de travar no séc. XXI. Admitiu ele num discurso em 2009: “é a grande ironia da nossa Era da informação – as mesmas tecnologias que nos fortalecem e

---

<sup>79</sup> Definição de Kuehl, 2009. Citado por NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 122

<sup>80</sup> HATHAWAY, Melissa – *Strategic Advance: Why America should care about Cybersecurity*, 2009

<sup>81</sup> ARMITAGE, Richard e NYE, Joseph S. – *A Smarter, More Secure America: CSIS Commission on Smart Power*, 2007

<sup>82</sup> CLARK, Wesley K. e LEVIN, Peter L. - *Securing the information Highway*, 2009



ajudam a criar e a construir também fortalecem aqueles que desregulam e destroem<sup>83</sup>”.

O Presidente tornou a segurança cibernética um ponto fundamental da estratégia de defesa norte-americana. Reconheceu a dependência das redes de internet que o país enfrenta e assumiu a vulnerabilidade dos sistemas utilizados – como uma das grandes vulnerabilidades do ser humano nesta altura, uma vez que o nível de utilização é enorme. Quando em Maio de 2009 se dirigiu ao povo norte-americano alertando para este fenómeno, já havia dados de um estudo, que indicavam que nos dois anos anteriores o cibercrime tinha custado ao povo 8 mil milhões de dólares. Por esta razão criou um Departamento na Casa Branca, cujo coordenador é nomeado pelo próprio Presidente, dada a delicadeza do assunto. Ainda assim, as falhas custaram uma das maiores fugas diplomáticas da História. Obama reconhece os novos atores internacionais e o perigo que eles podem representar. A prosperidade económica da América no séc. XXI depende da cibersegurança.

O primeiro discurso do Presidente sobre este assunto chegou meses antes do fenómeno *Wikileaks* – ou pelo menos da sua mediatização –, mas já considerava os problemas que uma falha de segurança na Internet poderia trazer à diplomacia no país. Lembrou que as ameaças podiam vir não de um grupo de extremistas com vestes suicidas, mas de algumas técnicas informáticas, que constituem uma arma de destruição maciça<sup>84</sup>. A *Wikileaks* não tem esse impacto tão grande, mas revelou-se perturbadora, como vamos perceber no próximo capítulo.

É talvez o primeiro líder a alertar para a cibersegurança, apesar dos muitos anos em que o problema se tem vindo a revelar. Há já 1,5 mil milhões de pessoas *online*, e milhares delas a fazer *login in* todos os dias. Mas para o Presidente estes ainda são poucos perante a explosão que se prevê vá acontecer nas próximas décadas. Tal como aconteceu com a Revolução da Agricultura e com a Revolução Industrial, a história ensina-nos que estes são períodos duradouros, e que a Revolução da

---

<sup>83</sup> OBAMA, Barack - Remarks by the President on securing our nation's cyber infrastructure, 2009

<sup>84</sup> Ibidem

Informação começa agora a desenhar-se. “Estamos apenas na Web 2.0. Agora o nosso mundo virtual vai tornar-se viral<sup>85</sup>”.

A imensidão do ciberespaço e o seu sentido de existência torna difícil a detenção do terrorismo, mas a verdade é que este é um local (virtual) favorável à propagação do fenómeno. E as interpretações dos riscos variam de contexto para contexto. Simultaneamente, o Governo dos Estados Unidos pode ver o terrorismo da AlQaeda a alastrar-se através de fóruns específicos ou da intromissão em locais oficiais americanos, e a China pode ver perigo nas plataformas mais comuns do *YouTube* ou do *Facebook*, que promovem e implicam a liberdade dos cidadãos. Teerão ou Pequim podem ver estes instrumentos como potenciais formas de ataque. Washington assinala outros objetos de atenção. O ciberespaço pode ter inúmeros atores, mas em muitos casos ainda é liderado pelos Governos, os ainda mais poderosos. São os terroristas que muitas vezes rompem essas leis – porque o ciberespaço é ele próprio uma fonte de *soft power*, daí o interesse dos Governos em garantir a segurança ou o controlo destes mecanismos.

Voltando ao caso americano, a coordenadora da cibersegurança apontada por Barack Obama, no documento que apresentou aquando da tomada de posse do cargo, não se referiu ao caso como o *Wikileaks*, mas mostrou preocupação perante o fenómeno de divulgação e intromissão em dados secretos e oficiais. Ela destacou que num mercado de tecnologias da informação globalizado qualquer ator pode invadir e expor de forma alargada a informação e pode usá-la indevidamente<sup>86</sup>. Depois do ataque de Conficker worm em 2009 aos computadores americanos, o secretário da Defesa Robert Gates também já se referiu ao desafio da vulnerabilidade das redes de segurança várias vezes. Isso obrigou à criação de hábitos de mudança na forma com o Exército usa o material informático. Não impediu contudo que um soldado libertasse informação confidencial.

Um ataque eletrónico pode assumir diferentes proporções, mas o maior problema que se coloca é que é sempre inesperado, imediato, repentino, e, pelas

---

<sup>85</sup> Ibidem

<sup>86</sup> De acordo com HATHAWAY, Melissa – Strategic Advance: Why America should care about Cybersecurity, 2009

plataformas que utiliza, está longe de ser fácil de prever.<sup>87</sup> Mas o poder que existe nele é para já inegável. Obama definiu, percecionando os desafios e as oportunidades que daí advêm, a cibersegurança como uma das prioridades da sua Administração. A política externa na Era da Informação tem de ter em atenção a forma como a Internet cria novas e mais poderosas formas de comunicação, que ao colocarem poder nas mãos dos cidadãos e de novos atores, remetem para a importância do *soft power* na reação a estes problemas.

Importa referir ainda neste subcapítulo a forma como a cibersegurança era vista na Tunísia. As redes sociais e a informação veiculada na Internet era altamente controlada pelo regime, pelo que, apesar de não se ter tratado de uma fuga de informação, o ciberespaço era visto como um terreno minado, a que os tunisinos tinham acesso, mas mediante um controlo muito mais austero do que acontece nas democracias ocidentais. No entanto, quando este controlo se torna obsessivo e o controlo dos fluxos de informação se transforma no cavalo de guerra de um regime, os custos aumentam, e aumenta também a frustração pelas dificuldades em alcançar essa meta.

### A privatização da Guerra

A 11 de Setembro de 2001, as duas maiores Torres da cidade de Nova Iorque são destruídas por dois aviões que sobrevoavam a grande metrópole. É o grande atentado a marcar o início do século. A surpresa do ataque residiu sobretudo não apenas na gravidade do incidente, mas também nos autores do ataque: não foi um Estado, foi uma organização terrorista, que teve mais poder, neste caso específico, do que um qualquer outro Governo: “um ator não-estatal matou mais pessoas em Nova Iorque que o Estado do Japão em Pearl Harbor em 1941. A isto pode chamar-se privatização da guerra<sup>88</sup>”.

À medida que os sistemas vão ficando mais rápidos e eficientes, ficam também mais vulneráveis e frágeis. São as desvantagens da evolução tecnológica: se por um

---

<sup>87</sup>De acordo com CLARK, Wesley K. e LEVIN, Peter L. - *Securing the information Highway*, 2009, p. 3

<sup>88</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. XIII

lado tornaram a Guerra e a utilização do poder militar mais caro e menos recorrente, devido à dificuldade em justificar a razão moral de uma intervenção, por outro lado fizeram com que a guerra estivesse ao alcance de todos. Se as bombas são caras e pesadas, os explosivos plásticos e os temporizadores digitais têm custos irrisórios. Invadir e boicotar uma viagem de avião é quase tão barato quanto o bilhete para lá poder entrar<sup>89</sup>.

Nye define terrorismo como um ataque deliberado a não-combatentes com o objetivo de espalhar o terror e o medo<sup>90</sup>. E, de facto, o fenómeno das ameaças terroristas não é novo. No séc. XIX, durante a Primeira Guerra Mundial, vários grupos anarquistas também levaram a cabo atentados que acabaram com vários mortos. A novidade está nos meios a que os terroristas agora têm acesso e no poder que eles, enquanto *nonstate actors*, ganharam. No séc. XXI já não precisam do apoio financeiro ou político de um Estado como principal motor do ataque ou da atividade. É a isto que se chama a privatização da guerra, que representa uma dramática mudança no panorama da política mundial, e que foi sobretudo motivada pelo aparecimento da Internet e das novas tecnologias. A novidade hoje é que a tecnologia coloca esse poder nas mãos dos cidadãos. De qualquer um. A Internet tornou os complexos sistemas da modernidade muito vulneráveis a um ataque de larga escala<sup>91</sup>.

Na verdade, nos últimos tempos os terroristas deixaram de ter uma base para não ter nenhuma. Ou melhor, para ter muitas. De acordo com um especialista em terrorismo, o melhor local para estarem sediados deixou de ser o Iémen ou o Paquistão: é simplesmente um lugar isolado num mundo virtual: “o ummah da Web<sup>92</sup>”.

A Internet parece reunir as condições necessárias para a reunião de terroristas, e para a organização de planos terroristas. Uma das tarefas mais difíceis para estes homens é fugir do controlo policial e dos serviços secretos. Ter uma base implica estar em permanente tensão. Ter um espaço na Internet, sem morada fixa nem sede

---

<sup>89</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Soft Power: the Means to success in world politics*, 2004, p. 22

<sup>90</sup> Ibidem, p. 21

<sup>91</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 120/121

<sup>92</sup> ROY, Olivier, 2009. Citado por NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 138

própria, constitui uma grande mais-valia na propagação do terrorismo: há muito menos riscos<sup>93</sup>. E o que é que se considera terrorismo? Afastamos desde já a hipótese de o grupo *Wikileaks* assim ser considerado, tendo em conta que não age em ação concertada com vista a espalhar o terror e o medo por um território, mas julgamos importante analisar também este assunto para justificar a importância das políticas de cibersegurança e do espaço público na Internet enquanto plataforma de liberdade.

“O terrorismo, como o teatro, é uma competição pela audiência<sup>94</sup>”, defende Joseph Nye. E que outro melhor palco teriam que não o ciberespaço? Ali podem fazer aquilo que fariam num qualquer esconderijo no Afeganistão ou no Iémen: nestes *websites* não se faz apenas recrutar, também se treina; incluem instruções detalhadas sobre como fazer bombas ou rebentar explosivos, como cruzar fronteiras ou furar barreiras. Nestes mesmos *sites*, há chats onde se tiram todas as dúvidas e onde se transmitem todos os ensinamentos necessários, através de mensagens codificadas, para que um cidadão em qualquer parte do mundo – sem que tenha de estar numa reunião presencial – possa alinhar-se numa organização<sup>95</sup>. É, desta forma, também mais fácil se darem a conhecer. Para além disso, é importante destacar também a importância mediática. O fenómeno dispara na Internet e ali é divulgado. Rapidamente um ato deste género se torna globalmente conhecido. Nye lembra que, enquanto há 30 anos os custos de informação eram exclusivos dos Governos e instituições de maior capacidade financeira, agora as mensagens são transmitidas com grande facilidade e rapidez nos fóruns, nas redes sociais ou nas notícias na Internet. “O terrorismo depende de forma crucial do *soft power* para a vitória final”<sup>96</sup>. Os terroristas são os atores transnacionais mais dramáticos. São os que mais dificultam o trabalho, atualmente, até aos Estados mais poderosos – ou pelo menos com mais *hard power*. Há dificuldade em controlar fronteiras se usarem a Internet. É esta a razão que levou à criação de políticas de cibersegurança como não se via até aqui. O ciberespaço não substitui o espaço físico e da mesma forma também não elimina a autonomia de um Estado. Não são esses os problemas prementes que se colocam nem é isso que está

---

<sup>93</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 121

<sup>94</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 121

<sup>95</sup> Ibidem, p. 121

<sup>96</sup> NYE, Joseph S. – *Soft Power: the means to success in World Politics*, 2004, p. 22

em causa. Mas a autonomia pode estar a mudar. Se há umas décadas as relações transnacionais envolviam apenas um pequeno número de pessoas, integradas em empresas multinacionais ou outros agrupamentos, agora a Internet abriu essa comunicação a milhões de pessoas<sup>97</sup>. E o facto de ambos os espaços coexistirem, e serem partilhados por variadíssimos autores, dificulta o trabalho e a liderança daquilo que é um Estado soberano, ou um país poderoso, hoje, no século XXI<sup>98</sup>. A tecnologia – cujo uso não é exclusivo dos Estados – difundiu-se para os *nonstate actors* e as sociedades modernas são, ao mesmo tempo que mais informadas, mais abertas, mais inseguras e mais vulneráveis. Estes dois fatores, diz Nye, vêm mostrar que os problemas futuros vão significar mais do que apenas conflitos entre Estados<sup>99</sup>.

#### Um novo poder: o ciberpoder

O poder que se ganha na Internet, por via da informação, vem justificar os fenómenos que apresentamos nos próximos capítulos. A concentração dos meios de comunicação social em grandes grupos projeta uma aposta na informação pirata, conseguida e divulgada através dos novos media – à disposição de qualquer um<sup>100</sup>. Um largo número de indivíduos ou de entidades desenvolvem formas de comunicar fora da esfera de influência e de controlo das instituições políticas e assiste-se a uma apropriação privada de um espaço público – da mesma forma que acontece com um fenómeno como a guerra.

Julian Assange conseguiu usar o poder que obtém do bom manuseamento do material e redes informáticas para abalar o sistema norte-americano, e sobretudo, para dar aos cidadãos a informação e o poder, que – embora não exclusivamente – fizeram culminar na mudança do regime tunisino.

É difícil definir o conceito de ciberpoder, que surge e cresce à velocidade de desenvolvimento da Internet – desde logo pelas limitações em identificar as barreiras

---

<sup>97</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Power in a global Information Age*, 2004, p. 85

<sup>98</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 122

<sup>99</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*, 2002, p. 252

<sup>100</sup> De acordo com McCHESNEY, Robert W. – *Global Media, Neoliberalism and Imperialism*. *Monthly Review*, 2001

ao espaço em que este poder se sustenta – mas uma das descrições mais completas será a de Joseph Nye:

“Ciberpoder pode ser definido como um conjunto de recursos relacionados com a criação, controlo e comunicação de informação eletrónica centralizada no computador – infraestruturas, redes, *software*, capacidades humanas. (...) Na prática, ciberpoder é a capacidade de obter os resultados pretendidos através do uso dos recursos da informação eletrónica interconectada do domínio cibernético. Ciberpoder pode ser usado para obter os resultados *dentro* do ciberespaço, ou podem ser usados ciberinstrumentos para produzir os resultados pretendidos noutros domínios *fora* do ciberespaço.<sup>101</sup>”

Há um fator diferenciador deste para outro qualquer tipo de poder. O ciberpoder não exige recursos caros nem muito capital, como acontece por exemplo no domínio da marinha, do controlo aéreo ou do Exército. O ciberdomínio rege-se por isso noutros termos. Num mundo virtual os atores não se conhecem, são muitos e muitas vezes anónimos, estão separados por muitos quilómetros – mas a distância é irrelevante – e “um simples ataque é praticamente grátis<sup>102</sup>”.

E aplicando o conceito à esfera política, este poder tanto se aplica ao normal utilizador, como aos Governos – porque o ciberespaço atinge áreas tão diversas como a guerra e o comércio externo, daí que seja um espaço negro, sem fronteiras, e muito grande e complexo. Qualquer pessoa tem fácil acesso à Internet e ao poder que lhe assiste. No ciberespaço, um cibernauta ganha um poder que não tem fora do espaço virtual. Mas pelo lado do Estado, também os poderes aumentam. Os cidadãos passam a ser presas mais fáceis de manipular, sobretudo quando se vive num regime autoritário. O exemplo chinês é paradigmático. O Partido Comunista criou mecanismos de divulgação das ideias do Partido, por forma a que a mensagem chegue mais virtuosa e efetiva aos alvos<sup>103</sup>. Na Tunísia, o regime de Ben Ali tinha uma máquina a funcionar para controlar a mensagem que circulava no ciberespaço.

Pode constatar-se que o facto de os cidadãos terem ganhado poder não retirou os Estados do topo da hierarquia. Temeu-se essa situação quando Gutenberg inventou

---

<sup>101</sup> NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 123. Itálicos do autor

<sup>102</sup> Ibidem, p. 125. “A single virtual offense almost cost free”

<sup>103</sup> De acordo com BREMMER, Ian - *Democracy in Cyberspace*. Foreign Affairs, 2010

a imprensa: as possibilidades de informação generalizada e os desafios para os Governos não foram suficientes para impedir uma adaptação dos mesmos, no sentido inverso, para que se criassem formas ágeis de se apoderarem dos jornais para fazer propaganda. As mesmas ameaças foram sentidas com o aparecimento da rádio e da televisão: os grandes programas acabaram por só ser controlados pelos Governos, e o acesso estava também dificultado a qualquer cidadão.

Apesar de no ciberespaço a situação apresentar parâmetros um pouco diferentes, defende-se que estamos na infância da Revolução da Informação e que os Estados vão perpetuar as condições de poder que ainda asseguram. Não obstante, há quem acredite que o fenómeno multidões ainda tem razão de ser, e que o facto de cada vez mais gente ter acesso à informação – que não acontecia nos séculos anteriores, em que só as classes letradas acediam a jornais e a televisão – cria obstáculos à governação que até aqui não se sentiam. Eric Schmidt e Jared Cohen, no artigo “The Digital Disruption”, acreditam que muita gente, junta, consegue provocar efeitos, até nos regimes autocráticos. Mais uma vez, destacamos o exemplo da Tunísia, de uma revolução feita através das redes sociais – que aliás se estendeu e foi fator determinante na chamada Primavera Árabe. As plataformas usadas agora são diferentes, o espaço (ou o tempo de antena) é mais difícil de condicionar, produz-se e transmite-se informação incontrolável, e eliminaram-se – em muitos casos – os mediadores e os intermediários que controlam o fluxo de informação (ainda que alguns governos tenham condições e estejam motivados para criar mecanismos de bloqueio). Não se pode subestimar a possibilidade de manipulação destes fluxos, dizem Schmidt e Cohen, e não se pode esquecer a bifurcação que se cria com o advento das novas tecnologias. No Afeganistão, a partir do momento em que a NATO iniciou a ofensiva, 30% das pessoas passaram a usar telemóvel, os acessos de saúde melhoraram, os bancos também, e até os direitos das mulheres sofreram alterações. Da mesma forma, e no sentido inverso ao que se pretendia, também os talibã conseguiram através de telefones móveis coordenar ataques, ameaçar as populações locais e recrutar e desenvolver novas formas de atacar e novos atacantes. O poder das novas tecnologias e, especificamente, da Internet, não se pode por em causa. Um ataque eletrónico é mais irregular e imprevisível do que uma ofensiva militar: rápido,



barato, e pode ser feito de forma anónima<sup>104</sup>. A Internet, integrada na complexidade da sociedade, criou um sistema em que o poder da informação é cada vez mais distribuído<sup>105</sup>. O ciberpoder é de todos os utilizadores.

---

<sup>104</sup> De acordo com CLARK, Wesley K. e LEVIN, Peter L. – Securing the information Highway. Foreign Affairs, 2009, p. 2

<sup>105</sup> Power in global information age

### CAPÍTULO III – A WIKILEAKS

Os Estados Unidos sempre tiveram consciência dos perigos que o ciberespaço criava e dos riscos que o sistema proporcionava a *hackers* que pretendessem destabilizar o país. Na Era da Informação, o *soft power* norte-americano é facilmente ameaçado por uma investida semelhante, pela divulgação de informação que comprometa a imagem dos Estados Unidos. A ameaça acabou por vir de dentro e representou uma clara tentativa de usufruto da informação para quebrar a credibilidade interna.

O caso *Wikileaks* começou em 1999, quando Julian Assange decidiu fundar uma plataforma na Internet disponível a qualquer cidadão que quisesse divulgar assuntos secretos. O fenómeno é agora mais alargado e há já vários *sites* criados com os mesmos propósitos – e que permitem uma partilha semelhante à que foi idealizada por Assange. Chamam-lhe *crowdsourcing*.

Não são comuns os ataques aos sistemas norte-americanos, normalmente por falta de coragem, porque as consequências inerentes provocam inação nos mentores das investidas. Nas palavras de James Woosley, antigo diretor da CIA, temem as repercussões políticas e económicas que um ataque cibernético possa representar para o país atacante<sup>106</sup>. Mas a ofensiva não veio de um Estado, e teve de facto repercussões para o americano que ousou tornar pública informação apenas acessível a membros do exército.

#### A organização e o fenómeno *Wikileaks*

A *Wikileaks* nasceu em 1999, pelas mãos de um *hacker* informático que pretendia criar um espaço cibernético onde qualquer cidadão pudesse divulgar informação. O domínio foi criado, Julian Assange, o fundador, recolheu apoio e companheiros neste desafio. Instalaram-se como identidade anónima na Internet – uma das facilidades da nova Era -, dando a ideia de que estavam sediados na Suécia

---

<sup>106</sup> AITORO, Jill R. – Terrorists near ability to launch big cyberattacks againsts US. NextGov, 2009

quando na realidade se encontravam na Inglaterra rural. A anonimização é feita através do *Tor*, o mesmo programa de confidencialidade e segurança usado pelos Estados Unidos para esconder informação secreta, desde 1995. Esta é a génese da organização.

O que aconteceu a seguir, a que chamamos o “fenómeno Wikileaks”, tem que ver com a mediatização que acabou por ter e com as consequências que daí advieram – e distinguimos estes dois aspetos: a organização em si e aquilo que acabou por se tornar.

Foi precisamente a dimensão que o fenómeno tomou a seguir que nos fez analisar a *Wikileaks* no âmbito do poder das novas tecnologias na política internacional. Os conteúdos que acabaram por divulgar mostram como a informação é importante na condução dos acontecimentos, e como esses próprios dados conduziram a organização a um lugar de destaque nas discussões pelo mundo fora.

Apesar de ter data de fundação anterior a 2000, o *site wikileaks.org* só entra em atividade em 2006, e só a partir de 2009 se tornou mundialmente conhecido. A primeira grande divulgação tratou-se da lista de empréstimos do banco islandês falido Kaupthing. Só depois os Estados Unidos se tornaram os visados e a *Wikileaks* ganhou reconhecimento. Três diferentes conteúdos estiveram na origem disso:

- primeiro, um vídeo da guerra no Iraque de 2007 que mostrava um helicóptero americano Apache a disparar sobre civis (entre eles dois jornalistas da Reuters e várias crianças) de forma praticamente aleatória;

- depois, documentos secretos da Guerra do Iraque (391 mil) e da Guerra do Afeganistão (77 mil), que colocaram a descoberto estratégias norte-americanas secretas;

- por fim, um conjunto de 251 287 telegramas diplomáticos (um anterior a 1966, a maioria posterior a 2004; 9005 datavam dos primeiros dois meses de 2010) trocados entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América e mais de 270 embaixadas em 180 países, divulgados a 29 Novembro de 2010.

A *Wikileaks* começou a ganhar destaque a partir desta altura. Negou qualquer pretensão de atingir diretamente os Estados Unidos, advogou apenas a luta verdade e pela transparência. O porta-voz anunciou que a organização não liderava nenhuma conspiração contra o Governo norte-americano, mas que a informação que lhes tinha chegado a mãos merecia publicação, em prol de um mundo não só mais transparente, mas “mais justo”. Assange disse numa entrevista à revista *Time* em 2010 que pretendia que a publicação ajudasse a criar uma sociedade mais equilibrada, em que todos os Estados detivessem a mesma informação – uma fonte de poder que os Estados Unidos dominavam.

As principais fugas de informação surgiram a partir do Iraque, através de motivações do soldado Bradley Manning, e muito devido aos problemas do ciberespaço e da dificuldade em impor segurança nas ligações cibernéticas. Quando Hillary Clinton discursou em Janeiro de 2010 a favor da liberdade de expressão na Internet, destacando um novo “sistema nervoso para o nosso planeta”<sup>107</sup>, que começa a defender a transparência e a desafiar a velha ordem autocrática e corrupta no mundo, não sabia que os Estados Unidos iam ser os alvos seguintes. Mas foi precisamente a corrupção entre as forças americanas e iraquianas que Bradley advogou numa tentativa de justificação do que acabara de fazer. Queria fazer alguma coisa para denunciar e mudar a situação. Tentou fazê-lo sob anonimato, com a *Wikileaks*.

Foi enviado para o Iraque com a 2ª Equipa da Brigada de Combate, 10ª Divisão de Montanha, pouco antes de Novembro de 2009. Depois de vários meses a olhar para comunicações ultrassecretas, mostrou-se surpreendido pelo acesso que um militar de baixa patente tinha, sem supervisão, e também com a falta de segurança no acesso a dois computadores que concentravam a informação mais importante. Um deles estava ligado à Rede do Protocolo Secreto da Internet, rede usada pelo Departamento de Estado e pelo Departamento de Defesa para partilhar informação em segurança, e estava guardado numa sala fechada com uma porta frágil e um cadeado de cinco dígitos. O outro dava-lhe entrada no Joint Worldwide Intelligence Communications System, que funciona como canal global para despachos secretos. “Há tanto material.

---

<sup>107</sup> Citada por LEIGH, David e HARDING, Luke - *O segredo Wikileaks: O que é e como foi possível*, 2011

Afeta todas as pessoas do mundo. Em todos os lugares onde exista um posto dos EUA, há um escândalo diplomático para ser revelado. É lindo, e horrível”, confessava ele a Lamo<sup>108</sup>, um *hacker* seu amigo, que acabou por entregá-lo às autoridades norte-americanas, por quem seria preso em Maio de 2010.

Pelo impacto mediático que assumiram, vamos dedicar-nos sobretudo à divulgação dos telegramas diplomáticos, e tentar avaliar a importância que constituiu para as relações diplomáticas. Foi uma fuga considerada por alguns mais importante do que aquela que envolveu documentos secretos do Pentágono sobre a Guerra do Vietname em 1971.

Para Assange, fomentar um movimento mundial de fugas de informação maciças era a intervenção política mais eficiente do ponto de vista do custo. A maior motivação que guiava os três elementos iniciais na organização bem como Daniel Domscheit-Berg, que se juntou mais tarde, era o facto de quererem revelar coisas sobre pessoas importantes sem que lhes batessem – usar o poder da informação sem o recurso a outros mecanismos de expressão da força. Utilizaram métodos de encriptação que lhes permitiam comunicar sem serem descobertos – o mesmo programa usado pelos Estados Unidos para esconder informação secreta.

Os telegramas mostravam a forma como os Estados Unidos conduziam a política externa. São trocas de correspondência entre o Departamento de Estado e os milhares de diplomatas espalhados pelo mundo. Na voz de Assange, aquilo que os diplomatas diziam em privado e que não deixavam vir a público. Manning terá advertido que “Hillary Clinton e alguns milhares de diplomatas à roda do mundo vão ter um ataque de coração”<sup>109</sup>.

Depois da reunião com os cinco órgãos de comunicação mundiais que iriam fazer a publicação, um deles, o *The New York Times*, teve uma reunião com o Departamento de Estado, previamente informado do que ia acontecer, tendo sido colocadas algumas restrições e exigências à publicação. A Administração Obama, por

---

<sup>108</sup> Ibidem

<sup>109</sup> Ibidem, p. 118

sua vez, condenou o comportamento da *Wikileaks* mas não lançou nenhum embargo ao conhecimento público das informações diplomáticas.

A crença de Assange em que ‘cidadãos jornalistas’ *online* aos milhares estariam preparados para examinar e avaliar a genuinidade dos documentos colocados no site rapidamente se desvaneceu. A informação foi cedida aos meios de comunicação, mas a estrutura destinada a permitir a submissão anónima de documentos recolhidos através de fuga de informação continua a pautar a organização – que ainda recentemente voltou a divulgar documentos secretos, embora não de cariz diplomático.

No dia 29 de Novembro de 2010 o *The Guardian*, no Reino Unido, o *The New York Times*, nos EUA, o *El País*, em Espanha, o *Le Monde*, em França, e a *Der Spiegel*, na Alemanha, tinham assunto de primeira página – e assim aconteceu durante várias semanas. Depois desta primeira publicação, a velocidade a que os dados se reproduziram é proporcional à velocidade da internet e ao número de utilizadores.

Todos os países foram visados, sobre todos havia dados a publicar. Destacamos contudo a informação de que os líderes árabes estavam a incitar em privado um ataque aéreo ao Irão, que os oficiais americanos tinham recebido ordens expressas para espiar a liderança das Nações Unidas – incluindo os números de cartões de crédito -, entre outras críticas a líderes e a regimes pelo mundo fora. A Casa Branca, o Kremlin, a ONU, Camberra, Paris ou Roma reuniam de emergência.

Entre os dados mais importantes também a corrupção no Governo tunisino, descrita pelo embaixador em Tunis. É importante dizer que a informação foi de especial interesse sobretudo para países autocráticos e houve uma corrente de pedidos por todo o mundo para que todos os dados fossem revelados. No caso da Tunísia, esteve na origem da revolução do Jasmim, como vamos explicar mais à frente neste trabalho.

A *Wikileaks* beneficiou da difusão do poder para se impor na política mundial, ao mesmo tempo que com as descargas espalhou informação e desta forma difundiu o poder a outros cidadãos.

## O impacto na política externa norte-americana

“Chegamos à conclusão de que fomentar um movimento mundial de fugas de informação maciças é a intervenção política mais eficiente do ponto de vista do custo”<sup>110</sup>. Sem armamento disponível, a confissão de Julian Assange vai ao encontro da teoria que aqui pretendemos evidenciar: usar a informação como arma política e usá-la de uma forma absolutamente impossível há cerca de 30 anos atrás.

As perspetivas em relação aos efeitos que a *Wikileaks* provocou na diplomacia – a forma pacífica de orientar relações na sociedade humana - e na política em geral não são unânimes. Embora muitos embaixadores, os protagonistas deste episódio, neguem o impacto a longo prazo, não escondem que no período imediato houve uma precaução acrescida, que ainda se mantém, e choque perante informação divulgada. A investigação que fizemos não permite que corroboremos a tese do jornal “The Guardian”, que previamente apelidou o acontecimento de “crise diplomática de escala mundial”; nem que concordemos com as declarações de Franco Frattini, então Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros (lembro que Berlusconi é muito criticado nos telegramas feitos da Embaixada americana em Roma), que descreve a divulgação como irremediável e transformadora, “o 11 de Setembro da diplomacia mundial”<sup>111</sup>. Não obstante apontámos algumas alterações e reações que nos permitem duvidar, de igual modo, de quem é apologista de que os telegramas não deram informação nova nem comprometedora do trabalho elaborado por diplomatas em todo o mundo.

Desde logo, a informação veio confirmar suspeitas que existiam e dar certezas em relação a algumas posições das quais não se tinha declarações oficiais. Lembramos o caso tunisino, destacamos a posição árabe em relação ao Irão, bem como o esclarecimento em relação às dificuldades geopolíticas da superpotência EUA: a proliferação nuclear ou a situação militar de difícil controlo no Iraque e no Afeganistão – uma realidade que o Departamento de Defesa omitia aos norte-americanos. Depois, obriga ainda a uma reflexão profunda dos Estados Unidos sobre o facto de o sistema de classificação de Washington ter permitido o acesso tão facilitado a conversas

---

<sup>110</sup> Citado por LEIGH, David e HARDING, Luke - *O segredo Wikileaks: O que é e como foi possível*, 2011, p. 63

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 245

privadas de reis, presidentes e primeiros-ministros. A publicação de tantas confidências não arruinou a política externa norte-americana, concordamos com o diretor do *The New York Times*, mas complicou-a, pelo menos no curto prazo, na medida em que obriga os diplomatas a trabalhos redobrados para repor a confiança que havia no país e para recuperar e angariar contactos fundamentais neste tipo de funções. Apesar de os contactos diplomáticos mais importantes serem feitos por telefone, e não por telegrama, segundo Bill Keller<sup>112</sup>, os funcionários norte-americanos confessam que os homólogos noutros países estão mais renitentes a falar, e que é mais difícil contratar informadores por todo o mundo.

Ainda é cedo para avaliar as consequências, mas sabe-se que Washington se apressou a aplicar medidas de segurança mais rígidas. Steven Aftergood, encarregado de supervisionar o material para a Federação de Cientistas Americanos, admitiu que depois da *Wikileaks* o Governo restringiu o acesso a material classificado e está a criar um programa de auditoria eletrónica que vai tornar muito mais difícil a fuga de informação bem como mais fácil a punição aos responsáveis por essas fugas – as fontes vão passar ser alvo de especial atenção<sup>113</sup>. A legislação, lembra o Embaixador Duarte de Jesus<sup>114</sup>, não está preparada para o efeito da globalização na política externa. E estes cuidados mostram o impacto das novas tecnologias na diplomacia, e mostram ainda como, ao contrário do que se pretendia, a transparência, os *leaks* vieram tornar os Departamentos norte-americanos mais fechados ao exterior que nunca.

Mas nem só Washington tirou lições desta fuga de informação. Todos os serviços diplomáticos perceberam a vulnerabilidade de que sofriam, na Era Digital. Estes procedimentos eram mais complexos quando não havia Internet. O acesso às salas onde o material estava guardado era mais rigoroso e seguro do que qualquer mecanismo de senha e encriptação que agora se adote. Estes estão permanentemente sob risco tanto da manipulação clandestina dos funcionários que lhes possam aceder (como aconteceu neste caso), como pelos hábeis *hackers*, difíceis de controlar<sup>115</sup>. Os

---

<sup>112</sup> KELLER, Bill – *Wikileaks*, epílogo. El País, 2012

<sup>113</sup> Citado por KELLER, Bill – *Wikileaks*, epílogo. El País, 2012

<sup>114</sup> Entrevista feita em Mafra a 10 de Fevereiro de 2012

<sup>115</sup> De acordo com LAFTER, Celso - *Vazamento, Sigilo e Diplomacia*. Política Externa, 2011, p. 12



diplomatas continuam a defender a confidencialidade durante as negociações, e recusam por completo a transparência que Assange pede para este tipo de conversações. Acusam-no ainda de utilizar as novas tecnologias para a emancipação política: a exigência de transparência, que se traduziria no fortalecimento da democracia e afetaria a hegemonia americana, não obteve os resultados pretendidos.

A *Wikileaks* usou o lado viral da Internet e os Estados Unidos temiam sobretudo que o *cablegate* influenciasse a relação entre países. Daí a reação tão forte depois das capas dos jornais, no final de Novembro – como proclamava a *Wikileaks*, o maior leque de documentos confidenciais alguma vez colocados em domínio público<sup>116</sup>.

Os dias seguintes à publicação mostraram um governo norte-americano preocupado com as consequências da divulgação das informações que tinham sido descobertas, e pronto a condenar os responsáveis pela operação. O primeiro passo tomado por Washington foi levar a julgamento o cidadão norte-americano suspeito de ter facultado os dados à plataforma *online*. De seguida, a Administração Obama envolveu-se numa guerra contra Julian Assange, tentando processá-lo sem que disso fosse capaz uma vez que ele não é um cidadão norte-americano<sup>117</sup>.

Foi através de Hillary Clinton que surgiu a primeira declaração pública. A Secretária de Estado a 29 de Novembro condenou os ataques informáticos, lembrou o trabalho que a Administração Obama teve na conquista de parceiros e apelou à compreensão e confiança dos elementos envolvidos.

“Os Estados Unidos condenam veementemente a descarga ilegal de informação classificada. A vida das pessoas foi posta em risco, a nossa segurança nacional foi ameaçada, e os nossos esforços para trabalhar com os outros países para resolver problemas globais foram minados. (...) A descarga não é apenas um ataque aos interesses da política externa americana. É um ataque à comunidade internacional – as alianças e as parcerias, as conversações e as negociações que salvaguardam a

---

<sup>116</sup> De acordo com CARYL, Christian - Why Wikileaks changes everything. The New York Review of Books, 2011

<sup>117</sup> De recordar que o australiano foi detido pouco tempo depois da divulgação dos documentos secretos, sob acusação de assédio sexual e agressão sexual a duas suecas, pelas autoridades de Estocolmo, mas a operação, que ainda decorre, lançou suspeitas quanto ao papel que os EUA teriam no processo, dada a altura em que aconteceu. Os EUA sempre negaram qualquer relação e afirmam que a possibilidade de haver conspiração contra Assange é absurda

segurança global e a prosperidade económica. (...) Não há nada louvável em colocar em perigo pessoas inocentes, e não há nada de corajoso em sabotar as relações pacíficas entre nações, das quais a nossa segurança comum depende.”<sup>118</sup>

Nas declarações aos jornalistas defendeu a confidencialidade na diplomacia como em todas as áreas e profissões e condenou a atitude da *Wikileaks* por ter colocado em causa a segurança e a vida de pessoas cujos nomes estavam inscritos nos telegramas – a Defesa norte-americana acabou mais tarde por dizer que não havia registo de vítimas decorrente deste *cablegate*.

Dos Estados Unidos chegaram ainda reações mais violentas. Republicanos, como Sarah Palin, sugeriram perseguição a Assange, como se fazia aos talibã. Outros exigiam que organização fosse considerada terrorista, por ter invadido campo alheio de forma autoritária e ter provocado a fragilidade das relações norte-americanas com o mundo. É precisamente esta reação, bem como a suspensão do financiamento da organização por parte de empresas norte-americanas como a PayPal, Visa, Mastercard, Facebook ou Amazon, que permite tirar conclusões em relação ao real impacto das publicações. Na opinião de Matias Spektor, nem a organização tem tanto efeito nem a reação americana devia ter sido tão exagerada.

### O Soft Power ameaçado, a credibilidade em causa

Um dos poderes dos *non-state actors* tem que ver com a forma como afetam o *soft power* do adversário. Quando em 2001 Osama Bin Laden organizou um ataque às Torres Gémeas, conseguiu provocar nos Estados Unidos a reação que pretendiam. Washington ordenou a invasão do Iraque, que acabou por fragilizar a credibilidade do país e da política externa, e conduziu ao enfraquecimento das relações com muitos países árabes<sup>119</sup>.

Um dos principais efeitos da divulgação dos documentos secretos pela *Wikileaks* foi a quebra na credibilidade dos norte-americanos em todo o mundo. Não

---

<sup>118</sup> CLINTON, Hillary. R. - Remarks to the Press on Release of Purportedly Confidential Documents by Wikileaks, 2010

<sup>119</sup> De acordo com NYE, Joseph S. – *The Future of Power*, 2011, p. 35

houve grandes decisões políticas afetadas, mas existiu um impacto negativo inegável na opinião pública para os EUA. Na verdade, os Estados Unidos sentiram particularmente o *soft power* atingido. Tanto o cidadão comum como os Governos perderam a confiança nos Estados Unidos, pelo menos no curto prazo, e houve embaixadores substituídos<sup>120</sup> para que as relações entre os Estados se restabelecessem. Na opinião de Filipe Guterres, ex-embaixador português, o que se pode deteriorar é a relação entre o embaixador que está no local e o Governo daquele país, nunca as relações entre ambos os Estados, e por isso é que se trocam os embaixadores.

O que mais gera controvérsia – e que justifica a mediatização em redor do fenómeno – é a incongruência norte-americana no que respeita aos valores defendidos e que coloca a imagem de Washington em causa. A Secretária de Estado tinha proferido um discurso meses antes em que estimulava a liberdade de informação e o acesso livre à internet não só nos Estados Unidos como nos regimes fechados, lembrando o poder de emancipação que a Internet provoca. E é isso que cria o maior dilema ao Governo: como controlar a *Wikileaks*, um *website* que promove a liberdade de informação que os norte-americanos tanto defendem dentro e além-fronteiras, enquanto simultaneamente mantêm o papel de maior promotor e defensor da liberdade de expressão na Internet. A perda de credibilidade fica evidente nesta atitude.

A *Wikileaks* não provocou alterações substanciais na diplomacia, não obstante as precauções exigidas a partir daí, mas teve impacto no *soft power* americano; enfraqueceu os EUA. As fugas de informação não chocaram nenhum diplomata informado, mas deram a realidade a conhecer ao cidadão comum – e o poder que daí advém, e que não estava nos planos de Washington nem de nenhum outro Governo. Não retiraram a liderança aos Estados Unidos, apenas colocaram em causa os valores que eles defendem em público – são agora acusados de ter duas facetas. Mostraram a fragilidade do sistema perante adversários “eletronicamente desenvolvidos” e a resposta dada revelou-se contraproducente. Por um lado, multiplicaram-se os “*sites espelho*”, por mais de 700 servidores; por outro, as acusações de que a *Wikileaks*

---

<sup>120</sup> De acordo com DOUGHERTY, Jill, num artigo na CNN, 2011, o da Líbia foi um deles

equivaleria a uma forma de terrorismo – já anteriormente explicamos porque discordamos desta abordagem - podem criar precedentes no esforço americano contra o terror e por em causa os valores da promoção da liberdade de expressão<sup>121</sup>.

A política externa ficou também manchada, pelas revelações de fragilidades e erros, entre outras coisas, nos conflitos do Afeganistão e Iraque. A imagem lançada para o exterior foi colocada em xeque. Lembramos aquilo que foi referido no capítulo anterior: na Era da Informação os Estados lutam pela credibilidade com atores não estatais. Os utilizadores da Internet procuram *sites* com informação credível, que podem estar em luta permanente com os Governos. A opinião pública é um fator importante em democracia e é necessário ter cuidado com a forma como se lida com o público. “Nestas circunstâncias, a diplomacia destinada à opinião pública pode tornar-se tão importante quanto a comunicação diplomática classificada tradicional entre líderes<sup>122</sup>”. A importância da informação e da gestão da informação não poder ser esquecida. A luta com a Al Qaeda também se deu através da propagação de mensagens anti organização. No caso *Wikileaks*, a tentativa de prender Assange não foi a mais benéfica. Da mesma forma que a informação foi arma para o australiano, devia ter sido para o Departamento de Estado dos EUA, nesta batalha cibernética.

Timothy Garton Ash escreveu que a Wikileaks é “o sonho dos historiadores e o pesadelo dos diplomatas<sup>123</sup>”. Ainda é cedo para se fazer uma verdadeira análise do que mudou na diplomacia, mas é certo que o trabalho dos diplomatas, pelo menos o dos norte-americanos ficou para já dificultado.

Na opinião dos embaixadores que entrevistámos, a diplomacia não vai assistir a mudanças profundas, mas nesta primeira fase os embaixadores terão um trabalho mais exaustivo na recuperação da confiança dos principais aliados, em cada país. A linguagem, os conteúdos e a classificação dos documentos também serão reavaliadas. No entanto, o tema não é unanime.

---

<sup>121</sup> De acordo com SPEKTOR, Mathias – Wikileaks nas Relações Internacionais. Política Externa, 2011, p. 27

<sup>122</sup> NYE, Joseph S. – *Soft Power: The means to success in World Politics*, 2004, p. 105

<sup>123</sup> ASH, Timothy Garton – US Embassy Cables: a banquet of secrets. The Guardian, 2010

Muitos embaixadores rejeitam a ideia de que a informação veiculada constitui novidade. E também o Governo norte-americano, depois da reação austera ao que aconteceu, minimizou o impacto do fenómeno ao nível diplomático embora o tivesse considerado incomodativo. Em 2010, diz Robert Gates: “Os Governos do mundo lidam com os Estados Unidos porque é de seu interesse, não porque gostam de nós, confiam em nós ou porque acreditam que podemos guardar segredos... Eles continuarão trabalhando connosco. Nós continuaremos compartilhando informações sensíveis. Isto é embaraçoso? Sim. Isto é constrangedor? Sim. Quais as consequências para a política externa americana? Acho que bastante modestas<sup>124</sup>”. A diplomacia conheceu as vantagens e as desvantagens da tecnologia e sofreu com isso. A *Wikileaks* continua a representar um risco, na área, uma vez que não é uma organização formal com representação legal, pelo que os diplomatas podem esperar a situação se volte a repetir, e esse medo exige sem dúvida uma atenção redobrada à forma como se trabalham os assuntos mais confidenciais.

Ainda que muitos documentos não sejam de extrema importância e se refiram apenas a um sector da governação americana – a política externa – os Estados Unidos não podem esconder que se sentiram visados. A noção de Estado impermeável é um mito, numa sociedade democrática, como já constatámos, e desde o 11 de Setembro que os governos assumiram que a segurança internacional era mais importante do que a transparência. Os atentados vieram reforçar essa tendência sobretudo nos EUA e sobretudo durante a Administração Bush. Atuaram sempre em nome da segurança e regeram-se por esse princípio. Mas, como defende Pedro Luiz Rodriguez, a “caçada” à *Wikileaks*, que surgiu depois da publicação dos documentos, é mais ameaçadora para a democracia do que qualquer informação secreta que ela possa ter revelado. É importante lembrar que os Estados têm cada vez mais dificuldade em garantir a segurança como o faziam antigamente. A Internet veio dificultar o controlo, mais do que se imaginava, e a prioridade dos Estados não pode manter-se a mesma. Atualmente, é complicado justificar o argumento de que há coisas que têm de se manter secretas. As sociedades estão mais desconfiadas – e os EUA contribuíram para esta mudança de mentalidades. A *Wikileaks* provocou no curto prazo uma segurança e

---

<sup>124</sup> Citado por SPEKTOR, Mathias – *Wikileaks nas Relações Internacionais*. Política Externa, 2011, p. 24

cuidados reforçados na comunicação diplomática. No longo prazo pode também ter consequências: pelo menos, consciencializa para as novas exigências dos cidadãos, mais conhecedores, mais interessados e mais informados sobre a atualidade. O exemplo da Tunísia é paradigmático a este respeito.

Na prática, criaram-se novos procedimentos na forma de conduzir a diplomacia. De acordo com Daniel Markey, especialista na Índia, Paquistão e Sul da Ásia, no *Council on Foreign Relations*, as relações com os outros Estados ficaram indubitavelmente afetadas. Dá um exemplo: do lado político, os telegramas divulgaram informação crítica sobre os líderes do Paquistão, sobre o Rei Abdullah da Arábia Saudita e sobre o Príncipe de Abu Dhabi - isso influencia a abertura que os líderes terão na partilha com oficiais norte-americanos; detalhes sobre a integração de militares dos EUA nas operações paquistanesas também pode por em causa a legitimidade em alguns programas antiterrorismo<sup>125</sup>. Apesar disso, defende que os americanos conseguiram provas sobre os esforços do Departamento de Estado, e que a *Wikileaks* deu aos americanos a oportunidade de saberem como os diplomatas estão no bom caminho<sup>126</sup>. Timothy Garton Ash tem o mesmo ponto de vista a este nível. “Pelo que tenho visto, os profissionais das relações externas dos EUA têm muito pouco de que se envergonhar<sup>127</sup>”. Max Boot também não nega o impacto. Diz que não será muito evidente, mas que se houver manifestações do impacto serão sempre negativas: os diplomatas vão ficar mais renitentes em colocar pensamentos no papel e os outros Estados vão ter mais dificuldade em acreditar no Governo norte-americano, embora a informação não traga nada de novo para os habituais leitores de jornais<sup>128</sup>. Por sua vez, Campbell<sup>129</sup>, que se dedica a estudos africanos, sustenta que os *cables* significam um retrocesso na política externa dos EUA. Até aqui, os documentos eram apenas divulgados 30 anos depois de terem sido escritos, para salvaguardar reações menos desejadas. No Médio Oriente, os contactos regulares deixaram de querer falar aos

---

<sup>125</sup> MARKEY, Daniel, citado por JEROME, Deborah – Will Wikileaks hobble US diplomacy?. Council on Foreign Relations, 2010

<sup>126</sup> Ibidem

<sup>127</sup> ASH, Timothy Garton – US Embassy Cables: a banquet of secrets. The Guardian, 2010

<sup>128</sup> BOOT, Max, citado por JEROME, Deborah – Will Wikileaks hobble US diplomacy?. Council on Foreign Relations, 2010

<sup>129</sup> CAMPBELL, John, citado por JEROME, Deborah – Will Wikileaks hobble US diplomacy?. Council on Foreign Relations, 2010

embaixadores, como medo de que fossem mais uma vez identificados, e os comentários em privado, no caso árabe, são completamente diferentes dos que se fazem em público. A maioria dos autores e diplomatas não nega os efeitos ainda que nefastos do fenómeno. Divergem contudo quanto à verdadeira importância que acarretou. Timothy Garton Ash diz que o leque de documentos que se ficou a conhecer depois desta descarga não inclui aqueles que verdadeiramente tratam de assuntos confidenciais.

Na nossa opinião, depois da publicação, a diplomacia sentiu efeitos. Passou a fazer-se de forma mais cuidada, mais aberta – e muita da informação trazida ao cidadão teve consequências fortes, como a queda do regime tunisino. Por esta razão, não se pode assumir que o fenómeno *Wikileaks* não vai constar da história diplomática dos próximos tempos e que os *hackers* não vão merecer atenções redobradas no futuro. No início pode ter constituído um obstáculo, mas no nosso ponto de vista acabou por não ter efeitos negativos nos esforços diplomáticos dos Estados Unidos da América na resolução de conflitos no Médio Oriente, ou no Paquistão. Antes teve resultados mais alargados, ao nível da credibilidade.

Acima de tudo, a *Wikileaks* veio ajudar a alargar o debate público. Levantou questões sobre os métodos de governação global, que tendem a apontar o carácter poroso do Estado nacional e defendem do ponto de vista normativo a proliferação de instâncias não-estatais na resolução de conflitos. Mostram a importância das organizações internacionais e da difusão do poder no mundo atual. “Na vertente típica do *Wikileaks*, o objetivo é (...) contribuir para um padrão de ordem global no qual atores não estatais cumpram funções relevantes<sup>130</sup>”. Por outro lado, Matias Spektor considera um outro paradigma. Apesar de ter como propósito o aumento na transparência nas atividades políticas, o *website* pode ter provocado precisamente o efeito inverso. Pode “limitar o debate público (radicalizando aqueles que, se contassem com o véu do segredo, poderiam advogar em prol da moderação), desmobilizar redes políticas (dando força renovada ao ímpeto repressivo de regimes

---

<sup>130</sup> SPEKTOR, Mathias – *Wikileaks nas Relações Internacionais*. Política Externa, 2011, p. 26

autoritários), e promover formas de governação menos democráticas e transparentes (radicalizando o controle social de informações oficiais).”<sup>131</sup>

### O apelo à transparência: o pós-Wikileaks

Organizações como a que está aqui em análise geraram uma discussão em relação à importância da transparência na política internacional. O assunto divide o jornalismo e a diplomacia. Os embaixadores ressaltam o sigilo como fundamental para que a informação não seja colocada do lado do inimigo. Teóricos como Manuel Castells, que defende o poder da informação, na obra *Comunicação e Poder*, destaca as mudanças na comunicação política, a importância do discurso, da mensagem, para além das medidas tomadas. Chama-lhe uma nova era da comunicação política, não pela descoberta fácil de segredos ou inconfidências, mas porque estes se difundem por um canal que escapa ao controlo da seção política. Os embaixadores Filipe Guterres<sup>132</sup> e Duarte de Jesus concordam que as redes sociais vêm alterar o panorama político.

Uma das razões para justificar o segredo neste tipo de comunicações é o perigo de que a segurança seja posta em causa. Já aqui lembramos que esse argumento acabou por não se tornar válido. Para Castells, nada do que foi revelado põe em causa a paz mundial, porque tudo era do conhecimento dos círculos de poder, apenas os cidadãos passaram a partilhar dessa informação, o que, nesta Era, diz Castells, não se pode evitar. Ash sintetiza que os interesses públicos que aqui se advogam vão de encontro um ao outro: há interesse público do cidadão em saber como o mundo funciona e o que se faz em seu nome, assim como há interesse público na condução em privado da política externa<sup>133</sup>. Das personalidades políticas, só Lula da Silva, então Presidente do Brasil, condecorou a *Wikileaks* pelo que tinha revelado. “Minha solidariedade pela divulgação das coisas”<sup>134</sup>.

Jogar em público o poder comum é uma das regras da democracia. Só assim os cidadãos conseguem avaliar o papel dos que os representam. Por outro lado, é

---

<sup>131</sup> SPEKTOR, Mathias – Wikileaks nas Relações Internacionais. Política Externa, 2011, p. 27

<sup>132</sup> Entrevistada feita em Lisboa a 15 de Fevereiro de 2012

<sup>133</sup> ASH, Timothy Garton – US Embassy Cables: a banquet of secrets. The Guardian, 2010

<sup>134</sup> Declarações proferidas a 9 de Dezembro de 2010



importante ter em conta os riscos que se podem correr ao disponibilizar alguns dados antes que o tempo os ajude a neutralizar. Na maioria dos países existe um período de 30 anos sem que se conheça a matéria em discussão, só depois é divulgada. O primeiro a pedir transparência nas relações diplomáticas foi Woodrow Wilson, o Presidente dos EUA, nos famosos 14 pontos. A medida ficou escrita no art. 18 do Pacto da Sociedade das Nações e também no art. 102 da Carta da ONU. O Tratado de Versalhes deixou clara a importância de uma diplomacia aberta e a eliminação de acordos internacionais secretos, que até então tinham impulsionado o conflito armado. Esta necessidade aplicava-se contudo aos Tratados e não às negociações, daí que a *Wikileaks* volte a lançar o dilema.

O séc. XXI é caracterizado por uma complexidade crescente, devido à multiplicidade de atores, num mundo globalizado, com Estados interdependentes e sociedades ligadas. O combate ao absolutismo fez com que os valores da democracia fossem impostos de forma mais austera, pois o absolutismo era um obstáculo à paz. Por essa via, o espectro do segredo diplomático foi reduzido ainda um pouco antes da Revolução Digital. O fenómeno das ligações globais na Internet veio acentuar a tendência. A “quiet diplomacy” não deixa de ser uma realidade determinante mas não pode colocar de fora a opinião pública e a importância que ela assume em contextos democráticos – ainda que em assuntos de relações externas. Existe uma legitimidade em saber. E existe essa vontade, que cada vez mais está ao alcance de cada um. Para William Waack, é preferível um Estado irritado por ter sido descoberto do que um regime sem liberdade de expressão nem transparência<sup>135</sup>.

É ainda importante voltar a lembrar a paz de Vestefália – base central da teoria realista. Na altura, as relações internacionais passaram a ser regidas pelos conceitos da razão do Estado e da soberania estatal. A *Wikileaks* não só pôs em causa o papel do Estado nos países democráticos como fez ascender a primeiro plano a relevância dos cidadãos e o direito que eles próprios têm de acesso aos assuntos políticos, numa ordem onde os Governos assumem constantemente uma função cada vez menos importante, por culpa das exigências da informação e da participação. Vestefália diz que a “sobrevivência de cada ator no cenário internacional depende da sua própria

---

<sup>135</sup> De acordo com WAACK, William – *Wikileaks, jornalismo e diplomacia*. Política Externa, 2011

força ou astúcia.” A *Wikileaks* conseguiu mostrar as suas fragilidades do Departamento de Estado norte-americano na condução dos destinos dos EUA e de todo o mundo. Mostrou ainda que há informações marcadas como secretas que nem sempre correspondem a essa classificação. A desconfiança perante George W. Bush advinha também desse cenário. Os relatórios que impulsionaram a Guerra do Iraque são exemplo disso, tinham marca de confidencialidade para evitar escrutínio público. Há autores também que defendem a transparência sobretudo em nome das restantes partes envolvidas, uma vez que há ditaduras que exigem que assim seja – querem tornar a diplomacia secreta, mais do que os Estados Unidos.

A importância desta informação nos regimes autocráticos é sem dúvida de destaque. O jornal “The Guardian” diz que recebeu centenas de pedidos de esclarecimento sobre a política interna de cidadãos que vivem em ditaduras. Por isso não se pode menosprezar a importância que o fenómeno assumiu. O realismo nega as vantagens que a *Wikileaks* possa ter trazido; diz que apenas se divulgou “titillation”, que criou embaraço, que não provoca alterações mas que reclama cuidados extra. Stephen M. Walt pergunta se ficamos melhores com uma organização a explorar o lado viral da Internet com vista a tornar público aquilo que os Governos prefeririam manter secreto. Mais uma vez, lembramos as circunstâncias em que vivemos no séc. XXI, com os Governos a sentir ameaças vindas de dentro, sem que tenham controlo sobre elas. O escândalo *Wikileaks* não teria o mesmo impacto no séc. XX. Foi este século que mudou o conceito de informação. A luta pela informação governamental nunca foi tão notória como agora; mais uma vez, a Internet propiciou, estimulou e desencadeou este interesse. As precauções são, nesta Era, maiores. “Um amigo académico que trabalhou no Departamento de Estado com Condoleezza Rice disse-me que uma vez tinha sugerido escrever um livro de memórias com as questões fundamentais da política norte-americana no Iraque. ‘Nem penses nisso’, alertaram-no – porque de certeza essa informação vai sair no dia seguinte no New York Times”<sup>136</sup>. A Era da Informação cria dificuldades à manutenção do sigilo e traz exigências de adaptação constantes, na diplomacia e noutras áreas. Como Castells defende, a

---

<sup>136</sup> ASH, Timothy Garton – US Embassy Cables: a banquet of secrets. The Guardian, 2010

ciberguerra apenas começou agora<sup>137</sup>: não entre Estados – como acontecia antes, mas entre os Estados e a sociedade civil internauta. E fenómenos de descargas na Internet não terminaram com a *Wikileaks*. Antes, são estimulados por ela. A *Openleaks*, a *Indoleaks*, a *Brusselsleaks*, a *Bankanleaks*, a *Thaileaks* e a *Pinoyleaks* têm o mesmo objetivo: a guerra pela informação.

---

<sup>137</sup> De acordo com CASTELLS, Manuel - La ciberguerra de Wikileaks. La Vanguardia, 2010

## **CAPÍTULO IV – TUNÍSIA: A PRIMEIRA REVOLUÇÃO WIKILEAKS**

O dia 18 de Dezembro de 2010 marca o início da contestação aos regimes do Norte de África como até aqui não se tinha sentido. A Tunísia foi o primeiro país a sair à rua em protestos contra um Presidente que estava há 23 anos no poder.

O regime tunisino apresentava diferenças notórias face aos restantes daquela região. Em primeiro lugar, pela aproximação ao Ocidente e à Europa, sobretudo a França, para onde muitos tunisinos emigravam para estudar. A importância do ensino – gratuito, na Tunísia, bem como a saúde – não era partilhada pela maioria dos países vizinhos, o que gerava na Tunísia um conjunto de pessoas mais informadas e instruídas do que acontecia em Rabat, Tripoli ou no Cairo. Era de facto um país onde se assistia a inovações ao nível dos direitos humanos de destaque – em comparação com os restantes Estados do Magrebe. Destacamos o facto de as mulheres não serem obrigadas a usar o véu nos liceus e nas universidades; destacamos o número de mulheres admitidas num curso superior – as mulheres viriam a ser fundamentais na Revolução. Importante, por exemplo, para avaliar o desenvolvimento do país, no contexto do mundo árabe, o facto de o aborto ter sido permitido ainda antes de a legislação ser aplicada em Portugal.

A aproximação à sociedade francesa – muitos tunisinos saíam do país, ao contrário do que acontece noutros Estados - e o avanço conseguido nas áreas das liberdades e cultos justificam o facto de os tunisinos serem os primeiros nas Revoluções no Mundo Árabe. George Joffé classifica o regime tunisino como uma autocracia liberal, conceito proposto por Daniel Brumberg, precisamente por causa desses sinais de liberalização política que pretendiam assegurar que o controlo não estaria ameaçado – por oposição a autocracias totais, como a Líbia, que não davam indicação de mudanças políticas nesse sentido<sup>138</sup>. Brumberg, em 2002, defendia que “no mundo árabe há um conjunto de fatores interdependentes – institucionais, económicos, ideológicos, sociais e geoestratégicos – que criaram uma ecologia adaptável da repressão, do controlo e da abertura parcial”; sistemas apoiados em

---

<sup>138</sup> Definição de BRUMBERG, Daniel, citado por JOFFÉ, George – A Primavera Árabe no Norte de África. Relações Internacionais, 2011

alguns casos inclusivamente por grupos da oposição que, por sua vez, beneficiavam de um espaço político limitado e controlado. Eram mecanismos que permitiam dar a ilusão de um regime aceitável. Muitas destas reformas foram feitas ainda pelo primeiro Presidente da Tunísia, Bourguiba, que abandonou o poder depois de Ben Ali ter conseguido que os médicos o decretassem como mentalmente incapaz de assumir a Presidência, em Novembro de 1987. Nessa altura, Ben Ali reforçou o poder policial e o militar para se manter no poder.

Ali era chefe das secretas no país, e liderava um regime profundamente autoritário onde a liberdade de expressão era reduzida e o povo vivia oprimido. Acima de tudo, era muito contestado pelo desvio de dinheiros públicos, que ele e a mulher – muito odiada pelos tunisinos – usavam em benefício próprio. Foi por essa razão que foram condenados a 35 anos de prisão.

Na Tunísia não havia censura oficial, mas Ben Ali e o regime concentravam em si o poder de atribuir a publicidade aos meios de comunicação social – que não era dada se os jornais tivessem notícias incómodas ou críticas ao regime. Havia uma televisão e um canal de rádio oficiais, propriedade dele. E Ben Ali foi sobretudo perspicaz ao entender a importância da Internet na nossa Era.

Os principais queixosos foram os jovens. Foram eles que lideraram as manifestações, que duraram cerca de quatro semanas até Ben Ali e a Leila Ali procurarem exílio na Arábia Saudita, a 14 de Janeiro de 2011. O desemprego entre os jovens, a falta de oportunidades, a pobreza e a corrupção que se sentia no país estão entre as causas da Revolução. As primeiras manifestações surgiram depois do suicídio por imolação pelo fogo de Mohamed Bouazizi, vendedor de fruta de 26 anos, de Sidi Bouzid, como forma de protesto por não conseguir licença para trabalhar na rua. A juntar a estes fatores, o aumento exponencial do preço dos alimentos básicos a partir do final de 2010<sup>139</sup>. Ben Ali ainda prometeu reformas, o abandono do poder em 2014 e a eliminação das restrições à liberdade de expressão, mas os tunisinos continuaram os protestos. Bouazizi morre a 4 de Janeiro, e poucos dias depois as forças de segurança, que já tinham matado dezenas de civis, suspendem a contra ofensiva. O Presidente

---

<sup>139</sup> Segundo George Joffé, esta é uma das principais razões que conduziram ao despoletar da revolta

acabaria deposto; a Revolução conseguiu ainda a dissolução da polícia política e do partido dirigente da Tunísia.

Segundo Filipe Guterres, embaixador no país até 2000, havia já alguns sinais de descontentamento generalizado, que poderiam levar à revolução a que se assistiu em 2011, mas não se esperava que esta acontecesse tão cedo. Os motivos para a revolta já remetiam à governação de Bourguiba, prolongaram-se com Ben Ali e houve várias razões para o eclodir da Revolução neste momento: as causas económicas estruturais, a corrupção, a imolação pelo fogo do jovem Bouazizi, as novas tecnologias e as redes sociais e os telegramas do Embaixador norte-americano em Tunis. Todos estes fatores aceleraram a Revolução do Jasmim.

### Os Telegramas Wikileaks

Quem defende que a *Wikileaks* não provocou efeitos dramáticos à política externa norte-americana concorda, simultaneamente, que os telegramas são uma bomba em regimes repressivos. O Coronel Khadafi apressou-se a difamar os embaixadores: “Não se deixem enganar pela *Wikileaks* que publica informação escritas por embaixadores mentirosos para criar o caos”<sup>140</sup>. E na Tunísia, a grande preocupação foi evitar que os telegramas fossem publicados em qualquer jornal, televisão, ou mesmo nos *sites* da Internet, alvos de um grande controlo por parte de Ben Ali. O Presidente bloqueou até a página da Internet do jornal libanês *al-Akhbar* de Beirute, que publicou os telegramas, mas não evitou que um *site* de ativistas publicasse, traduzido em árabe e francês, o conteúdo da publicação.

Robert Godec foi o embaixador dos Estados Unidos em Tunis até 2009 e o autor dos telegramas que em certa medida estiveram na origem da Revolução do Jasmim, por darem aos tunisinos que lideraram a revolta a informação de que eles suspeitavam, mas que não tinham confirmado, devido às restrições à informação que existiam no país. Dos 10 telegramas com dados sobre a corrupção no país que foram

---

<sup>140</sup> KHADAFI, Muammar, citado por LEIGH, David e HARDING, Luke - *O segredo Wikileaks: O que é e como foi possível*, 2011, p. 305

conhecidos, dois foram particularmente determinantes, como demonstram os excertos seguintes:

23 de Junho de 2008. Assunto: Corrupção na Tunísia: O que é vosso é meu

“De acordo com o estudo anual da Transparência Internacional e com as observações da Embaixada, a corrupção na Tunísia está a ficar pior. Quer seja dinheiro, serviços, terrenos, propriedades, ou, sim, até o seu iate, correm rumores de que a família do Presidente Ben Ali tudo cobiça e consegue o que quer. Para além das histórias dos negócios obscuros da Primeira Família, os relatórios tunisinos dão conta de um baixo nível de corrupção tanto nas interações com a polícia como nos vários ministérios governamentais. O impacto económico é claro, com os investidores tunisinos – temendo o braço de ferro da ‘Família’ – a renunciar a novos investimentos, a manter as taxas de investimento doméstico baixas e o desemprego alto. Estes persistentes boatos de corrupção, a juntar à crescente inflação e ao desemprego continuado, ajudaram a espalhar a frustração pelos ‘GOT’ e contribuíram para os recentes protestos no sudoeste da Tunísia. Com os do topo a serem os piores criminosos, e a continuarem no poder, não há controlos ao sistema. Fim.”<sup>141</sup>

17 de Julho de 2009. EO 12958. Assunto: Tunísia problemática: O que devemos fazer?

“Por muitas razões, a Tunísia devia ser um aliado dos EUA. Mas não é. Da mesma maneira que partilhamos alguns valores chave e o país tem um nível recorde de desenvolvimento, a Tunísia tem também grandes problemas. O Presidente Ben Ali está a envelhecer, o seu regime é esclerótico e não há um sucessor previsível. Muitos tunisinos estão frustrados com a falta de liberdade política e com as desigualdades regionais.

(...)

O problema é claro: a Tunísia tem sido liderada pelo mesmo Presidente há 22 anos. Ele não tem sucessor. E se por um lado o Presidente Ben Ali merece reconhecimento por continuar muitas das políticas progressistas do Presidente Bourguiba, ele e o seu regime perderam o contacto com o povo tunisino. Não toleram nenhum conselho ou crítica, seja nacional ou internacional. Cada vez mais conta com a polícia para controlar o regime e concentra-se na manutenção do poder. Até as classes médias tunisinas estão agora cientes disso e o coro de críticas está a crescer. Os tunisinos têm uma

---

<sup>141</sup> Telegrama na íntegra em anexo 1

intensa antipatia, ou mesmo ódio, pela Primeira Dama Leila Trabelsi e pela sua família. Em privado, os opositores ao regime queixam-se dela; até aqueles que estão próximos do Governo expressam desespero pelo seu comportamento. Entretanto, a fúria está a aumentar por causa da elevada taxa de desemprego e das desigualdades regionais. Como consequência, os riscos para a duradoura estabilidade do regime são crescentes”<sup>142</sup>.

Os telegramas fazem referência a vários nomes inquiridos pela embaixada, na investigação que fizeram à situação no país. O primeiro telegrama aqui identificado tem declarações fortes sobre a corrupção. “O Céu é o limite, escreve o Embaixador”; faz referências ao preço dos subornos, fala em “quasi-mafia” em relação à família, sobretudo aos irmãos e pais de Leila Trabelsi, a mulher de Ben Ali, donos de uma fortuna, e todos com importantes papéis e influências na economia tunisina. A troca de terrenos com Leila, as construções majestosas, compras e vendas suspeitas, relações privilegiadas com bancos, acessos à universidade facilitados por elementos ‘da Família’, como é chamada na Tunísia, são alguns dos pormenores de que Godec dá conta neste telegrama. Até os investidores admitem conter-se nos investimentos devido ao medo de que o Governo consiga fazê-los perder. “A corrupção é o elefante na sala<sup>143</sup>”, diz Godec. “É o problema de que toda a gente sabe, mas que ninguém pode reconhecer publicamente. Fim do comentário”. Um outro telegrama fazia a descrição da casa de um genro de Ben Ali, onde Godec foi jantar: o embaixador fala das colunas Romanas, das obras de arte e da forma exuberante como se vivia na família do Presidente. A casa viria a ser invadida e assaltada pelos manifestantes no mês de Janeiro.

A primeira Revolução *Wikileaks* começou duas semanas depois da divulgação dos documentos. As informações não passaram ao lado dos tunisinos, que ganharam ainda mais revolta em relação ao Governo. Não defendemos que a *Wikileaks* foi a causa fundamental da revolta. As circunstâncias do país já deixavam adivinhar a contestação, e o jovem imolado pelo fogo despoletou os protestos, mas o reconhecimento oficial da forma como os seus dirigentes usavam o dinheiro público insurgiu os tunisinos e levou-os a agir. Legitimou a sua revolta não só dentro do país

---

<sup>142</sup> Telegrama na íntegra em anexo 1

<sup>143</sup> “Corruption is the elephant in the room.”



como no exterior, ajudando a justificar o porquê das manifestações. Por vir de uma fonte segura e legítima, significava a confirmação oficial que ainda não tinham tido. Um comentário de um jovem tunisino na página do The Guardian “Comment is Free” referiu especificamente, em Janeiro, a *Wikileaks* no despoletar da Revolução.

“A Internet está bloqueada e as páginas censuradas aparecem como páginas ‘não encontradas’, como se nunca tivessem existido. Os miúdos na escola trocam *proxies* e a palavra tronou-se um culto: ‘Tens uma *proxy* que funcione?’ (...) Amamos o nosso país e queremos que as coisas mudem, mas não há um movimento organizado: a tribo tem vontade, mas não tem líder. A corrupção, os subornos – queremos simplesmente sair daqui. Concorremos para estudar em França ou no Canadá. É cobardia. Sabemos que assim é. Deixar o país para ‘os outros’. Vamos para França e esquecemos, e depois voltamos nas férias. Tunísia? São as praias de Sousse e Hammamet, os clubes noturnos e os restaurantes. Um Club Med gigante. E foi então que a *Wikileaks* revelou o que todos sussurravam à boca pequena. E foi então que um jovem se imolou. E foi então que 20 tunisinos foram assassinados num só dia. E foi então que, pela primeira vez, vimos a oportunidade de nos revoltarmos, nos vingarmos da família ‘real’ que nos tirou tudo, para derrubar uma ordem estabelecida que acompanhou a nossa juventude. Uma juventude instruída, que está cansada e pronta a sacrificar todos os símbolos da anterior Tunísia autocrática com uma nova revolução: a revolução do Jasmim – a verdadeira”<sup>144</sup>.

Jovens tunisinos como este concordam com o impacto da informação da *Wikileaks* no eclodir da revolta, mas não querem que lhes seja dado um valor exagerado. Dizem que muitas das pessoas que saíram à rua não tinham sequer acesso à Internet – a Internet não chega a metade da população e as redes estão sobretudo concentradas nos arredores de Tunis - nem souberam do telegrama, ainda que outros, os mais jovens e instruídos, tenham tido conhecimentos dos pormenores ali descritos, por via da *Wikileaks*. É importante destacar que na Tunísia apenas circulava informação oficial, pelo que as suspeitas de corrupção corriam de boca-a-boca e não eram faladas nos meios de comunicação oficiais a que todos tinham acesso. Por outro lado, não nos podemos esquecer de que a *AlJazeera*, determinante na circulação de informação durante o período da Primavera Árabe<sup>145</sup>, deu a notícia do telegrama, e fê-

---

<sup>144</sup> Citado por LEIGH, David e HARDING, Luke - *O segredo Wikileaks: O que é e como foi possível*, 2011, p. 304

<sup>145</sup> Os tunisinos aguardam ansiosamente, todos os dias, o noticiário das 23:00, difundido pela *AlJazeera*. Todos os outros blocos informativos na televisão eram difundidos pelo canal oficial do regime

la chegar a todos os tunisinos. Segundo George Joffé, especialista em assuntos do Médio Oriente, a *Wikileaks* veio de facto confirmar aquilo que os tunisinos sabiam, mas não lhe deram informação nova. Deram legitimidade a quem saía às ruas. Deram mais informação às elites com acesso à Internet. Foi importante para os jovens que lançaram as bases da revolução, para os restantes tunisinos que se juntaram aos protestos a Internet, as redes sociais e a *Wikileaks* tiveram menos importância<sup>146</sup>.

Admitindo as críticas de que a *Wikileaks* também não deu aos tunisinos informação nova, é importante deixar claro que lhes deu a legitimidade dos protestos, e que mais uma vez retirou a credibilidade a um líder, fazendo-o perder o poder. Como o próprio embaixador diz no telegrama, a informação todos sabem mas ninguém a afirma publicamente. Este documento é a constatação pública disso mesmo, nas palavras credíveis, para os tunisinos, do embaixador Godec. Este aspeto pode pelo menos ter favorecido os norte-americanos, por num telegrama descreveram a situação a que se assistia e sugerirem opções para agir. É importante lembrar também o cuidado que os EUA tinham na informação pública sobre os regimes autoritários, daí a importância que o telegrama teve.

O conteúdo do telegrama constituiu uma vergonha para a Tunísia no palco internacional. Foi a força de que os tunisinos precisavam naquele momento. Os esforços diplomáticos dos EUA não conseguiram fazer aquilo que um único telegrama foi capaz. Os discursos públicos nunca deram este tipo de dados, mas o telegrama, pela honestidade e realidade que transpôs, surgiu no momento certo. O *timing* é aliás uma das razões apontadas para o impacto que o *cable* teve. Surgiu num momento de desespero, fez crescer a vontade de Revolução naquele mês de Dezembro e não noutra qualquer altura. Serviu como catalisador.

Os telegramas deram força à razão que levava os tunisinos a aderir às manifestações da Primavera Árabe. Obama acabou por aplaudir-lhes a coragem. A *Wikileaks*, no caso da Tunísia, acabou por fortalecer a imagem norte-americana no país.

---

<sup>146</sup> De acordo com George Joffé, entrevistado por email a 20 de Fevereiro de 2012

A sede de informação que se sentia na Tunísia era generalizada aos outros regimes autocráticos, liberalizados ou totais. Mas ao contrário do que a *Wikileaks* podia fazer esperar, e do que a Era da Informação promete, a tendência da transparência não se alastrou. As declarações dos embaixadores americanos sobre os ditadores do Médio Oriente alimentaram a revolta no Mundo Árabe, contudo não provocaram uma maior abertura à informação nem um aumento da liberdade de expressão nos países mais opressivos.

### O poder das “Technologies of Freedom”

O caso tunisino veio demonstrar as facilidades com que a informação circula na Era Digital. Mas não trouxe uma novidade. O *Facebook*, o *Twitter* ou o *Flickr* constituem ferramentas de poder alargado, ao alcance de qualquer cidadão, e à partida fora do controlo dos Governos. Dizemos à partida porque Ben Ali foi rápido e eficiente na perceção do poder da Internet na mão do povo, e tinha sob seu domínio um vasto conjunto de funcionários públicos que garantiam a informação que circulava, a controlavam e a manipulavam por toda a Tunísia. Os *cables* da *Wikileaks* foram impedidos de circular em todos os meios tunisinos, o acesso aos *sites* onde eles estariam colocados, fora do país, foram bloqueados. Ben Ali foi atingido no coração das suas políticas, num dos aspetos governativos em que mais se aplicava - o controlo da informação nas redes sociais. Ainda que metade da população na Tunísia não tivesse acesso à Internet, era um dos países onde havia uma maior taxa de utilizadores no Magrebe.

Ithiel Sola Pool, investigador das ciências sociais que se dedicou ao estudo da tecnologia e do seu impacto na sociedade, chamou “tecnologias da liberdade” aos mecanismos de informação e comunicação criados pela Internet. Juntam, na multidão, cumplicidades e pontos em comum. Congregam na mesma rede a informação que se escolhe e facilitam a comunicação como o telefone já não faz. A importância das redes sociais na esfera política começou a ter evidência com a Revolução na Tunísia. Mas as novas tecnologias já tinham mostrado a sua força quando em 2001, nas Filipinas, o Presidente Joseph Estrada caiu devido a uma mega manifestação organizada por mensagens escritas. Foi o primeiro sinal de que o poder da informação se estava a

espalhar, foi o primeiro líder a ceder e a cair perante as novas tecnologias cujo poder era ignorado<sup>147</sup>. “Reformistas convencionais lançam os seus programas ao nível de políticas nacionais ou ao nível de leis e planeamento central. Mas, no final, o que vai determinar o futuro é o potencial criativo inerente às novas tecnologias”<sup>148</sup>.

As redes sociais são um meio disponível a praticamente toda a gente com acesso à Internet, sem qualquer custo e exigências de fiabilidade ou de entrada. São importantes na atualidade política pela capacidade de informação que geram, pelas ligações que protagonizam, pelas discussões que criam e para partilha que promovem, sendo os utilizadores os próprios editores, sem censura nem obstáculos de publicação. E são importantes sobretudo porque são utilizadas, em grande parte dos casos, por uma nova geração, com novas ideias e nova força, que não se pode menosprezar. Os Governos não têm controlo sobre estas novas formas de comunicação, não lhes conseguem retirar o poder, pela quantidade de gente envolvida e pela quantidade de direções em que a informação se move. Se olharmos para o caso tunisino e para o egípcio, percebemos que o poder já não sai apenas de uma arma ou de um barril de petróleo, mas que pode começar num *post* no *Facebook*. Os próprios Governos já fazem uso deste meio de comunicação, a nova forma de agir das multidões, unidas no ciberespaço. Na Internet o controlo é mais difícil de se fazer do que nas publicações em papel: a informação circula com liberdade.

Embora a maioria dos casos não se traduza em sucesso, sabe-se que quanto mais os Estados tentam contrariar e limitar as liberdades, maior poderá ser o impacto de uma revolta virtual como esta. Terá sido isso que aconteceu nestes dois países (Tunísia e Egito), e que ameaçou alargar-se a Marrocos, ao Líbano, à Jordânia ou à Líbia. “À medida que o cenário das comunicações fica mais denso, mais complexo e mais participativo, a população interligada vai ganhando um maior acesso à informação, mais oportunidades para entrar no discurso público, e uma capacidade acrescida para levar a cabo ações coletivas. Na arena política, este maior número de liberdades ajuda os públicos menos organizados a exigir mudanças<sup>149</sup>”. Os *flash movements* são comuns nesta Era da Informação, onde os utilizadores da Internet

---

<sup>147</sup> De acordo com SHIRKY, Clay - The political power of social media. Foreign Affairs, 2011, p. 28

<sup>148</sup> POOL, Ithiel de Sola, citado por MHAMBI, Kameraad – Tunisia & Technologies of Freedom, 2011

<sup>149</sup> SHIRKY, Clay - The political power of social media. Foreign Affairs, 2011, p. 29

querem fazer uso do poder que têm. Juntam-se em grupos ou iniciativas virtuais, como forma de pressionar os Governos em matérias como as alterações climáticas, os direitos humanos, a globalização ou as mudanças políticas.

Os Estados Unidos foram os primeiros a tomar atenção às mudanças que geravam estas novas tecnologias, a partir da década de 90. Uma das suas estratégias de *soft power* foi promover a liberdade da Internet a todos os povos do mundo, com especial ênfase nos países autoritários. O princípio que querem transmitir é que, no caso democrático, quanto mais letradas e informadas forem as pessoas mais duradoura será a democracia e mais qualidade apresentará. No caso democrático, os líderes usam o *soft power* para exercer atração e incentivo – esta é uma das bases da política democrática. No que diz respeito aos regimes autoritários, recorre-se à coerção e à emissão de ordens. É como consequência desta falta de capacidade de adaptação que surgem as revoltas nas redes sociais.

Mas o poder das redes sociais não é consensual. Apesar de nestes casos específicos, que citámos em cima, terem acabado por cumprir com o objetivo proposto, isso nem sempre acontece, e muitas vezes estes mecanismos apenas permitem aos líderes autocráticos, pelo contrário, um controlo mais facilitado e melhorado sobre os cidadãos, uma vez que a manipulação das mensagens se torna mais acessível.

Do ponto de vista do terrorismo as redes sociais levantam também outra questão. Os fenómenos a que assistimos nos últimos tempos mostram que *Facebook* e *Twitter*, por exemplo, agiram em favor da democracia. Mas existem da mesma forma, e por outro lado, estímulos à propagação do terrorismo. Como acontece com a Internet, acontece com estes meios em particular. Esses grupos podem, segundo Gladwell, adotar novas estratégias<sup>150</sup> e continuar a acreditar no impacto destes novos meios de comunicação, da mesma forma que o fazem e lhes dão uso os cidadãos. “A

---

<sup>150</sup> GLADWELL, Malcolm - From innovation to revolution: Do social media makes protest possible?. Foreign Affairs, 2011, p. 198-199

melhor razão para pensar que as redes sociais ajudam a impulsionar mudanças políticas é que tanto dissidentes como governos acreditam que sim.<sup>151</sup>”

A Internet estimulou o aparecimento de grupos de diáspora. As pessoas, sem nunca se conhecerem, partilham opiniões, criam afinidades e partilham objetivos. Os telemóveis, as mensagens escritas e as redes sociais engrossam esta tendência; o círculo de pessoas unido torna-se cada vez mais amplo, quebrando barreiras e fronteiras, e partilhando aquilo a que Ian Bremmer chama “o vírus da liberdade”. Neste ponto de vista, torna-se cada vez mais caro e difícil “para os autocratas isolar os seus povos do resto do mundo e dá aos cidadãos comuns ferramentas para construir fontes alternativas de poder.”<sup>152</sup>”

No caso prático da Tunísia, parece-nos claro o protagonismo que as redes sociais acabaram por ter. Por serem o povo com maior taxa de acesso à Internet naquela região do globo, são também o que maior uso faz destes instrumentos. Depois, a forma como os acontecimentos se foram revelando foram exigindo divulgação que os meios de comunicação oficiais do regime não estavam a dar. As imagens de Bouazizi a imolar-se pelo fogo correram todos os computadores. Os tunisinos foram todos jornalistas com as redes sociais. E a informação foi-se acumulando com uma bola de neve. As manifestações foram tendo eco neste mundo virtual, onde as comunidades imaginárias se vão propagando, discutindo assuntos políticos, sociais e culturais, exigindo mudanças, a vários níveis, sem que seja necessário dirigirem-se diretamente ao Governo.

Resta lembrar também a importância da *Al Jazeera* no decorrer destes acontecimentos complexos, interdependentes e imprevisíveis. Mais do que as redes sociais, a televisão árabe chega a todos os tunisinos, e difundia informação independente, em que Ben Ali não interferia.

As redes sociais não foram a causa em si, já aqui o dissemos, mas ajudaram a acelerar as tensões e a contestação acumulada, num sistema já claramente vulnerável. As tentativas de repressão dos movimentos de protesto que pretendiam assegurar a

---

<sup>151</sup> SHIRKY, Clay - The political power of social media. Foreign Affairs, 2011, p. 38 “The best practical reason to think that social media can help bring political change is that both dissidents and governments think they can.”

<sup>152</sup> BREMMER, Ian – Democracy in Cyberspace. Foreign Affairs, 2010, p. 86

estabilidade acabaram por fazer eclodir a própria Revolução. Joffé acredita que na origem da revolta estiveram Bouazizi, o desemprego e a corrupção, a *Wikileaks* e as redes sociais, mas que a verdadeira chama foi lançada pelo desprezo e repressão com que os regimes de Ben Ali – assim como os de Mubarak e de Khadafi – tratavam a população.

As ligações através das redes sociais acabaram por ser permitidas por uma liberdade controlada, permitida pelo regime pouco antes de terminar, numa tentativa de evitar o desfecho final. O que estes regimes não entenderam, diz Joffé, “foi que ao abrirem lugar a um espaço público, mesmo que fosse sob sua supervisão, estavam também a abrir mão do controlo potencial”<sup>153</sup>. Esqueceram-se que a informação é a mais barata fonte de poder e que na Era da Informação pode ser a mais poderosa.

---

<sup>153</sup> JOFFÉ, George – A Primavera Árabe no Norte de África. Relações Internacionais, 2011, p. 100

## CONCLUSÃO

A *Wikileaks* e a Revolução na Tunísia – aqui ligados - são dois exemplos de como o poder se exerce na Era da Informação. Tanto um caso como outro apenas são justificados num contexto de séc. XXI, com as transformações que isso acarretou na vida social e política.

Disputamos agora, mais do que nunca, a Guerra pela Informação. E esta guerra é disputada por todos – não apenas pelos Governos, que partilham agora o palco da política internacional, como também por grupos e organizações, e por pessoas, que ganham no mundo digital o protagonismo que outrora lhes foi negado. A Internet dá poder. E quando dizemos poder referimo-nos à intervenção na esfera política, às capacidades para conseguir os objetivos pretendidos – como definimos o conceito no primeiro capítulo.

Não escolhemos estes dois casos por acaso. A *Wikileaks* por representar uma ameaça na Era Digital, por funcionar num novo espaço, o ciberespaço, e por se dirigir diretamente ao *soft power* dos Estados, uma vez que atua nas mensagens e na comunicação que os interligou. Porque beneficiou da difusão do poder através dos *nonstate actors*, e paralelamente contribui para ela, através da distribuição da informação ao mundo. A Revolução na Tunísia porque decorreu e foi estimulada por aquilo que o espaço virtual mais dá ao normal cidadão: a comunicação rápida e em comunidade, além-fronteiras; o livre acesso a conteúdos globalizados.

Em ambos os casos, somos obrigados a considerar as críticas que surgem à tese que aqui defendemos. Sabemos que no caso da Tunísia, as redes sociais e o telegrama da *Wikileaks* não despoletaram a Revolução, mas foram fundamentais para que ela acontecesse naquele dia e daquela forma. Os antecedentes de um regime autocrático foram a razão encontrada pelos tunisinos, a *Wikileaks* legitimou e confirmou as suas convicções – os telegramas foram o reconhecimento público oficial das suspeitas do povo -, e encorajou a revolta, as redes sociais alastraram a mensagem de contestação e protesto, na Tunísia e nos outros países árabes contagiados pela onda de revolta. No caso da organização de Julian Assange, concordamos que a informação divulgada não



provocou uma Terceira Guerra Mundial nem mudanças estruturais na diplomacia, mas não deixamos esquecer que afetou o *soft power* e a credibilidade norte-americana (pelos erros cometidos no Iraque e no Afeganistão, pelas ligações desconhecidas e pelas verdades diplomáticas escondidas do cidadão norte-americano, e feitas em seu nome), os valores defendidos e a legitimidade perante determinados conflitos, e que, por serem dados incómodos, geraram uma desconfiança por parte dos principais informadores e aliados nos países onde os diplomatas estavam colocados. Não podemos esquecer a importância que este tipo de informações teve para a opinião pública – interessada em saber o que a comunidade diplomática dominava. A página do jornal “The Guardian” foi vista por 9,4 milhões de utilizadores entre 28 de Novembro e 14 de Dezembro. Razão para os Governos não descurarem os esforços na Guerra da Informação.

Mais uma vez, não somos radicais ao negar a força dos Estados na ordem internacional. Reconhecemos que a revolução da informação ainda não transformou a política internacional, ao integrar de forma generalizada os atores externos, porque o espaço político está ainda ocupado pelos Estados. Mas é nosso objetivo com este trabalho alertar para o impacto crescente que os *nonstate actors* têm na Era em que nos encontramos, cujo recurso de poder está ao alcance de todos. Não queremos adotar na totalidade a posição de Joseph Nye Jr., de que os resultados na atualidade são medidos pelo exército e pela estória que ganha na mesma proporção, mas apostamos na comunicação estratégica como um passo fundamental na política internacional pós-Guerra Fria. Defendemos as estratégias de *smart power* como chaves da atuação num mundo global. A força militar e o poder económico já não são os recursos exclusivos de poder. Constituem um aspeto fundamental na hierarquia, mas não impedem que o poder seja difundido por atores, independentes dos Estados, que promovem ataques físicos e políticos, culturais ou sociais, com os quais a melhor forma de lidar é com base na cooperação. Nunca antes a globalização exigiu uma tão grande interdependência nos assuntos políticos – por arrasto da colaboração económica. Nye, em *Power in a Global Information Age*, refere que “a revolução da informação, as mudanças tecnológicas e a globalização não vão substituir as nações-Estado mas vão continuar a complicar o trabalho dos atores e as questões da política

internacional. O paradoxo do poder americano no séc. XXI é que a força mais poderosa desde Roma não consegue alcançar os seus objetivos unilateralmente numa era da informação global”<sup>154</sup>.

Contrapomos, com este trabalho, as teorias realista e neorealista que contestam a importância do *soft power* nas relações políticas, e assumimos a evidência dos *nonstate actors* pelos exemplos dados. Não negamos que os Estados mais fortes precisam de um bom exército, mas acreditamos que por si só, não garante a segurança do Estado.

E lembramos a *Wikileaks*, a informação divulgada, e o argumento norte-americano de que a segurança nacional e internacional estava em causa. A adaptação ao séc. XXI é premente para qualquer Estado. As organizações internacionais adaptam-se a essa realidade e vão disputando com os Estados o protagonismo nas matérias que protegem. As novas tecnologias permitiram que a *Wikileaks* chegasse a informação confidencial, como nunca chegaria há 30 anos se os telegramas diplomáticos estivessem armazenados num outro local ao mesmo tempo tão seguro e aberto que não a Internet. Porque a informação é poder, Assange quis dá-la ao mundo inteiro para que ganhasse posição face a Washington. Esse objetivo não conseguiu. Conseguiu, como o telegrama da corrupção na Tunísia, devolver a credibilidade americana em Tunis. Assange queria também obrigar os líderes a dizer em público o mesmo que dizem em privado. Mas o diretor do “The New York Times” adianta que a *Wikileaks* não conseguiu ter esse impacto e que ao invés de tornar a sociedade mais transparente, a tornou mais oculta. Vamos ver até quando, na medida em que o jogo começar a exigir, nas regras, a mensagem como fonte de credibilidade e a informação como razão de batalha. Na Era da Informação as exigências de transparência vão aumentar, porquanto os Estados necessitem apostar no seu *soft power*.

O palco da política internacional deixou de estar vedado, diz Nye, aos cidadãos. Quer isto dizer que se assiste a uma multiplicidade de atores a encher o espaço outrora guardado para os Estados. “As barreiras para entrar na política mundial diminuíram. (...) Este é um novo mundo da política internacional em que temos menos

---

<sup>154</sup> NYE, Joseph S. – *Power in a Global Information Age*, 2004, p. 20

experiência<sup>155</sup>”. Os Governos, perante a rapidez da Internet, deixam de ser os únicos a controlar as suas agendas. A complexidade da atual política mundial coloca em dificuldades os Estados mais relutantes em aceitar esta realidade e os mais resistentes a adotar mudanças. Foi o que aconteceu na Tunísia, onde a extrema repressão acabou por tirar ao regime autocrático de Ben Ali o poder que as mesmas estratégias mantinham há 23 anos. O ciberespaço não elimina a geografia nem abole a soberania dos Estados, mas implica uma coexistência pacífica com aqueles que, por força da Internet, ganham estatuto e posição no palco mundial<sup>156</sup>.

A Guerra da Informação os Estados Unidos perderam, com a *Wikileaks*. Ben Ali esforçou-se mas também a perdeu perante o povo tunisino. A informação pode ainda não ser a arma mais importante, mas tem as balas carregadas no séc. XXI.

---

<sup>155</sup> NYE, Joseph, S. – *The Future of Power*, 2011, p. XVI

<sup>156</sup> De acordo com NYE, Joseph S. - *Power in a Global Information Age*, 2004, p. 88

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### CAPÍTULO I

#### **Bibliografia**

- BALDWIN, David A. (ed.) - *Neorealism and neoliberalism: The Contemporary debate*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993
- BELL, J. Bowyer - Contemporary revolutionary organizations. In *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1972. p. 153 - 171
- BROOKS, Stephen G. e WOHLFORTH, William C. – Reshaping the World Order: How Washington should reform international institutions. Foreign Affairs. Vol. 88, nº 2 (2009), p. 49-63
- BUZAN, Barry - *The United States and the Great Powers: world politics in the twenty-first century*. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2004
- CLINTON, Hillary Rodham - Leading Through Civilian Power. Foreign Affairs. Vol. 89, nº 6 (2010), p. 13-24
- DAVIS, Reed M. - *A politics of understanding – The international thought of Raymond Aron*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2009
- EVANS, Graham e NEWNHAM, Jeffrey - *Dictionary of International Relations*. Londres: Penguin Books, 1998
- GELB, Leslie H. - GDP Now Matters more than force: a US Foreign Policy for the Age of Economic Power. Foreign Affairs. Vol. 89, nº 6 (2010), p. 35-43
- GELB, Leslie H. - Necessity, Choice and Common Sense: a policy for a bewildering World. Foreign Affairs. Vol. 88, nº 3 (2009), p. 56-72
- GLADWELL, Malcolm - From innovation to revolution: do social media makes protest possible?. Foreign Affairs. Vol. 90, nº 2 (2011), p. 198-199
- HAASS, Richard N. - The Age of Non Polarity: What will follow US dominance. Foreign Affairs. Vol. 87, nº 3 (2008), p. 44-56
- KAGAN, Robert - *Of Paradise and Power: America and Europe in a New World Order*. Nova Iorque: Alfred. A. Knopf, 2003

- KHANNA, Parag - *O Segundo Mundo – Como as potências emergentes estão a redefinir a concorrência global no séc. XXI*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2009
- MEARSHEIMER, John - *The tragedy of Great Power Politics*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, Inc., 2001
- MORGENTHAU, Hans - *Politics among Nations: the struggle for Power and Peace*. Boston: McGraw-Hill, 1993
- NYE, Joseph S. - *The Future of Power*. 1ª ed. Nova Iorque: Public Affairs, 2011
- NYE, Joseph S. – The Future of American Power. Foreign Affairs. Vol. 89, nº 6 (2010), p. 2-12
- NYE, Joseph S. – Get Smart. Foreign Affairs. Vol. 88, nº 4 (2009), p. 160-163
- NYE, Joseph S. - *Liderança e Poder*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2008
- NYE, Joseph S. - *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. 1ª ed. Nova Iorque: Public Affairs, 2004
- NYE, Joseph S. - *Compreender os conflitos internacionais: Uma introdução à Teoria e à História*. Coleção Trajectos. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2002
- NYE, Joseph S. e KEOHANE, Robert O. - *Power and Interdependence*. 2ª ed. Boston: Scott, Foresman and Company, 1989
- NYE, Joseph S. e KEOHANE, Robert O. (eds.) - *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- PAUL, T. V., WIRTZ, James J. e FORTMAN, Michael (eds.) - *Balance of Power – Theory and Practice in the Twenty-First Century*. Stanford: Stanford University Press, 2004
- SKJELSBÆK, Kjell - The growth of international non-governmental organization. In *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1972. p. 70 – 153
- SMITH, Steve e BAYLIS, John (eds.) - *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. 2ª ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001
- VÁRIOS - *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford/ Nova Iorque: Oxford University Press, 2008
- ZAKARIA, Fareed - The Future of American Power: How America can survive the rise of the rest. Foreign Affairs. Vol. 87, nº 3 (2008), p. 18-43

ZAKARIA, Fareed - *The Post-American World*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2009

### Referências eletrônicas

ALBERT, Dóra - The Future of Power: Joseph Nye at Central European University. International Relations Quarterly [Em linha]. Vol 2, nº3 (2011). [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:[http://www.southeast-europe.org/pdf/07/DKE\\_07\\_A\\_N\\_ALBERT\\_DORA.pdf](http://www.southeast-europe.org/pdf/07/DKE_07_A_N_ALBERT_DORA.pdf)>

ARMITAGE, Richard L. e NYE, Joseph S. - A Smarter, more secure America: CSIS Commission on Smart Power [Em linha]. Washington: Center for Estrategic and International Studies, 2007. [Consult. 21 Novembro 2011]. Disponível na internet <URL:[http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106\\_csissmartpowerreport.pdf](http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf)>

CAMMACK, Paul - Smart Power and US leadership: A Critique of Joseph Nye. 49<sup>th</sup> Parallel [Em linha]. Vol. 22 (2008), p. 4-20. [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:[http://www.49thparallel.bham.ac.uk/back/issue22/1\\_Cammack.pdf](http://www.49thparallel.bham.ac.uk/back/issue22/1_Cammack.pdf)>

DRUTMAN, Lee – Book Review: ‘The Future of Power’ by Joseph S. Nye Jr. Los Angeles Times [Em linha]. 25 Março 2011. [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://articles.latimes.com/2011/mar/25/entertainment/la-et-book-20110325>>

JUDT, Tony - Its Own Worst Enemy. The New York Review of Books [Em linha]. 15 Agosto 2002. [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na Internet <URL:<http://www.nybooks.com/articles/archives/2002/aug/15/its-own-worst-enemy/?pagination=false>>

LEGRO, Jeffrey W. e MORAVCSIK, Andrew - Is anybody still a realist?. International Security [Em linha]. Vol. 24, nº 2 (1999), p. 5-55. [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.princeton.edu/~amoravcs/library/anybody.pdf>>

NYE, Joseph S. - *Power in a Global Information Age: From Realism to Globalization* [Em linha]. Londres: Routledge, 2004. [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet: <URL:<http://samba.fsv.cuni.cz/~hava/HEALTH%20POLICY%202011/BOOKS%20g>>

[lobalize/NYE%202004%20Power%20in%20the%20Global%20Information%20Age.pdf](http://globalize/NYE%202004%20Power%20in%20the%20Global%20Information%20Age.pdf)

WALT, Stephen M. - Every American president since Roosevelt has sought to keep the United States in power. Boston Review [Em linha]. Março/ Abril 2007. [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:<http://bostonreview.net/BR30.1/waltresponse.php>

## CAPÍTULO II

### **Bibliografia**

BREMMER, Ian - Democracy in Cyberspace: What information technology can and cannot do. Foreign Affairs. Vol. 89, nº 6 (2010), p. 86-92

CLARK, Wesley K. e LEVIN, Peter L. - Securing the Information Highway: how to enhance the United States' Electronic Defenses. Foreign Affairs. Vol. 88, nº 6 (2009), p. 2-10

LYNN II, William J. - Defending a new domain: The Pentagon's Cyberstrategy. Foreign Affairs. Vol. 89, nº 5 (2010), p. 97-108

SCHMIDT, Eric e COHEN, Jared - The Digital Disruption: Connectivity and the Diffusion of Power. Foreign Affairs. Vol. 89, nº6 (2010), p. 75-85

SLAUGHTER, Anne-Marie - America's Edge: Power in the networked century. Foreign Affairs. Vol. 88, nº 1 (2009), p. 94-113

TREVERTON, Gregory F. - *Reshaping National Intelligence for an age of information*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

### **Referências eletrônicas**

AITORO, Jill R. - Terrorist nearing ability to launch big cyberattacks against US. NextGov – Technology and the business of Government [Em linha]. 10 Fevereiro 2009. [Consult. 19 Outubro 2011]. Disponível na internet  
<URL:[http://www.nextgov.com/nextgov/ng\\_20091002\\_9081.php](http://www.nextgov.com/nextgov/ng_20091002_9081.php)

ASH, Timothy Garton - As threats multiply and power fragments, the coming decade cries out for realistic idealism. The Guardian [Em linha]. 30 Dezembro 2009.

[Consult 19 Outubro 2011]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2009/dec/30/threats-multiply-power-fragments-realistic-idealism>

McCHESNEY, Robert W. - Global Media, Neoliberalism and Imperialism. Monthly Review [Em linha]. Vol. 52, nº 10 (2001). [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://monthlyreview.org/2001/03/01/global-media-neoliberalism-and-imperialism>

### **Fontes**

HATHAWAY, Melissa - Strategic Advantage: Why America should care about Cybersecurity: Discussion paper 2009-12 [Em linha]. Belfer Center for Science and International Affairs – Harvard Kennedy School, October 2009. [Consult. 19 Outubro 2011]. Disponível na internet  
<URL:[http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/19640/strategic\\_advantage.html](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/19640/strategic_advantage.html)

International Strategy for Cyberspace: prosperity, security, and Openness in a Networked World [Em linha]. Maio 2011. Washington: The White House. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/international\\_strategy\\_for\\_cyberspace.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/international_strategy_for_cyberspace.pdf)

OBAMA, Barack - Remarks by the President on securing our nation's cyber infrastructure. American Jobs Act [Em linha]. 29 Maio 2009. Washington: The White House – Office of Press Secretary. [Consult. 19 Outubro 2011]. Disponível na internet <URL:<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-securing-our-nations-cyber-infrastructure>

## **CAPÍTULO III**

### **Bibliografia**

DOMSCHEIT-BERG, Daniel e KLOPP, Dina – *Nos Bastidores da Wikileaks*. 1ª ed. Lisboa: Casa das Letras, 2011

GATES, Robert M. - A balanced strategy: Reprogramming the Pentagon for a New Age. Foreign Affairs. Vol. 88, nº1 (2009), p. 28-40



LAFER, Celso - Vazamento, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do Wikileaks.

Política Externa. Vol. 19, nº 4 (2011), p. 11-17

LEIGH, David e HARDING, Luke - *O Segredo Wikileaks: O que é e como foi possível*. 1ª

ed. Lisboa: Gradiva, 2011

RODRIGUES, Pedro Luís - Westphalia x Wikileaks, um nó a ser desatado. Política

Externa. Vol. 19, nº 4 (2011), p. 31-37

SPEKTOR, Matias - Wikileaks nas relações Internacionais. Política Externa. Vol. 19, nº 4

(2011), p. 19-29

WAACK, William - Wikileaks, jornalismo e diplomacia. Política Externa. Vol. 19, nº 4

(2011), p. 39-44

### Referências eletrônicas

ABRAHAM, Elliot - Dictators, Democracies and Wikileaks [Em linha]. The Wall Street

Journal. 1 Dezembro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet

<URL:<http://www.cfr.org/media-and-foreign-policy/dictators-democracies-wikileaks/p23542>

ASH, Timothy Garton - US embassy cables: a banquet of secrets [Em linha]. Guardian.

28 Novembro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet

<URL:<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/nov/28/wikileaks-diplomacy-us-media-war/print>

CARYL, Christian - Why Wikileaks changes everything. The New York Review of Books

[Em linha]. 13 Janeiro 2011. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na

internet <URL:<http://www.nybooks.com/articles/archives/2011/jan/13/why-wikileaks-changes-everything/?pagination=false>

CASTELLS, Manuel - La ciberguerra de Wikileaks [Em linha]. La Vanguardia. 11

Dezembro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet

<URL:<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-wikileaks.html>

CHUA-EOAN, Howard - TIME interview: 'Assange on Secrecy, China, and Wikileaks'

Growth [Em linha]. Time Magazine. 1 Dezembro 2010. [Consult. 30 Janeiro

2012].. Disponível na internet

<URL:<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2033887,00.html>

CROOK, Clive - The missing Wikileaks debate [Em linha]. The Atlantic. 30 Novembro

2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet

<URL:<http://www.theatlantic.com/politics/archive/2010/11/the-missing-wikileaks-debate/67211/>

FARLEY, Robert - Over the Horizon: Wikileaks and the Information Battlefield [Em linha]. World Politics Review. 27 Outubro 2010. [Consult em 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet

<URL:<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/6842/over-the-horizon-wikileaks-and-the-information-battlefield>

GOITEIN, Elizabeth - Bradley Manning didn't break the secrecy system [Em linha]. Salon.com. 13 Dezembro 2011. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet

<URL:[http://www.salon.com/2011/12/13/bradley\\_manning\\_didnt\\_break\\_the\\_secrecy\\_system/print/](http://www.salon.com/2011/12/13/bradley_manning_didnt_break_the_secrecy_system/print/)

GREENWALD, Glenn - The Nixonian henchmen of today: at the NYT [Em linha]. Salon.com. 24 Outubro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet <URL:[http://www.salon.com/2010/10/24/assange\\_2/print/](http://www.salon.com/2010/10/24/assange_2/print/)

GRUNSTEIN, Judah - Wikileaks: Diplomacy vs Policy [Em linha]. World Politics Review. [Consult. 1 Dezembro 2010]. Disponível na internet

<URL:<http://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/7196/wikileaks-diplomacy-vs-policy>

GRUNSTEIN, Judah - Wikileaks: The Making of Diplomacy [Em linha]. World Politics Review. [Consult. 30 Janeiro 2010]. Disponível na internet

<URL:<http://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/7180/wikileaks-the-making-of-diplomacy>

GVODEV, Nikolas - The Realism prism: Wikileaks' Chilling Effect on Diplomatic Communication [Em linha]. World Politics Review. 3 Dec 2010. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet

<URL:<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/7218/the-realist-prism-wikileaks-chilling-effect-on-diplomatic-communication>

JEROME, Deborah - Will Wikileaks hobble US diplomacy? [Em linha]. *Council on Foreign Relations*. 1 Dezembro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet <URL:<http://www.cfr.org/diplomacy/wikileaks-hobble-us-diplomacy/p23526>

<URL:<http://www.cfr.org/diplomacy/wikileaks-hobble-us-diplomacy/p23526>

KELLER, Bill - Wikileaks, epílogo [Em linha]. El País. 21 Fevereiro 2012. [Consult. 21 Fevereiro 2012]. Disponível na internet

<URL:[http://internacional.elpais.com/internacional/2012/02/20/actualidad/1329771586\\_792156.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2012/02/20/actualidad/1329771586_792156.html)

- LAFER, Celso - Diplomacia, sigilo, vazamentos [Em linha]. O Estado de São Paulo. 18 Dezembro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,diplomacia-sigilo-vazamentos,655502,0.htm>>
- WALT, Stephen M. - In defense of Wikileaks [Em linha]. Foreign Policy Online. 25 Outubro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet  
<URL:[http://walt.foreignpolicy.com/posts/2010/10/25/is\\_wikileaks\\_a\\_good\\_thing\\_or\\_not](http://walt.foreignpolicy.com/posts/2010/10/25/is_wikileaks_a_good_thing_or_not)>

### **Fontes**

- CLINTON, Hillary R. - Remarks to the Press on Release of Purportedly Confidential Documents by Wikileaks [Em linha]. Small Wars Journal. 29 Novembro 2010. [Consult. 15 Dezembro 2011]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.state.gov/secretary/rm/2010/11/152078.htm>>
- STENGEL, Richard - TIME's Julian Assange Interview: Full Transcript/ Audio [Em linha]. Time Magazine. 1 Dezembro 2010. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2034040,00.html>>

## **CAPÍTULO IV**

### **Bibliografia**

- JOFFÉ, George - A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. Relações Internacionais. Nº30 (Junho 2011), p. 85-116
- SHIRKY, Clay - The Political Power of Social Media: Technology, the Public Sphere, and Political Change. Foreign Affairs. Vol. 90, nº 1 (2011), p. 28 – 41

### **Referências eletrônicas**

- AZZAM, Maha - Opinion: How Wikileaks helped fuel Tunisian revolution [Em linha]. CNN. 18 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:[http://articles.cnn.com/2011-01-18/opinion/tunisia.wikileaks\\_1\\_tunisians-wikileaks-regime?s=PM:OPINION](http://articles.cnn.com/2011-01-18/opinion/tunisia.wikileaks_1_tunisians-wikileaks-regime?s=PM:OPINION)>

- BLACK, Ian - Tunisia: The Wikileaks connection [Em linha]. The Guardian. 15 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.guardian.co.uk/world/2011/jan/15/tunisia-wikileaks-ghannouchi>
- COLL, Steve - Democratic Movements: the Lesson of Tunisia and the Role of Wikileaks [Em linha]. The New Yorker. 31 Janeiro 2011. [Consult. 20 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:[http://www.newyorker.com/talk/comment/2011/01/31/110131taco\\_talk\\_coll](http://www.newyorker.com/talk/comment/2011/01/31/110131taco_talk_coll)
- DAVIDSON, Amy - Tunisia and Wikileaks [Em linha]. 14 Jan 2011. Close Read, blog da The New Yorker. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.newyorker.com/online/blogs/closeread/2011/01/tunisia-and-wikileaks.html>
- DICKINSON, Elizabeth - The First Wikileaks Revolution? [Em linha]. Wikileaks, blog de Foreign Policy. 13 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:[http://wikileaks.foreignpolicy.com/posts/2011/01/13/wikileaks\\_and\\_the\\_tunisia\\_protests](http://wikileaks.foreignpolicy.com/posts/2011/01/13/wikileaks_and_the_tunisia_protests)
- DOUGHERTY, Jill - Ambassador to Libya may be replaced over leaked cables, official says [Em linha]. CNN. 5 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:[http://articles.cnn.com/2011-01-05/us/wikileaks.libya\\_1\\_wikileaks-libyan-leader-moammar-gadhafi-cables?s=PM:US](http://articles.cnn.com/2011-01-05/us/wikileaks.libya_1_wikileaks-libyan-leader-moammar-gadhafi-cables?s=PM:US)
- HORNE, Nigel - Tunisia: Wikileaks had a part in Ben Ali's downfall [Em linha]. The Week. 15 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.theweek.co.uk/africa/wikileaks/8571/tunisia-wikileaks-had-part-ben-ali%E2%80%99s-downfall>
- MACKLEY, Robert - Qaddafi sees Wikileaks plot in Tunisia [Em linha]. Lede, blog de The New York Times. 17 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://thelede.blogs.nytimes.com/2011/01/17/qaddafi-sees-wikileaks-plot-in-tunisia/>
- MADRIGAL, Alexis - Wikileaks real impact on Tunisia [Em linha]. The Atlantic. 27 Jan 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet  
<URL:<http://www.theatlantic.com/technology/archive/2011/01/wikileaks-real-impact-in-tunisia/70339/>

- MALINOWSKI, Tom - Whispering at Autocrats [Em linha]. Foreign Policy. 25 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:[http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/01/25/whispering\\_at\\_autocrats?page=0,0](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/01/25/whispering_at_autocrats?page=0,0)>
- MHAMBI, Kameraad – Tunisia & the technologies of Freedom [Em linha]. 16 Janeiro 2011. [Consult. 12 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://mhambi.com/2011/01/tunisia-social-media-uprising/>>
- SANINA, Mila - Wikileaks Cables help uncover what made Tunisians Revolt [Em linha]. PBS Newshour. 25 Janeiro 2011. [Consult. 20 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.pbs.org/newshour/rundown/2011/01/wikileaks-reveal-what-made-tunisians-revolt.html>>
- Wikileaks helped spark Tunisia revolt: FP [Em linha]. International Business Times. 29 Janeiro 2011. [Consult. 30 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://www.ibtimes.com/articles/106613/20110129/wikileaks-helped-spark-tunisia-revolt-fp.htm>>

#### **Fontes**

- THE GUARDIAN. Base de Dados Wikileaks [Em linha]. [Consult em Fevereiro 2012]. Disponível na internet <URL:[www.guardian.co.uk/wikileakscablesdatabase](http://www.guardian.co.uk/wikileakscablesdatabase)>
- WIKILEAKS. Telegrama “Troubled Tunisia: What should we do?” [Em linha]. [Consult. Fevereiro 2012]. Disponível na internet <URL:<http://wikileaks.ch/cable/2009/07/09TUNIS492.html>>
- WIKILEAKS. Telegrama “What is yours is mine”[Em linha]. [Consult. Fevereiro 2012].Disponível na internet <URL:<http://wikileaks.ch/cable/2008/06/08TUNIS679.html>>

## ANEXO 1

### Telegramas da Wikileaks sobre a Tunísia

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
<a href="#">08TUNIS679</a>	<a href="#">2008-06-23 13:55</a>	<a href="#">2011-08-30 01:44</a>	<a href="#">SECRET</a>	<a href="#">Embassy Tunis</a>

VZCZCXYZ0000

PP RUEHWEB

DE RUEHTU #0679/01 1751355

ZNY SSSSS ZZH

P 231355Z JUN 08

FM AMEMBASSY TUNIS

TO RUEHC/SECSTATE WASHDC PRIORITY 5219

INFO RUCNMGH/MAGHREB COLLECTIVE PRIORITY

SS E C R E T TUNIS 000679

SIPDIS

STATE FOR NEA/MAG (HARRIS)

STATE PASS USTR (BURKHEAD)

USDOC FOR ITA/MAC/ONE (NATHAN MASON), ADVOCACY CTR (REITZE), AND CLDP (TEJTEL AND MCMANUS)

CASABLANCA FOR FCS (ORTIZ)

CAIRO FOR FINANCIAL ATTACHE (SEVERENS)

LONDON AND PARIS FOR NEA WATCHER

E.O. 12958: DECL: 06/23/2018

TAGS: [ECON](#) [KCOR](#) [PGOV](#) [EINV](#) [EFIN](#) [SOCI](#) [TS](#)

SUBJECT: CORRUPTION IN TUNISIA: WHAT'S YOURS IS MINE

REF: A. TUNIS 615

[B](#). TUNIS 568

[C](#). TUNIS 365

[D](#). TUNIS 169

[E](#). TUNIS 113

[F](#). 07 TUNIS 1489

[G](#). 07 TUNIS 1443

[H](#). 07 TUNIS 1433

[I](#). 06 TUNIS 2848

[J](#). 06 TUNIS 1673

[K](#). 06 TUNIS 1672

[L](#). 06 TUNIS 1630

[M](#). 06 TUNIS 1622

[N](#). 01 TUNIS 2971

Classified By: Ambassador Robert F. Godec for Reasons 1.4 (b) and (d).

-----  
Summary  
-----

¶1. (S) According to Transparency International's annual survey and Embassy contacts' observations, corruption in Tunisia is getting worse. Whether it's cash, services, land, property, or yes, even your yacht, President Ben Ali's family is rumored to covet it and reportedly gets what it wants. Beyond the stories of the First Family's shady dealings, Tunisians report encountering low-level corruption as well in interactions with the police, customs, and a variety of government ministries. The economic impact is clear, with Tunisian investors -- fearing the long-arm of "the Family" -- forgoing new investments, keeping domestic investment rates low and unemployment high (Refs G, H). These persistent rumors of corruption, coupled with rising inflation and continued unemployment, have helped to fuel frustration with the GOT and have contributed to recent protests in southwestern Tunisia (Ref A). With those at the top believed to be the worst offenders, and likely to remain in power, there are no checks in the system. End Summary.

-----  
The Sky's the Limit  
-----

¶2. (C) According to Transparency International's 2007 index, the perception is that corruption in Tunisia is getting worse. Tunisia's ranking on the index dropped from 43 in 2005 to 61 in 2007 (out of 179 countries) with a score of 4.2 (with 1 the most corrupt and 10 the least corrupt). Although corruption is hard to verify and even more difficult to quantify, our contacts all agree that the situation is headed in the wrong direction. When asked whether he thought corruption was better, worse, or the same, XXXXXXXXXXXXX exclaimed in exasperation, "Of course it's getting worse!" He stated that corruption could not but increase as the culprits looked for more and more opportunities. Joking about Tunisia's rising inflation, he said that even the cost of bribes was up. "A traffic stop used to cost you 20 dinars and now it's up to 40 or 50!"

-----  
All in the Family  
-----

¶3. (S) President Ben Ali's extended family is often cited as the nexus of Tunisian corruption. Often referred to as a quasi-mafia, an oblique mention of "the Family" is enough to indicate which family you mean. Seemingly half of the Tunisian business community can claim a Ben Ali connection through marriage, and many of these relations are reported to have made the most of their lineage. Ben Ali's wife, Leila Ben Ali, and her extended family -- the Trabelsis -- provoke the greatest ire from Tunisians. Along with the numerous allegations of Trabelsi corruption are often barbs about their lack of education, low social status, and conspicuous consumption. While some of the complaints about the Trabelsi clan seem to emanate from a disdain for their nouveau riche inclinations, Tunisians also argue that the Trabelsis strong arm tactics and flagrant abuse of the system make them easy to hate. Leila's brother Belhassen Trabelsi is the most notorious family member and is rumored to have been involved

in a wide-range of corrupt schemes from the recent Banque de Tunisie board shakeup (Ref B) to property expropriation and extortion of bribes. Leaving the question of their progenitor aside, Belhassen Trabelsi's holdings are extensive and include an airline, several hotels, one of Tunisia's two private radio stations, car assembly plants, Ford distribution, a real estate development company, and the list goes on. (See Ref K for a more extensive list of his holdings.) Yet, Belhassen is only one of Leila's ten known siblings, each with their own children. Among this large extended family, Leila's brother Moncef and nephew Imed are also particularly important economic actors.

¶4. (S/NF) The President is often given a pass, with many Tunisians arguing that he is being used by the Trabelsi clan and is unaware of their shady dealings. XXXXXXXXXXXX a strong supporter of the government and member of XXXXXXXXXXXX, told the Ambassador that the problem is not Ben Ali, but "the Family" going too far and breaking the rules. Nevertheless, it is hard to believe Ben Ali is not aware, at least generally, of the growing corruption problem. This might also reflect the seeming geographical divisions between the Ben Ali and Trabelsi fiefdoms, with the Ben Ali clan reportedly focused on the central coastal regional and the Trabelsi clan operating out of the greater Tunis area and therefore, generating the bulk of the gossip. The Ben Ali side of the Family and his children and in-laws from his first marriage are also implicated in a number of stories. Ben Ali has seven siblings, of which his late brother Moncef was a known drug trafficker, sentenced in absentia to 10 years prison in the French courts. Ben Ali has three children with his first wife Naima Kefi: Ghaouna, Dorsaf and Cyrine. They are married respectively to Slim Zarrouk, Slim Chiboub, and Marouane Mabrouk -- all significant economic powers.

-----  
This Land is Your Land, This Land is My Land  
-----

¶5. (S/NF) With real estate development booming and land prices on the rise, owning property or land in the right location can either be a windfall or a one-way ticket to expropriation. In summer 2007, Leila Ben Ali received a desirable tract of land in Carthage for free from the GOT in order to build the for-profit Carthage International School (Ref F). In addition to the land, the school received a 1.8 million dinar (US \$1.5 million) gift from the GOT, and within a matter of weeks the GOT had built new roads and stoplights to facilitate school access. It has been reported that Ms. Ben Ali has sold the Carthage International School to Belgian investors, but the Belgian Embassy has as yet been unable to confirm or discount the rumor. XXXXXXXXXXXX asserted that the school was indeed sold for a huge, but undisclosed sum. He noted any such sale would be pure profit since Ms. Ben Ali's received land, infrastructure, and a hefty bonus at no cost.

¶6. (S/NF) Construction on an enormous and garish mansion has been underway next to the Ambassador's residence for the past year. Multiple sources have told us that the home is that of Sakhr Materi, President Ben Ali's son-in-law and owner of



Zitouna Radio. This prime real estate was reportedly expropriated from its owner by the GOT for use by the water authority, then later granted to Materi for private use. A cafe owner recounted a similar tale to an Embassy employee, reporting that Belhassen Trabelsi forced him to trade in a cafe he previously owned in a prime location for his current cafe. The cafe owner stated Trabelsi told him he could do whatever he wanted there; if 50 dinar bribes to the police were not effective, Trabelsi said the owner had only to call him and he would "take care of it."

-----  
Yacht Wanted  
-----

¶6. (S/NF) In 2006, Imed and Moaz Trabelsi, Ben Ali's nephews, are reported to have stolen the yacht of a well-connected French businessman, Bruno Roger, Chairman of Lazard Paris. The theft, widely reported in the French press, came to light when the yacht, freshly painted to cover distinguishing characteristics, appeared in the Sidi Bou Said harbor. Roger's prominence in the French establishment created a potential irritant in bilateral relations and according to reports, the yacht was swiftly returned. The stolen yacht affair resurfaced in early 2008 due to an Interpol warrant for the two Trabelsis. In May, the brothers were brought before Tunisian courts, in a likely effort to satisfy international justice. The outcome of their case has not been reported.

-----  
Show Me Your Money  
-----

¶7. (S) Tunisia's financial sector remains plagued by serious allegations of corruption and financial mismanagement. Tunisian business people joke that the most important relationship you can have is with your banker, reflecting the importance of personal connections rather than a solid business plan in securing financing. The legacy of relationship-based banking is a sector-wide rate of non-performing loans that is 19 percent, which remains high but is lower than a high of 25 percent in 2001 (Ref I). Embassy contacts are quick to point out that many of these loans are held by wealthy Tunisian business people who use their close ties to the regime to avoid repayment (Ref E). Lax oversight makes the banking sector an excellent target of opportunity, with multiple stories of "First Family" schemes. The recent reshuffle at Banque de Tunisie (Ref B), with the Foreign Minister's wife assuming the presidency and Belhassen Trabelsi named to the board, is the latest example. According to a representative from Credit Agricole, Marouane Mabrouk, another of Ben Ali's sons-in-law, purchased a 17 percent share of the former Banque du Sud (now Attijari Bank) shares immediately prior to the bank's privatization. This 17 percent share was critical to acquiring controlling interest in the bank since the privatization represented only a 35 percent share in the bank. The Credit Agricole rep stated that Mabrouk shopped his shares to foreign banks with a significant premium, with the tender winner, Spanish-Moroccan Santander-Attijariwafa ultimately paying an

off the books premium to Mabrouk. XXXXXXXXXXXXX

recounted that when he was still at his bank he used to receive phone calls from panicked clients who stated that Belhassen Trabelsi had asked them for money. He did not indicate whether he advised them to pay.

-----  
The Trickle Down Effect  
-----

¶8. (S) While the stories of high-level, Family corruption are among the most flagrant and oft-repeated, Tunisians report encountering low-level corruption more frequently in their daily lives. Speeding tickets can be ignored, passports can be expedited, and customs can be bypassed -- all for the right price. Donations to the GOT's 26-26 Fund for development or to the Bessma Society for the Handicapped -- Leila Ben Ali's favored charity -- are also believed to grease the wheels. Hayet Louani (protect), a well-connected member of Parliament, faced increased pressure from the GOT after refusing several "requests" to donate money to Trabelsi's soccer team. XXXXXXXXXXXXX reported that customs inspectors demanded 10,000 dinars to get his goods through customs; he did not reveal whether or not he acquiesced to the demand.

¶9. (S) Nepotism is also believed to play a significant role in awarding scholarships and offering jobs. Knowing the right people at the Ministry of Higher Education can determine admission to the best schools or can mean a scholarship for study abroad. An Embassy FSN stated that the Director of International Cooperation, a long-time contact, offered to give his son a scholarship to Morocco on the basis of their acquaintance. If you do not know someone, money can also do the trick. There are many stories of Tunisians paying clerks at the Ministry of Higher Education to get their children into better schools than were merited by their test scores. Government jobs -- a prize in Tunisia -- are also believed to be doled out on the basis of connections. Leila Ben Ali's late mother, Hajja Nana, is also reported to have acted as a broker for both school admissions and government job placement, providing her facilitation services for a commission. Among the complaints from the protestors in the mining area of Gafsa were allegations that jobs in the Gafsa Phosphate Company were given on the basis of connections and bribery.

-----  
Mob Rule?  
-----

¶10. (S/NF) The numerous stories of familial corruption are certainly galling to many Tunisians, but beyond the rumors of money-grabbing is a frustration that the well-connected can live outside the law. One Tunisian lamented that Tunisia was no longer a police state, it had become a state run by the mafia. "Even the police report to the Family!" he exclaimed. With those at the top believed to be the worst offenders, and likely to remain in power, there are no checks in the system. The daughter of a former governor recounted that Belhassen Trabelsi flew into her father's office in a rage -- even throwing an elderly office clerk to the ground -- after

being asked to abide by laws requiring insurance coverage for his amusement park. Her father wrote a letter to President Ben Ali defending his decision and denouncing Trabelsi's tactics. The letter was never answered, and he was removed from his post shortly thereafter. The GOT's strong censorship of the press ensures that stories of familial corruption are not published. The Family's corruption remains a red line that the press cross at their own peril. Although the February imprisonment of comedian Hedi Oula Baballah was ostensibly drug-related, human rights groups speculate his arrest was punishment for a 30 minute stand-up routine spoofing the President and his in-laws (Tunis D). International NGOs have made the case that the harsh prison conditions faced by journalist Slim Boukdhir, who was arrested for failing to present his ID card and insulting a police officer, are directly related to his articles criticizing government corruption. Corruption remains a topic relegated to hushed voices with quick glances over the shoulder.

-----  
The Elephant in the Room  
-----

¶11. (S) Several Tunisian economists argue that it does not matter whether corruption is actually increasing because "perception is reality." The perception of increasing corruption and the persistent rumors of shady backroom dealings has a negative impact on the economy regardless of the veracity. Contacts tell us they afraid to invest for fear that the family will suddenly want a cut. "What's the point?" Alaya Bettaieb asked, "The best case scenario is that my investment succeeds and someone important tries to take a cut." Persistently low domestic investment rates bear this out (Ref H). Foreign bank accounts, while illegal, are reportedly commonplace. A recent Ministry of Finance amnesty to encourage Tunisians to repatriate their funds has been an abject failure. Bettaieb stated that he plans to incorporate his new business in Mauritania or Malta, citing fear of unwanted interference. Many economists and business people note that strong investment in real estate and land reflects the lack of confidence in the economy and an effort to keep their money safe (Ref C).

¶12. (S) Thus far, foreign investors have been undeterred, and according to Tunisian business contacts, largely unaffected. Foreign investment continues to flow in at a healthy rate, even excluding the privatizations and huge Gulf projects which have yet to get underway. Foreign investors more rarely report encountering the type of extortion faced by Tunisians, perhaps reflecting that foreign investors have recourse to their own embassies and governments. British Gas representatives told the Ambassador they had not encountered any impropriety. XXXXXXXXXXXX stated that several years ago Belhassen Trabelsi attempted to strong arm a German company producing in the offshore sector, but that after the German Embassy intervened Trabelsi was explicitly cautioned to avoid offshore companies. Despite pronouncements about increasing domestic investment, the GOT focuses heavily on increasing FDI flows to the country, particularly in the offshore sector. Nevertheless, there are still several examples of

foreign companies or investors being pressured into joining with the "right" partner. The prime example remains McDonald's failed entry into Tunisia. When McDonald's chose to limit Tunisia to one franchisee not of the GOT's choosing, the whole deal was scuttled by the GOT's refusal to grant the necessary authorization and McDonald's unwillingness to play the game by granting a license to a franchisee with Family connections.

-----  
Comment  
-----

¶13. (S) Although the petty corruption rankles, it is the excesses of President Ben Ali's family that inspire outrage among Tunisians. With Tunisians facing rising inflation and high unemployment, the conspicuous displays of wealth and persistent rumors of corruption have added fuel to the fire. The recent protests in the mining region of Gafsa provide a potent reminder of the discontent that remains largely beneath the surface. This government has based its legitimacy on its ability to deliver economic growth, but a growing number of Tunisians believe those at the top are keeping the benefits for themselves.

¶14. (S) Corruption is a problem that is at once both political and economic. The lack of transparency and accountability that characterize Tunisia's political system similarly plague the economy, damaging the investment climate and fueling a culture of corruption. For all the talk of a Tunisian economic miracle and all the positive statistics, the fact that Tunisia's own investors are steering clear speaks volumes. Corruption is the elephant in the room; it is the problem everyone knows about, but no one can publicly acknowledge. End Comment.

Please visit Embassy Tunis' Classified Website at:  
<http://www.state.sgov.gov/p/nea/tunis/index.cfm>  
GODEC

Reference ID	Created	Released	Classification	Origin
<a href="#">09TUNIS492</a>	<a href="#">2009-07-17 16:19</a>	<a href="#">2011-08-30 01:44</a>	<a href="#">SECRET//NOFORN</a>	<a href="#">Embassy Tunis</a>

VZCZCXRO0363  
PP RUEHROV  
DE RUEHTU #0492/01 1981619  
ZNY SSSSS ZZH  
P 171619Z JUL 09  
FM AMEMBASSY TUNIS

TO RUEHC/SECSTATE WASHDC PRIORITY 6565  
INFO RUEHXX/ARAB ISRAELI COLLECTIVE  
S E C R E T SECTION 01 OF 05 TUNIS 000492

NOFORN  
SIPDIS

DEPT FOR NEA AA/S FELTMAN, DAS HUDSON, AMBASSADOR-DESIGNATE  
GRAY, AND NEA/MAG FROM AMBASSADOR

EO 12958 DECL: 07/13/2029  
TAGS PREL, PGOV, ECON, KPAO, MASS, PHUM, TS  
SUBJECT: TROUBLED TUNISIA: WHAT SHOULD WE DO?  
Classified By: Ambassador Robert F. Godec for E.O. 12958 reasons 1.4  
(b ) and (d).

-----  
Summary  
-----

¶1. (S/NF) By many measures, Tunisia should be a close US ally. But it is not. While we share some key values and the country has a strong record on development, Tunisia has big problems. President Ben Ali is aging, his regime is sclerotic and there is no clear successor. Many Tunisians are frustrated by the lack of political freedom and angered by First Family corruption, high unemployment and regional inequities. Extremism poses a continuing threat. Compounding the problems, the GOT brooks no advice or criticism, whether domestic or international. Instead, it seeks to impose ever greater control, often using the police. The result: Tunisia is troubled and our relations are too.

¶2. (S/NF) In the past three years, US Mission Tunis has responded by offering greater cooperation where the Tunisians say they want it, but not shied from making plain the need for change. We have had some successes, notably in the commercial and military assistance areas. But we have also had failures. We have been blocked, in part, by a Foreign Ministry that seeks to control all our contacts in the government and many other organizations. Too often, the GOT prefers the illusion of engagement to the hard work of real cooperation. Major change in Tunisia will have to wait for Ben Ali's departure, but President Obama and his policies create opportunities now. What should we do to take advantage of them? We recommend:-- keep a strong focus on democratic reform and respect for human rights, but shift the way we promote these goals; -- seek to engage the GOT in a dialogue on issues of mutual interest, including trade and investment, Middle East peace, and greater Maghreb integration; -- offer Tunisians (with an emphasis on youth) more English-language training, educational exchanges, and cultural programs; -- move our military assistance away from FMF, but look for new ways to build security and intelligence cooperation; and, -- increase high-level contacts but stress that deeper US cooperation depends on real Tunisian engagement. End Summary.

-----  
The Backdrop: Historic Relations and Shared Values  
-----

¶3. (SBU) The United States and Tunisia have 200 years of close ties and common interests, including advancing regional peace, combating terrorism, and building prosperity. Since independence, Tunisia deserves credit for its economic and social progress. Without the

natural resources of its neighbors, Tunisia focused on people and diversified its economy. In a success all too rare, the GOT is effective in delivering services (education, health care, infrastructure and security) to its people. The GOT has sought to build a &knowledge economy<sup>8</sup> to attract FDI that will create high value-added jobs. As a result, the country has enjoyed five percent real GDP growth for the past decade. On women's rights, Tunisia is a model. And, Tunisia has a long history of religious tolerance, as demonstrated by its treatment of its Jewish community. While significant challenges remain (above all the country's 14 percent unemployment rate) on balance Tunisia has done better than most in the region.

¶4. (SBU) On foreign policy, Tunisia has long played a moderate role (although recently its goal has been to &get along with everyone<sup>8</sup>). The GOT rejects the Arab League boycott of Israeli goods. Although it broke ties with Israel in 2000, the GOT has from time to time taken part in quiet discussions with Israeli officials. The GOT also supports Mahmoud Abbas' leadership of the Palestinian Authority. Tunisia participated in the Annapolis conference and has supported our efforts to promote Israeli-Palestinian negotiations. The GOT is like-minded on Iran, is an ally in the fight against terrorism, and has maintained an Embassy in Iraq at the Charge level. Moreover, Tunisia recently signed a debt forgiveness agreement with the GOI on Paris Club terms; it is the first Arab country to do so.

¶5. (SBU) Finally, although Tunisians have been deeply angry over the war in Iraq and perceived US bias towards Israel, most still admire the &the American dream.<sup>8</sup> Despite the anger at US foreign policy, we see a growing desire for English-language instruction, a wish for more educational and

TUNIS 00000492 002 OF 005

scientific exchanges, and a belief in the American culture of innovation. Tunisians see these as important for their future.

-----  
The Problem: A Sclerotic Regime and Growing Corruption  
-----

¶6. (C) Despite Tunisia's economic and social progress, its record on political freedoms is poor. Tunisia is a police state, with little freedom of expression or association, and serious human rights problems. The GOT can point to some political progress in the last decade, including an end to prior review of books and ICRC access to many prisons. But for every step forward there has been another back, for example the recent takeover of important private media outlets by individuals close to President Ben Ali.

¶7. (C) The problem is clear: Tunisia has been ruled by the same president for 22 years. He has no successor. And, while President Ben Ali deserves credit for continuing many of the progressive policies of President Bourguiba, he and his regime have lost touch with the Tunisian people. They tolerate no advice or criticism, whether domestic or international. Increasingly, they rely on the police for control and focus on preserving power. And, corruption in the inner circle is growing. Even average Tunisians are now keenly aware of it, and the chorus of complaints is rising. Tunisians intensely dislike, even hate, First Lady Leila Trabelsi and her family. In private, regime opponents mock her; even those close to the government express dismay at her reported behavior. Meanwhile, anger is growing at

Tunisia's high unemployment and regional inequities. As a consequence, the risks to the regime's long-term stability are increasing.

-----  
US-Tunisian Relations: If Only We Would Say This Is Paradise  
-----

¶8. (S/NF) US-Tunisian relations reflect the realities of the Ben Ali regime. On the positive side, we have accomplished several goals in recent years, including:-- increasing substantially US assistance to the military to combat terrorism; -- improving (albeit still with challenges) some important counterterrorism programs; -- strengthening commercial ties, including holding a TIFA Council meeting, hosting several trade and economic delegations and growing business activity; -- building ties to young people and the cultural community through expanded English-language programs, a new film festival, and new media outreach efforts; and -- encouraging congressional interest in Tunisia.

¶9. (C) But we have also had too many failures. The GOT frequently declines to engage, and there have been too many lost opportunities. The GOT has:-- declined to engage on the Millennium Challenge Account; -- declined USAID regional programs to assist young people; -- reduced the number of Fulbright scholarship students; and, -- declined to engage in Open Skies negotiations.

Most troubling has been the GOT's unilateral and clumsy effort to impose new and retroactive taxes on the American Cooperative School of Tunis. There is little doubt that this action was at the behest of powerful friends (probably including Leila Trabelsi) of the International School of Carthage. It raises important questions about Tunisian governance and our friendship. If, in the end, the GOT's actions force the school to close we will need to downsize the Mission, limit our programs, and dial down our relations.

¶10. (C) At the same time, the GOT has also increasingly tightened controls that make it exceptionally difficult for the US Mission to conduct business. The controls, put in place by Foreign Minister Abdallah, require the Mission to obtain written MFA permission for contact with all official and semi-official Tunisian organizations. Mid-level GOT officials are no longer allowed to communicate with embassy personnel without express authorization and MFA-cleared instructions. All meeting requests and demarches must be conveyed by diplomatic note. Most go unanswered. All Embassies in Tunis are affected by these controls, but they are no less frustrating for that.

¶11. (C) Beyond the stifling bureaucratic controls, the GOT makes it difficult for the Mission to maintain contact with a TUNIS 00000492 003 OF 005 wide swath of Tunisian society. GOT-controlled newspapers often attack Tunisian civil society activists who participate in Embassy activities, portraying them as traitors. Plain-clothes police sometimes lurk outside events hosted by EmbOffs, intimidating participants. XXXXXXXXXXXX

¶12. (C) Some of the GOT's actions may be related to its intense dislike of the former Administration's &freedom agenda.<sup>8</sup> The GOT considered this policy dangerous and believed it opened the door for Islamic extremists to seize power. GOT leaders have made no secret of their disapproval of the Ambassador's and other EmbOffs' contacts with opposition XXXXXXXXXXXX leaders as well as civil society activists who criticize the regime. They were intensely critical, as well, of the

previous Administration's use of public statements (such as on World Press Freedom Day 2008), which they believed unfairly targeted Tunisia.

-----  
So, What Should We Do?  
-----

¶13. (C) Notwithstanding the frustrations of doing business here, we cannot write off Tunisia. We have too much at stake. We have an interest in preventing al-Qaeda in the Islamic Maghreb and other extremist groups from establishing a foothold here. We have an interest in keeping the Tunisian military professional and neutral. We also have an interest in fostering greater political openness and respect for human rights. It is in our interest, too, to build prosperity and Tunisia's middle class, the underpinning for the country's long-term stability. Moreover, we need to increase mutual understanding to help repair the image of the United States and secure greater cooperation on our many regional challenges. The United States needs help in this region to promote our values and policies. Tunisia is one place where, in time, we might find it.

-----  
The Extended Hand  
-----

¶14. (C) Since President Obama's inauguration, Tunisians have been more receptive to the United States. Senior GOT officials have warmly welcomed President Obama's statements and speeches. His address in Cairo drew particular praise, with the Foreign Minister calling it &#8220;courageous.&#8221;8 Meanwhile, some civil society contacts who had been boycotting Embassy functions in opposition to the war in Iraq have started coming around again. Generally, the metaphor of the &#8220;extended hand&#8221; in President Obama's inaugural address has resonated powerfully with Tunisians. Concretely, the Tunisians have welcomed many of the Obama Administration's actions, including the decision to close the Guantanamo Bay detention center and the plans for troop withdrawals from Iraq. Above all, Tunisians have been pleased by the President's tone, statements and actions (so far) on Middle East peace.

-----  
How To Advance Democracy and Human Rights  
-----

¶15. (S) The Obama Administration creates an important opportunity, then, to explore whether and how to pursue a more productive bilateral relationship. GOT officials say the United States tends to focus on issues where we do not see eye-to-eye. They bristle at our calls for greater democratic reform and respect for human rights, and protest they are making progress. For years, the Embassy's top goal has been to promote progress in these areas. We need to keep the focus, especially with 2009 an election year in Tunisia. Ben Ali is certain to be reelected by a wide margin in a process that will be neither free nor fair. In this context, we should continue to underscore the importance of these issues, and to maintain contacts with the few opposition parties and civil society groups critical of the regime.

¶16. (C) We should consider how this policy objective is publicly manifested, however. For several years, the United States has been out in front -- publicly and privately -- criticizing the GOT for the absence of democracy and the lack of respect for human rights. There



is a place for such TUNIS 00000492 004 OF 005 criticism, and we do not advocate abandoning it. We do recommend a more pragmatic approach, however, whereby we would speak to the Tunisians very clearly and at a very high level about our concerns regarding Tunisia's democracy and human rights practices, but dial back the public criticism. The key element is more and frequent high-level private candor. We recommend being explicit with GOT leaders that we are changing our approach, while also making clear that we will continue to engage privately with opposition parties and civil society.

¶17. (C) In addition, we should increase our efforts to persuade our European partners, and other like-minded countries, to step up their efforts to persuade the GOT to accelerate political reform. While some in the EU (e.g., Germany, the UK) agree with us, key countries such as France and Italy have shied from putting pressure on the GOT. We should work to get them to do so, and to condition further assistance and advanced EU associate status on it.

-----  
Advancing Other US Interests  
-----

¶18. (C) Whether we succeed on democracy and human rights, the United States has an interest in building relations with a wide spectrum of Tunisians, particularly the young. To do so, and to build good will with the GOT, we should offer the government a dialogue on a range of issues of mutual interest, backed up by increased assistance. Of greatest interest to the GOT would be increased engagement on economic issues, i.e., on increasing bilateral trade and investment, as well as the provision of technical assistance, especially involving technology transfer. The Tunisians would welcome a revival of the US-North African Economic Partnership, as well as other efforts that would promote North African economic integration.

¶19. (C) In addition, we should offer serious engagement in high-priority areas for Tunisians that will also benefit the United States, including:

-- more, and more comprehensive, English-language programs; -- Ph.D. scholarships for Tunisian students to study in the United States, such as those that USAID used to make available in the 1970's and 1980's; -- more support for University linkages; -- more science and technology exchanges -- to give substance to a bilateral S&T agreement that, with no money behind it, has had little impact; and -- more cultural programming.

¶20. (C) In addition to talking to the GOT, we need to engage directly with the Tunisian people, especially youth. The Embassy is already using Facebook as a communication tool. In addition, we have the Ambassador's blog, a relatively new undertaking that is attracting attention. Over the past couple of years, the Embassy has substantially increased its outreach to Tunisian youth through concerts, film festivals, and other events. Our information resource center and America's Corners are popular ways for Tunisians to access unfiltered news and information. We should continue and increase such programs.

-----  
Advancing Broader Foreign Policy Objectives And Security Cooperation  
-----

¶21. (C) We should also seek new ways to engage Tunisia in pursuit of our broader foreign policy agenda. We believe that the GOT would welcome this kind of engagement, and that it would pay dividends, not only in our bilateral relationship but also on transnational issues. For example, we continue to count on GOT support for our efforts to promote Israel-Palestinian and Israeli-Arab peace. Although Tunisia has limited influence within the Arab League, it remains in the moderate camp, as demonstrated most recently by its refusal to participate in the extraordinary Doha Summit on the situation in Gaza. At appropriate moments, we would recommend doing more to brief the GOT on our efforts in the peace process and to draw them into providing additional support. Special Envoy Mitchell's stop here in April was well received and we should look for ways to continue such consultations.

¶22. (S/NF) There are opportunities in the area of security cooperation, too. For starters, we know that Tunisia could be doing a better job in sharing intelligence with us about TUNIS 00000492 005 OF 005 the threat of terrorism in North Africa. This was all too clear when, yet again, the GOT failed recently to share information with us in a timely fashion on a reported plot against US military personnel. GRPO has been taking steps to increase cooperation through liaison channels; while there has been progress, more is possible.

¶23. (C) On military cooperation, the time has come to shift our military assistance away from FMF to more targeted programs that meet specific needs. There is increasing evidence the Tunisian military does not need FMF to the degree it claims, and in any event it has bought us too little in the way of cooperation. Rather, we should focus on working with the Tunisians to identify a small number of areas where cooperation makes sense. The recent use of the Section 1206 and PKO programs to provide the Tunisian military with ground surveillance radar and unmanned surveillance aircraft is a good example.

-----  
Our Message: Deeper Cooperation Depends On Real Engagement  
-----

¶24. (S) Tunisia is not an ally today, but we still share important history and values. It is fair to consider Tunisia a friend, albeit cautious, closed and distant. Most importantly, in a region in turmoil, Tunisia has better prospects than most even though it is troubled. In the end, serious change here will have to await Ben Ali's departure. But President Obama's new tone and policies may create a window of opportunity. We should use it to make overtures to the GOT in areas where they seek our involvement or assistance. And, we should seek to engage all Tunisians (especially the young) in ways that will improve the future for both our countries.

¶25. (S) To succeed, however, we need resources and commitment from Washington. New and expanded programs will require money and staff to implement them, particularly in public affairs. Senior US Government officials must also be prepared to visit more often than in recent years to engage the Tunisians. Meetings outside Tunisia are a good tool, too. The Secretary's recent meeting with North African Foreign Ministers on the margins of the Gaza Reconstruction Conference in Sharm el-Sheikh provides one model for engagement and offers the added benefit of allowing us to also promote greater Maghreb integration.

¶26. (S) Finally, we recommend US officials be clear in all meetings with Tunisians: more US cooperation depends on real Tunisian engagement. For too long Tunisia has skated by. A small country, in a tough region, the GOT relies on vague promises of friendship and empty slogans. More can and should be expected of Tunisia. The GOT frequently says it is a US ally and calls for greater US engagement. We should respond clearly: yes, but only if we get genuine help from Tunisia on the challenges that matter to us all. The Tunisian government loves the illusion of engagement. The US government should press for the hard work of real cooperation.

Godec